Olimpíada
O atleta brasileiro Augusto Akio ficou com a medalha de bronze na final do skate park B6

Transporte aéreo
Galeão movimenta US$ 6,4 bi em cargas no 1º semestre, melhor resultado desde o início da concessão B4

China
Deflação é o principal desafio, e economia do país deve retomar o vigor em um ou dois anos, diz David Li A18

Quinta-feira, 8 de agosto de 2024
Ano 25 | Número 6061 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Despesas obrigatórias vão consumir quase toda verba extra no Orçamento de 2025

Contas públicas Arcabouço fiscal permitirá mais R$ 138,3 bi ao Executivo federal, mas só R$ 3 bi para gastos discricionários

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

As despesas obrigatórias do governo federal — determinadas pela Constituição — devem crescer R$ 135 bilhões em 2025, consumindo quase todo o espaço fiscal extra de R$ 138,3 bilhões que o Executivo terá no próximo ano. Nesse contexto, não haverá como expandir as despesas discricionárias, que incluem investimento e custeio da máquina pública, segundo estudo da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, assinado pelo consultor e ex-secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos, e pelo consultor Dayson Pereira de Almeida.

Segundo o Tesouro Nacional, o limite de despesas do Poder Executivo vai aumentar R$ 138,3 bilhões no próximo ano em relação a 2024, por causa da inflação acumulada em 12 meses até junho e de mais 2,5%, taxa permitida pelo novo arcabouço. Porém, desse valor, os consultores da Câmara calculam que R$ 135 bilhões serão ocupados pelo crescimento das despesas obrigatórias, sobrando apenas R$ 3 bilhões para ampliação das discricionárias. "A rigor, como o cálculo é preliminar, a depender da dinâmica dos agregados e dos parâmetros macroeconômicos nos próximos meses, é possível que as obrigatórias consumam todo o aumento do limite", afirma Almeida.

Os benefícios previdenciários devem crescer R$ 60 bilhões, seguidos pela despesa com pessoal, que deve avançar R$ 32 bilhões. O aumento das despesas obrigatórias tem como principal causa a política de valorização do salário mínimo, que determina reajuste anual pela inflação, além de ganho real conforme o resultado do PIB.

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, já defendeu análise sobre a vinculação do Benefício de Prestação Continuada (BPC), abono salarial e seguro-desemprego ao valor do salário mínimo. O presidente Lula, porém, resiste à proposta. "BPC, saúde, educação, Previdência, abono salarial, todos esses gastos crescem acima da inflação", diz Felipe Salto, da Warren Investimentos. O Orçamento federal de 2025 será enviado pelo governo ao Congresso no dia 30. **Página A4**

Amorim afirma temer uma 'guerra civil' na Venezuela

Fabio Murakawa e Pedro Borg
De Brasília e São Paulo

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, intensificou a repressão contra a oposição, com a prisão de centenas de pessoas. Em meio ao recrudescimento da crise política no país, o assessor especial da Presidência, Celso Amorim, disse em entrevista à GloboNews que o Brasil não dará um "ultimato" a Maduro para que apresente as atas que comprovem o resultado da eleição, mas destacou que o presidente venezuelano está ciente de que pode haver um "cansaço". Segundo ele, a solução para o impasse passa por uma "anistia recíproca", que inclua garantias ao governo e à oposição e a retirada das sanções econômicas impostas ao país. "Eu temo muito que possa haver um conflito muito grave. Eu não quero usar a expressão 'guerra civil', mas temo muito", afirmou Amorim. **Página A15**

PGR requer ao Supremo que declare 'emendas Pix' ilegais

Isadora Peron e Flávia Maia
De Brasília

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, enviou ao Supremo Tribunal Federal uma ação direta de inconstitucionalidade contra as chamadas "emendas Pix". A PGR pede liminar para suspender o pagamento desses recursos até que o STF analise o mérito da ação e sugere que o caso seja enviado ao ministro Flávio Dino, por ter relação com o "orçamento secreto". Esse tipo de emenda permite a destinação de recursos a Estados e municípios através de transferência, sem necessidade de celebração de convênio ou indicação de projetos aos quais as verbas serão dirigidas. **Página A10**

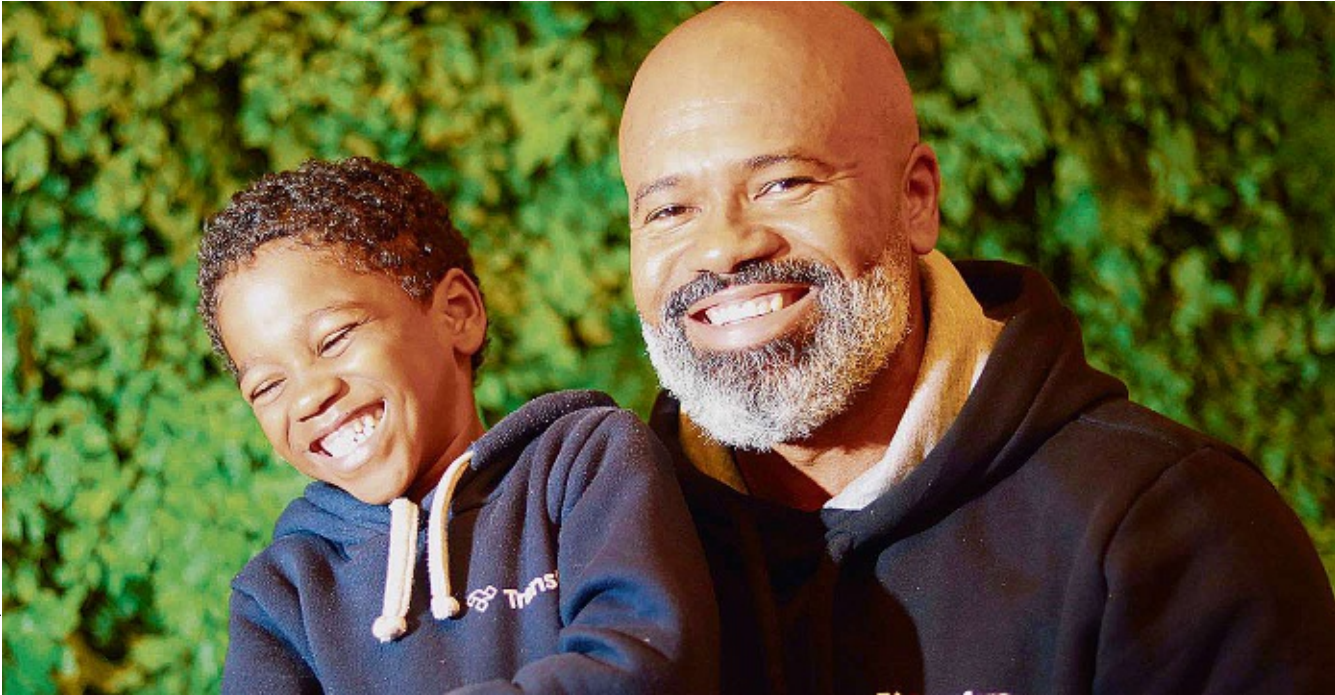
- **Maria Cristina Fernandes:** Cerca às 'emendas Pix' é chance para o Executivo sair das cordas. **A10**

Sucessão na ANP pode mexer com Petrobras

Fábio Couto
Do Rio

A sucessão do diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Rodolfo Saboia, pode mexer com o conselho de administração da Petrobras, segundo fontes. Isso se for confirmada a indicação do atual secretário de petróleo e gás do Ministério de Minas e Energia (MME), Pietro Mendes, para o comando da agência reguladora, possibilidade tida como certa por parte do mercado. Ele preside o conselho da estatal e uma indicação à ANP o forçaria a renunciar ao assento no colegiado. O mandato de Saboia vai até 22 de dezembro. Procurados, Mendes e a Petrobras não responderam até o fechamento desta edição. **Página B4**

De pai para filho

FABIO MOTTA/VALOR

Manter uma atitude empática, uma vida com propósito e escolher uma profissão que dê mais prazer do que "trabalho". Estes são alguns dos conselhos que oito CEOs ouvidos pelo 'Valor', todos reconhecidos por suas trajetórias, já deram ou acreditam que darão aos filhos. Márlyson Silva ainda não conversa com Mike, de cinco anos, sobre assuntos profissionais, mas já sabe o tom que pretende adotar. "É importante entender as perspectivas alheias antes de agir. Isso fortalece as relações e abre portas para um ambiente colaborativo e respeitoso." Página B2

ONS pede que indústria use menos energia

Robson Rodrigues
De São Paulo

O Operador Nacional do Sistema Elétrico solicitou a grandes consumidores industriais que reduzam voluntariamente o consumo nos horários de pico da demanda. A ideia é dar mais flexibilidade à operação do sistema, em meio a chuvas abaixo da média nos reservatórios e aumento significativo da volatilidade nos preços do insumo. Cerca de 25 empresas, como Braskem, CBA e Gerdau, fizeram ofertas ao ONS para reduzir a demanda de 5 MW a 45 MW. Pelas regras do setor, os consumidores manifestam o interesse em reduzir a demanda e o quanto cobram por esse esforço. Se o valor for inferior ao custo de acionar uma termelétrica, a oferta é aceita. **Página B1**

Destaques

Financiamento à construção
A participação de incorporadoras nas emissões de certificados de recebíveis imobiliários (CRI) dobrou entre o início e o fim do 1º semestre, após mudanças regulatórias que fecharam as portas para companhias de fora do setor. **C1**

Lula pode manter relógio, diz TCU
O TCU decidiu que o presidente Lula não precisa devolver relógio de luxo recebido como presente de governo estrangeiro em 2005. A decisão poderia impactar Bolsonaro no caso das joias da Arábia Saudita. **A10**

Indicadores

Ibovespa	7/ago/24	0,99 %	R$ 21,2 bi
Selic (meta)	7/ago/24		10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	7/ago/24		10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	7/ago/24		5,6087/5,6093
Dólar comercial (mercado)	7/ago/24		5,6243/5,6249
Dólar turismo (mercado)	7/ago/24		5,6624/5,8424
Euro comercial (BC)	7/ago/24		6,1269/6,1282
Euro comercial (mercado)	7/ago/24		6,1427/6,1434
Euro turismo (mercado)	7/ago/24		6,2095/6,3895

Colapso fiscal à espreita

Eduardo Belo

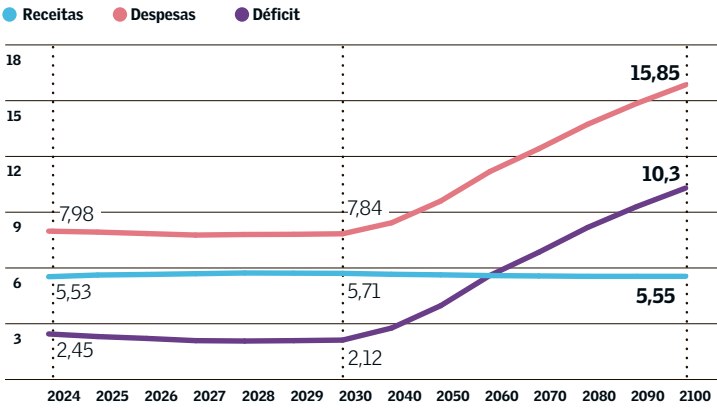
A solução para a questão fiscal no Brasil passa por um novo conjunto de reformas que melhore a capacidade do Executivo de gerir o Orçamento, desate várias amarras do gasto público e abra espaço para despesas não obrigatórias.

Sem isso, o país caminha para um colapso fiscal, defende Paulo Paiva, professor associado da Fundação Dom Cabral e ex-ministro do Trabalho e do Planejamento e Orçamento no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Se nada for feito, em menos de uma década toda a receita será insuficiente para cobrir as despesas obrigatórias, argumenta o economista.

Paiva se baseia nos números do próprio governo. O Balanço Geral da União de 2023 projeta que no ano 2100 o déficit do regime geral de previdência será quase o dobro da receita (*ver quadro*). De hoje até 2030, receita, despesa e déficit permanecerão mais ou menos constantes pelo critério de proporção do PIB. Depois disso, a receita se mantém estável enquanto a despesa dispara e dobra de tamanho — e o déficit, claro, acompanha. Isso apenas 11 anos depois de promulgada uma reforma no sistema previdenciário.

Outra mudança nas regras de aposentadoria será necessária em breve, como defende Paiva e como mostra estudo do Banco Mundial retratado em reportagem de Edna Simão e Jéssica Sant'Ana na edição do **Valor** de 5 de agosto

Bomba-relógio na Previdência
Projeções para o regime geral, em % do PIB

Fonte: Balanço Geral da União 2023

("Previdência pode ter de adiar aposentadorias por idade").

A segunda reforma defendida por ele é orçamentária. Para Paiva, é preciso mexer na legislação para retirar o elevado grau de vinculação do Orçamento. "Descarimbar" recursos pode melhorar a margem de gastos discricionários (não obrigatórios), como investimentos.

O professor faz questão de dizer que não é contra áreas-chave como saúde e educação serem privilegiadas na destinação do dinheiro, mas defende a revisão dos critérios e limites, porque isso reduz o grau de liberdade para manejar o Orçamento.

Entre as desvinculações necessárias, está a dos benefícios previdenciários ao salário mínimo. Ainda mais com uma política de valorização real do mínimo, a vinculação onera as despesas da Previdência e agrava o quadro de insustentabilidade do regime geral.

Em 2020, as despesas obrigatórias primárias comprometiam 86% do Orçamento da União. Continuaram crescendo e, no ano passado, chegaram a 92% do Orçamento. "Então, de fato", diz, "só tem disponível para realocação e para novos investimentos 8% do Orçamento." E há uma tendência de redução desse percentual. Cada vez mais o governo perde sua capacidade de investir e de realocar os recursos conforme as prioridades surjam.

Paiva é um dos economistas que defendem a modernização da legislação de finanças públicas, hoje regida pela sexagenária lei 4.320, de 1964, "de antes mesmo do regime militar". Essa seria a terceira medida na linha reformista, sem implicar uma mudança muito profunda — a não ser para as contas públicas.

A lei, diz ele, precisa de atualização e conta para isso com dois projetos no Congresso. Um deles, de 2016, do então senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), chegou a ser aprovado no Senado. Seguiu para a Câmara, onde foi modificado, mas a tramitação parou antes da votação pelos deputados. Paiva e outros professores ligados à Dom Cabral propõem algumas adaptações no projeto, como a inclusão de um teto para a dívida pública.

Em que pese o compromisso da equipe econômica com medidas de ajuste fiscal para "pelo menos contornar o problema", o professor vê uma ala muito forte no governo com a "leitura equivocada da teoria keynesiana", segundo ele, de que não é preciso cortar gasto porque o crescimento econômico — pretensamente estimulado pelo dinheiro público, ainda que feito por medidas e programas ineficientes — geraria ganhos suficientes, inclusive de receita, para compensá-lo.

Além disso, tem a revisão de gastos, discussão muito em voga na União Europeia, na OCDE e em vários países, comenta. Mas essa revisão tem de ir além do pente-fino que o governo promete para benefícios sociais, como análise dos inscritos no Cadastro Único e no BPC.

Revisão permanente de gasto público é tema de um projeto do ex-senador José Serra (PSDB-SP). Depois de passar pelo Senado, a tramitação parou na Câmara, diz Paiva. A ideia do economista é que na proposta de aperfeiçoamento da lei de finanças públicas da FDC esse tópico seja incluído.

Paiva também alerta para a gradativa perda de capacidade do Poder Executivo de definir o Orçamento, com transferência de algumas atribuições para os outros poderes. É o caso das emendas parlamentares, cada vez mais presentes. A questão é que Legislativo e Executivo não participam do esforço de ajuste fiscal. Frequentemente pressionam a conta do aumento de gastos, sobretudo com salários e extensão de benefícios.

Essas mudanças não são fáceis, comenta o economista. "Mas eu pessoalmente imagino que, independentemente do atual governo, em algum momento e não muito longe, nós teremos de fazê-las."

Sem isso, o colapso fiscal com que o país flerta há tempos acabará se impondo.

Problema global

A questão fiscal não é uma exclusividade brasileira. Na edição de agosto da carta macroeconômica da ARX Investimentos, Gabriel Leal de Barros aponta como economias avançadas e emergentes se veem às voltas com o problema. O economista cita que tanto Estados Unidos quanto vários países da Europa terão de apresentar ainda este ano planos de consolidação fiscal de médio prazo "em obediência ao mecanismo do excessive deficit procedure (EDP)".

No Brasil, a análise envereda para a dívida pública, "cujo custo de rolagem já é elevado renova o desafio de colocar as contas públicas nos trilhos".

Eduardo Belo é editor de Brasil
E-mail eduardo.belo@valor.com.br

Inovação Conectividade e Inclusão Digital é o tema deste ano de um dos mais importantes reconhecimentos da área de pesquisa no país

30ª edição do Prêmio Jovem Cientista tem inscrições abertas

"O Globo", do Rio

Para incentivar os jovens pesquisadores a olhar para os desafios e oportunidades do mundo conectado, o Prêmio Jovem Cientista abriu ontem as inscrições para sua trigésima edição — cujo tema é Conectividade e Inclusão Digital. Estudantes do ensino médio e superior, além de mestres e doutores, podem participar. Os interessados têm até o dia 4 de outubro para realizar o registro no site jovemcientista.cnpq.br.

Entre as premiações previstas, estão laptops, bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e valores em dinheiro que vão de R$ 12 mil a R$ 40 mil.

Em sua 30ª edição, o Prêmio Jovem Cientista, uma iniciativa do CNPq em parceria com a Fundação Roberto Marinho, conta com patrocínio da Shell e apoio de mídia da Editora Globo e do Canal Futura. O tema desta edição se debruça a partir da análise de que, apesar de a conectividade ser uma realidade presente no dia a dia da sociedade, muitos ainda não possuem acesso a internet.

"Acreditamos que a conectividade e a inclusão digital são pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Investir em trabalhos de educação e pesquisa que ajudem a universalizar o acesso a novas tecnologias pode transformar o futuro de milhares de talentos brasileiros", ressalta Glauco Paiva, gerente-executivo de Comunicação e Responsabilidade Social da Shell Brasil.

O prêmio busca projetos que vão desde a construção de modelos a partir do uso de inteligência artificial em questões de saúde pública, educação e sustentabilidade, até a necessidade de uma discussão mais filosófica sobre a ética na realidade virtual.

A premiação foi criada em 1981 pelo CNPq em parceria com a Fundação Roberto Marinho e empresas da iniciativa privada. Considerado um dos mais importantes reconhecimentos dados aos cientistas brasileiros, o projeto tem o objetivo de revelar talentos, impulsionar a pesquisa no país e investir em estudantes e jovens pesquisadores que procuram soluções inovadoras para os desafios da sociedade. Ao todo, a iniciativa já premiou mais de 194 pesquisadores, além de 21 instituições de ensino superior e médio, ao longo destes anos.

> "Todas e todos podem contribuir com a transformação do nosso país"
> *João Alegria*

"O Prêmio Jovem Cientista tem uma contribuição muito importante para a ciência brasileira ao levar o pensar científico para meninas e meninos ainda no período escolar e incentivar jovens no início da carreira", avalia Ricardo Galvão, presidente do CNPq.

Categorias

As cinco categorias contempladas na premiação são Mestre e Doutor, Estudante do Ensino Superior, Estudante do Ensino Médio, Mérito Institucional e Mérito Científico, que celebra um pesquisador doutor que, durante a carreira, tenha se destacado na área relacionada ao tema da edição. Mais detalhes sobre as regras para as inscrições estão disponíveis no site do Prêmio Jovem Cientista.

A premiação destaca que, com a pandemia, "uma ampla reflexão sobre a conectividade e inclusão digital surgiu, face aos problemas que aconteceram em vários segmentos da sociedade".

Para o secretário-geral da Fundação Roberto Marinho, João Alegria "muitos brasileiros têm sido excluídos do direito à educação e, portanto, também do direito a se expressar, aprender, e produzir conhecimento". É neste cenário que o investimento na ciência e em novos talentos se mostra relevante e um desafio coletivo.

"Nós estamos convencidos que todas e todos podem contribuir com a transformação do nosso país, com a inovação e a busca de soluções para os nossos próprios problemas e os desafios do planeta. Para isso, é preciso garantir o acesso à escola e também aos métodos da ciência, numa perspectiva de afirmação da diversidade em todas as suas dimensões, reconhecendo os saberes tradicionais e ancestrais, sem descuidar das fronteiras do conhecimento", aponta Alegria.

ROBERTO HILÁRIO/CNPQ

Cerimônia de premiação dos vencedores de 2018 do Jovem Cientista: pilares para o desenvolvimento sustentável

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Contas públicas Cálculos apontam que não haverá espaço para expansão de investimentos e outros gastos discricionários no Orçamento

Verba extra de 2025 será consumida por despesa obrigatória, diz estudo

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

As despesas obrigatórias devem crescer R$ 135 bilhões em 2025, consumindo quase todo o espaço fiscal extra de R$ 138,3 bilhões que Executivo terá no próximo ano, na comparação com o Orçamento deste ano, de acordo com as regras de reajuste do limite de despesas do novo arcabouço fiscal. Ou seja, se as projeções se confirmarem, praticamente não haveria espaço para expansão das despesas discricionárias, que incluem investimento e custeio da máquina pública.

A conclusão é de estudo técnico da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Conof) da Câmara dos Deputados, publicado pelos consultores Paulo Bijos e Dayson Pereira de Almeida. Bijos foi secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento até o início do mês passado, quando retornou para a atividade de consultoria legislativa.

O limite de despesas do Executivo para o próximo ano vai crescer de R$ 2,023 trilhões observados neste ano para R$ 2,162 trilhões (valor arredondado), devido à inflação de 4,23% acumulada em 12 meses até junho deste ano mais o ganho real de 2,5%, permitido pelo arcabouço, devido à variação da receita líquida ajustada. Com isso, será aberto um espaço fiscal de R$ 138,3 bilhões para acomodar o crescimento das despesas. O número já havia sido divulgado pelo Tesouro Nacional na semana passada.

A novidade que os consultores trazem é que quase a totalidade desse valor será consumido pelo aumento das despesas obrigatórias, que devem subir R$ 135 bilhões, de acordo com cálculos preliminares deles. Se confirmada a projeção, sobraria, em tese, apenas R$ 3 bilhões para aumento de gastos não obrigatórios. Mas Dayson Pereira de Almeida explica que o número absoluto de R$ 3 bilhões não é relevante, porque, no universo do total de despesas primárias, pode ser visto como mero arredondamento.

"A principal mensagem da estimativa é a falta de espaço para expansão das discricionárias, no próximo exercício. A rigor, como o cálculo é preliminar, a depender da dinâmica dos agregados e dos parâmetros macroeconômicos nos próximos meses, é possível que as obrigatórias consumam todo o aumento do limite", afirmou o consultor ao **Valor**.

Ainda de acordo com dados da Conof, a alta das obrigatórias será puxada por um crescimento de R$ 60 bilhões dos benefícios previdenciários, de R$ 32 bilhões das despesas com pessoal e encargos sociais, de R$ 16 bilhões dos gastos com controle de fluxo e R$ 27 bilhões viriam de outras rubricas, como abono salarial, Fundeb, precatórios e Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O cálculo não foi desagregado sob a ótica da política de valorização do salário mínimo, apontada pelos economistas ouvidos pelo **Valor** como a principal explicação para a expansão das despesas obrigatórias, já que grande parte dos benefícios previdenciários, o BPC, o abono e o seguro-desemprego têm reajuste vinculado ao do piso salarial, que varia conforme a inflação mais o crescimento da economia. Outro fator apontado é o retorno da vinculação do reajuste dos pisos da saúde e educação à variação da receita.

"A explicação é conhecida. BPC, saúde, educação, Previdência, abono salarial, todos esses gastos crescem acima da inflação. Assim não tem regra que sobreviva em prazo maior. É uma ferida aberta, conhecida e que o [ministro da Fazenda, Fernando] Haddad começou a colocar o dedo, corretamente", avalia Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, ao se referir à agenda de revisão de gastos, que começou a ser implementada pelo governo com o pente-fino no BPC e no auxílio-doença.

> "Principal mensagem da estimativa é a falta de espaço para expansão das discricionárias"
> *Dayson de Almeida*

Ele completa que o governo precisará avançar com essa agenda para a manutenção das regras do arcabouço fiscal. "O novo arcabouço fiscal ou qualquer outra regra fiscal sempre dependerá, para ter vida longa, exatamente disso."

Alexandre Manoel, economista-chefe da AZ Quest, também avalia que era sabido que o governo se depararia com essa restrição fiscal para as despesas discricionárias. "Daí apontarmos reiteradamente a necessidade urgente de o governo encaminhar alguma reforma para ajustar as despesas obrigatórias", afirma. "O governo Michel Temer ajustou as regras de saúde, educação e salário mínimo [para reajuste apenas pela inflação]. O atual governo jogou todo aquele esforço feito no lixo, restaurando as regras que vigiam no governo Dilma", completa Manoel.

Para ele, fica "clarividente" que as atuais regras de vinculação precisarão ser modificadas ou o governo Lula terá de ajustar o atual limite de despesa, o que teria um custo.

"A exemplo do que vimos recentemente, se alterar [o arcabouço], teremos um novo overshooting cambial, com o câmbio indo a R$ 7, com mais pressão sobre as expectativas de inflação e sobre a curva de juros, o que provavelmente inviabilizará o Lula ou seu afilhado político em 2026", analisa Manoel.

O economista acredita que, depois das eleições municipais, no último bimestre deste ano, o governo Lula deverá encaminhar alguma reforma estrutural nas despesas obrigatórias para manter o atual limite de despesa até 2026.

Na terça-feira (6), o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou durante evento promovido pela Confederação Nacional da Indústria que a equipe econômica combinou com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva o compromisso de manutenção do arcabouço fiscal até 2026, "custe o que custar". Ele também disse que a equipe econômica segue "estudando medidas para equilibrar gastos públicos e manter previsibilidade da despesa dentro do arcabouço", sem citar quais.

Conforme revelou o **Valor**, o governo estuda alterar regras de concessão do seguro-desemprego e do BPC, além da economia de R$ 25,9 bilhões esperada em 2025 com o pente-fino em diversos programas sociais. As medidas seriam adotadas para tentar abrir espaço no Orçamento para os gastos discricionários. A peça orçamentária de 2025 será enviada ao Congresso Nacional até o fim do mês.

FERNANDO DONASCI/VALOR
Paulo Bijos: despesas obrigatórias devem subir R$ 135 bilhões e vão consumir quase totalidade do espaço fiscal

Aposta é que pente-fino em auxílio a pescador vai gerar economia de R$ 5 bi

De Brasília

O governo fará um pente-fino no seguro defeso — auxílio de um salário mínimo mensal pago a pescadores artesanais durante o período em que ele que fica proibido de exercer a pesca para proteger a reprodução de alguma espécie. A expectativa é reduzir em 20% os habilitados a receber o benefício e economizar R$ 4,96 bilhões ao longo de quatro anos (2025 a 2028).

Por ano, a economia estimada é de R$ 1,12 bilhão no ano que vem, R$ 1,19 bilhão (2026), R$ 1,28 bilhão (2027) e R$ 1,38 bilhão (2028), em valores arredondados.

Os números constam em nota técnica do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) obtida pelo **Valor** e devem constar no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025, a ser enviado no dia 30 deste mês pelo Executivo ao Congresso Nacional. A economia projetada para 2025 faz parte do corte de R$ 25,9 bilhões anunciado há um mês pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mas nunca detalhado.

A previsão do governo é que a despesa com o seguro defeso caia de R$ 5,103 bilhões estimada para este ano, com 1.110.929 segurados, para R$ 4,425 bilhões em 2025, com 905.096 segurados. Sem o pente-fino, o gasto no ano que vem seria de R$ 5,531 bilhões.

Ainda de acordo dom os dados do Ministério do Trabalho e Emprego, em 2028 o programa chegaria a 955.982 segurados, ao custo anual de R$ 5,52 bilhões. Sem o corte, atingiria 1.194.978 pessoas e custaria R$ 6,903 bilhões aos cofres públicos.

Para chegar a essa economia estimada, o governo fará recadastramento dos pescadores artesanais, revisão de número e períodos de defesos e implementará novas validações de bases de dados do governo. O objetivo será cortar benefícios irregulares e fechar brechas para pagamentos indevidos.

Com isso, espera que haja uma diminuição no número de benefícios pagos, mesmo com a projeção de crescimento vegetativo de 1,84% para 2025.

"A adoção imediata de providências dos órgãos públicos federais, para realizações de ações que resultem no aumento da transparência na habilitação dos pescadores artesanais, pode resultar na redução estimada de 20% dos habilitados a receber o benefício, com impactos na redução das despesas projetadas para pagamento do seguro-desemprego pescador artesanal [nome técnico do seguro defeso]", diz a nota técnica.

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, já havia sinalizado que o seguro defeso entraria na revisão de gastos, devido às suspeitas de irregularidades. Em julho, ela citou que o IBGE apontava que existiam 250 mil pescadores artesanais no país, mas seriam mais de 800 mil pessoas recebendo o benefício.

Na nota técnica obtida pela reportagem, o Ministério do Trabalho chama a atenção para o crescimento dos segurados do programa: saltou de 76.127 pessoas em 2001 para 1.157.478 em 2023. "Em tempos de aumento de austeridade nos gastos públicos, surge a necessidade de reavaliação dos mecanismos de enquadramento e habilitação dos pescadores artesanais, bem como avaliações sobre as condições para pagamento de benefícios", afirma o documento do ministério. *(JS)*

Decisão do TCU abre espaço para que diretor-geral da Anatel siga no cargo

Murillo Camarotto
De Brasília

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu ontem que os mandatos de diretores de agências reguladoras podem ser prorrogados em caso de indicação para a presidência ou diretoria-geral das autarquias. A decisão do tribunal mantém no cargo, por exemplo, o diretor-geral da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Carlos Baigorri, que estava ameaçado de deixar o órgão antes do fim do seu mandato, em novembro de 2026.

O caso, em tramitação desde janeiro de 2022, dividiu opiniões no TCU, o que resultou em uma sequência de pedidos de vistas e retiradas de pauta. A área técnica do tribunal entendeu que o prazo original dos mandatos (de cinco anos) deveria ser respeitado, independentemente do cargo. A maioria dos ministros, entretanto, decidiu de forma diferente.

"No que se refere aos pontos suscitados nas oitivas e diligências realizadas, ficou caracterizada a ilegalidade do ato administrativo de indicação de membro do conselho diretor da Anatel que lhe permite ocupar o cargo por um período superior a cinco anos", diz o relatório técnico, antecipado pelo **Valor** em agosto do ano passado.

O imbróglio é explicado por interpretações discrepantes da Nova Lei das Agências, aprovada em 2019. O texto diz que os diretores terão mandato de, no máximo, cinco anos, sem recondução. Há quem entenda, no entanto, que este limite não deve ser cumulativo quando o diretor é alçado ao posto de presidente da autarquia, ou diretor-geral.

Durante o julgamento, prevaleceu uma preliminar apresentada pelo ministro Jorge Oliveira. Segundo ele, ao interromper o mandato de um diretor-geral, o TCU estaria atravessando prerrogativas do Congresso Nacional, que é o responsável pela sabatina e pela aprovação dos nomes para o comando das autarquias.

"A indicação de ex-diretor para o cargo de presidente não constitui, assim, a recondução legalmente vedada, mas a nomeação para novo cargo, não cabendo limitar a soma da duração dos mandatos quando a lei somente fez a limitação individual de cada um deles", declarou Oliveira, indicado ao tribunal pelo então presidente Jair Bolsonaro (2019-2022).

A tese de Oliveira saiu vencedora, apesar do voto contrário de alguns ministros, entre os quais o decano do tribunal, Walton Alencar. O ministro declarou o mesmo entendimento dos auditores, de que o prazo original dos mandatos deveria ser respeitado.

A demora para a realização do julgamento revelou a disputa política em torno das indicações para as agências. Integrantes do Centrão, por exemplo, defendiam a manutenção nos cargos por mais tempo, tanto para o presidente da Anatel quanto para os de outras agências. Com a decisão, ganharam mais tempo nas posições os atuais presidentes de Aneel (energia elétrica), ANS (planos de saúde).

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, do União Brasil, manifestou nos bastidores sua preferência pela permanência de Baigorri na Anatel. Já o Palácio do Planalto demonstrava maior interesse pelo encerramento dos mandatos, o que abriria vagas para indicações políticas.

Governo vai ouvir Poderes sobre PEC da Segurança

Fabio Murakawa
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decidiu ouvir os chefes dos Três Poderes, o procurador-geral da República e especialistas no tema antes de enviar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para tratar da segurança pública. A PEC deverá, entre outras coisas, colocar na Constituição atribuições da União sobre o setor, algo que o texto de 1988 não previu.

A decisão de Lula foi tomada após reunião com o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, e o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, além de técnicos da pasta, no Palácio do Planalto. No encontro, Lewandowski mostrou a Lula pela primeira vez o texto elaborado por ele e que servirá de ponto de partida para a discussão mais ampla que o presidente pretende fazer.

"O presidente ouviu todo mundo e decidiu ampliar o debate. Ele pretende fazer uma discussão mais ampla com toda a sociedade, com todos os governadores e também com os chefes de Poderes. Com os chefes do Poder Legislativo, do Judiciário, evidentemente ele, do Executivo, e também com o PGR", afirmou o ministro após a reunião.

Lewandowski disse que o diálogo com os governadores e outros Poderes ajudará a "equacionar" do ponto de vista político a proposta técnica que ele elaborou.

"Antes de se mandar uma proposta legislativa ou de alteração da Constituição, evidentemente é preciso que essa proposta seja pactuada politicamente. Isso é o que vai acontecer nos próximos dias", afirmou.

Lewandowski disse que a proposta exibida a Lula é "um texto básico" para a discussão. Entre os temas contemplados, estão uma proposta da ministra Cármen Lúcia do STF, de combater o feminicídio e a agressão às mulheres, e mecanismos para combater o crime organizado.

"Não é um texto definitivo, obviamente. Nós temos um ponto de vista técnico, mas é claro que um projeto legislativo tem que ter os insumos políticos. E agora a área política do governo vai cuidar desse aspecto", afirmou.

O ministro ressaltou que, na reunião, Lula fez pela primeira vez "um exame formal do texto". E lembrou que o capítulo da Constituição relativo à segurança pública não sofreu nenhuma modificação desde 1988, quando foi promulgada.

"De lá para cá, o crime organizado avançou muito. O crime não é hoje mais local. É um crime interestadual e um crime internacional", disse o ministro. "Então, é correto, é justo, é adequado que a União passe a ingressar também na formulação desse projeto, passe juntamente com os demais entes federativos a cuidar desse problema."

Segundo o ministro, Lula está de acordo com uma maior participação do governo federal no combate à criminalidade.

AES BRASIL ENERGIA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 37.663.076/0001-07 - NIRE nº 35.300.552.644

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2024
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas da **AES BRASIL ENERGIA S.A.** ("**Companhia**") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada às 10h00 do dia 10 de setembro de 2024, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, parágrafo 2º, inciso I, e artigo 28, parágrafos 2º e 3º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), através da plataforma digital "Ten Meetings" ("**Plataforma Digital**" e "**Assembleia Geral**", respectivamente), para deliberarem a respeito da ordem do dia exposta a seguir.

Esclarecimentos Preliminares. As matérias da ordem do dia a serem deliberadas na Assembleia Geral se dão no contexto do fato relevante divulgado pela Companhia, em 15 de maio de 2024, por meio do qual a Companhia informou sobre a celebração, naquela data, entre a ARN Holding Energia S.A. ("**ARN**"), a Auren Energia S.A. ("**Auren**"), a Companhia, a AES Holdings Brasil Ltda. ("**AHB**") e a AES Holdings Brasil II Ltda. (sucedida por incorporação pela AHB), do "*Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças*", por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a Companhia e Auren, a ser realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultará na conversão da Companhia em subsidiária integral da Auren e na unificação das bases acionárias da Companhia e da Auren ("**Combinação de Negócios**").

Ordem do Dia. Examinar, discutir e deliberar sobre a:

(i) aprovação do "*Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação das Ações da AES Brasil Energia S.A. pela ARN Holding Energia S.A. e de Incorporação da ARN Holding Energia S.A. pela Auren Energia S.A.*" celebrado pelos administradores da Companhia, da ARN e da Auren em 6 de agosto de 2024, que contém todos os termos e condições para a implementação da Incorporação de Ações (conforme abaixo definido) e da incorporação da ARN pela Auren ("**Protocolo e Justificação**");

(ii) aprovação da incorporação, pela ARN, da totalidade das ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia ("**Incorporação de Ações**"), cuja eficácia ficará condicionada à satisfação (ou renúncia, conforme o caso) de determinadas condições suspensivas previstas no Protocolo e Justificação, e ao advento da data em que a operação será plenamente eficaz sem a necessidade de providências adicionais, conforme previsto no Protocolo e Justificação; e

(iii) autorização à administração da Companhia para tomar todas as providências necessárias para implementação das deliberações relativas à Incorporação de Ações e a consequente subscrição das novas ações ordinárias e das novas ações preferenciais resgatáveis a serem emitidas pela ARN em decorrência da Incorporação de Ações, por conta dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 252, parágrafo 2º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Documentos à Disposição dos Acionistas

A proposta da administração contemplando todos os documentos relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia Geral, inclusive o manual para participação na Assembleia Geral ("**Manual**"), contendo as propostas dos administradores para a Assembleia Geral, encontram-se à disposição dos acionistas para consulta: (i) na sede da Companhia, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Luiz Carlos Berrini, nº 1.376, 12º andar, Torre A, Cidade Monções, CEP 04571-936, e (ii) nos *websites* da Companhia (ri.aesbrasil.com.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm), em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da regulamentação da CVM.

Informações para Participação dos Acionistas na Assembleia Geral

Considerando que a Assembleia Geral será realizada de modo exclusivamente digital, a participação dos acionistas ocorrerá por meio da Plataforma Digital, podendo o acionista, seu representante legal ou procurador devidamente constituído: (a) simplesmente participar da Assembleia Geral; ou (b) participar e votar na Assembleia Geral.

Para participação na Assembleia Geral por meio da Plataforma Digital, os acionistas devem realizar seu cadastro na Plataforma Digital, por meio do endereço eletrônico <https://assembleia.ten.com.br/507859475> ("**Página de Cadastro**"), fornecendo todos os documentos e informações solicitados. **Os acionistas que não realizarem o cadastro completo na Plataforma Digital por meio da Página de Cadastro até o dia 8 de setembro de 2024 (inclusive) não serão admitidos na Assembleia Geral, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81**. As credenciais de acesso são pessoais e intransferíveis, não podendo ser compartilhadas.

As informações detalhadas acerca do processo a ser seguido pelos acionistas para participação e votação por meio da Plataforma Digital constam do Manual, que pode ser acessado nos *websites* da Companhia (ri.aesbrasil.com.br), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm).

Apresentação de Documentos para a Participação na Assembleia Geral

Para participar na Assembleia, por si, seus representantes legais ou procuradores, os senhores acionistas deverão encaminhar à Companhia os seguintes documentos: **(i)** documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; **(ii)** comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações; **(iii)** documentos que comprovem os poderes do representante do acionista pessoa jurídica ou do gestor ou administrador no caso de fundos de investimento; e **(iv)** instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista.

Para informações adicionais, observar as regras previstas na Resolução CVM 81, bem como no Manual, que podem ser acessados nos *websites* da Companhia (ri.aesbrasil.com.br), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm).

São Paulo, 6 de agosto de 2024
Francisco Jose Morandi Lopez
Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL/RN
AVISO DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração (SEMAD) da Prefeitura Municipal do Natal/RN, por seu Agente de Contratação abaixo identificado, torna público a realização do certame a seguir:
– PREGÃO ELETRÔNICO 90.016/2024 – Processo Administrativo: 20240234962 – SMS (UASG: 925162) – Objeto: Registro de preços para aquisição de pneus novos. – Edital disponível no Portal de Compras do Governo Federal (www.compras.gov.br), no Portal Nacional de Compras Públicas (pncp.gov.br) e no Portal da Transparência da Prefeitura do Natal (compras.natal.rn.gov.br) – ABERTURA: 21/AGOSTO/2024, às 09h30min (horário de Brasília). Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos pelo e-mail: pregao.semad@natal.rn.gov.br ou nos dias úteis, no horário das 09:00 às 16 horas pelo telefone (84) 3232.4985.
Natal/RN, 07 de agosto de 2024.
Luciano Silva do Nascimento – Agente de Contratação da SEMAD/PMN.

ALLOS

ALLOS S.A.

CNPJ/MF nº 05.878.397/0001-32 - NIRE 33.3.003.325-11
Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 12 de Junho de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 12 de junho de 2024, às 18 horas, via conferência telefônica, em conformidade com o §4º do artigo 13 do Estatuto Social da Allos S.A. ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Convocação dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do §1º do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Sr. Renato Feitosa Rique foi eleito para presidir os trabalhos e convidou a Sra. Érica Cristina da Fonseca Martins para secretariar a reunião. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a eleição do Presidente Executivo do Conselho de Administração; (ii) a eleição da Secretaria Executiva do Conselho de Administração; (iii) o cancelamento de ações em tesouraria. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade, com abstenção e sem ressalvas, as seguintes deliberações: **5.1.** A eleição do Sr. **Renato Feitosa Rique** como **Presidente Executivo do Conselho de Administração. 5.2.** A eleição da Sra. **Érica Cristina da Fonseca Martins**, como **Secretária Executiva do Conselho de Administração. 5.3.** O cancelamento de 31.000.000 ações em tesouraria. Em decorrência da aprovação do cancelamento de ações, o capital social da Companhia passou a ser dividido em 542.936.909 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A correspondente alteração no artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o cancelamento das ações será deliberada em assembleia geral extraordinária a ser oportunamente convocada. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Rio de Janeiro, 12 de junho de 2024. Presidente: Sr. Renato Feitosa Rique; Secretária: Sra. Érica Cristina da Fonseca Martins. Membros do Conselho de Administração: Renato Feitosa Rique, Peter Ballon, Volker Kraft, Fernando Maria Guedes Machado Antunes de Oliveira, Marcela Dutra Drigo, Luiz Alberto Quinta, Luiz Alves Paes de Barros, Vitor José Azevedo Marques e Cláudia da Rosa Côrtes de Lacerda. Rio de Janeiro, 12 de junho de 2024. Mesa: Renato Feitosa Rique - Presidente Érica Cristina da Fonseca Martins - Secretária. **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro -** Empresa: ALLOS S.A. NIRE: 333.0033251-1. Protocolo: 2024/00516439-0. Data do protocolo: 19/06/2024. Certifico o arquivamento em 02/07/2024 sob o número 00006320714. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

NEOENERGIA

NEOENERGIA S.A.

COMPANHIA ABERTA | RG.CVM 1553-9
CNPJ/MF nº 01.083.200/0001-18 | NIRE 33.300.266.003

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DATA, HORA E LOCAL: No dia 17 (dezessete) do mês de julho do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às 08:00 horas, na sede da Neoenergia S.A. ("Neoenergia" ou "Companhia"), localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 78, 4º andar. **CONVOCAÇÃO**: Realizada com observância do prazo de convocação previsto no parágrafo primeiro do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia, com encaminhamento da documentação suporte correspondente. **PRESENÇA**: Presentes todos os Conselheiros da Companhia, que participaram da reunião presencialmente na sede da Companhia e também por vídeo conferência. **MESA**: Jose Ignacio Sánchez Galán (Presidente) e Ivandro Maciel Sanchez Junior (Secretário). **ORDEM DO DIA**: **(1)** Criação de Joint Venture com a Carbon2Nature no Brasil. **DELIBERAÇÕES**: Quanto ao item **(1)** da Ordem do Dia, foi aprovada por unanimidade dos senhores conselheiros a formalização de acordo entre a Carbon2Nature S.A.U. ("C2N") e a Neoenergia, contemplando a constituição de uma *joint venture* para o desenvolvimento de projetos de geração de créditos de carbono do tipo Soluções Baseadas na Natureza (NBS) no Brasil e posterior comercialização dos créditos ou produtos derivados deste desenvolvimento, autorizando-se a execução dos instrumentos societários e contratuais correspondentes. O assunto conta com a recomendação favorável (i) do Comitê Financeiro, que analisou os aspectos financeiros da *joint venture*, e (ii) do Comitê de Partes Relacionadas. Por último, conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia no passado dia 15 de julho, foi registrada em ata a renúncia do Sr. Fernando Sabbi Melgarejo aos cargos de membro titular do Conselho de Administração e de membro titular do Comitê de Auditoria Estatutário. **ENCERRAMENTO E ASSINATURA DA ATA**: Foi, então, declarada como encerrada a reunião e lavrado, nos termos do artigo 33, inciso V, da Resolução CVM nº 80/2022, o presente extrato da ata, contendo exclusivamente as deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, o qual teve aprovação, sem restrições, da unanimidade dos senhores conselheiros presentes: o Sr. Jose Ignacio Sánchez Galán, Presidente do Conselho de Administração; Sr. José Sainz Armada; Sr. Santiago Martínez Garrido; Sr. Pedro Azagra Blazquez; Sr. Mario Ruiz-Tagle Larrain, Sr. Daniel Alcain; Sr. Eduardo Capelastegui Saiz; Sr. Denísio Liberato; Sr. Marcio de Souza; Sr. Cristiano Frederico Ruschmann; Sra. Marina Freitas Gonçalves de Araújo Grossi e Sr. Maria Fernanda da Rosa Martins Furtado Fernandes. Confere com o extrato original lavrado em livro competente. Rio de Janeiro/RJ, 17 de julho de 2024. **Ivandro Maciel Sanchez Junior** - Secretário. Jucerja. Certifico o arquivamento em 22/07/2024 sob o nº 00006354968. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 47.509.120/0001-82 – NIRE 35.300.151.381

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 1º.7.2024

No primeiro dia do mês de julho de 2024, às 16h, reuniram-se, na sede social, no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 2º andar, Vila Yara, Osasco, SP, os membros da Diretoria da Sociedade sob a presidência do senhor Marcelo de Araújo Noronha. Ausentes os senhores José Ramos Rocha Neto e Oswaldo Tadeu Fernandes, ambos em férias. Durante a reunião, os Diretores deliberaram registrar:

....

....

3) o pedido de renúncia formulado pelo senhor **Antonio José da Barbara**, ao cargo de Diretor Gerente, em carta de 2.2.2024, cuja transcrição foi dispensada, a qual ficará arquivada na sede da Sociedade para todos os fins de direito. ***Quórum da Deliberação:*** Unanimidade de votos. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata, que aprovada pelos Diretores presentes, será encaminhada para assinatura eletrônica. aa) Marcelo de Araújo Noronha, Cassiano Ricardo Scarpelli, Rogério Pedro Câmara, Moacir Nachbar Junior, José Gomes Fernandes e Clayton Neves Xavier. Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil.** aa) Dagilson Ribeiro Carnevali e Ismael Ferraz - *Procuradores*. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 283.919/24-3 em 24.7.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 466ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 16 (dezesseis) dias do mês de abril de 2024, às 11h00 (horário local São Paulo), realizada virtualmente, conforme faculta o artigo 19, parágrafo 1º do Regimento Interno do Conselho de Administração e dos Comitês Técnicos e Consultivos da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia"). **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Foi realizada convocação na forma do Estatuto Social da Companhia. Presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, que subscrevem a esta ata, havendo, portanto, quórum nos termos do Estatuto Social para instalação da reunião. Ainda, estava presente o Secretário Geral e Diretor Jurídico da Companhia, Sr. Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira, como Secretário da Reunião. **3. MESA:** Eduardo Navarro de Carvalho - Presidente da Reunião; Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira - Secretário da Reunião. **4. ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES:** Examinada e debatida a matéria constante da Ordem do Dia, foi deliberado por unanimidade dos membros do Conselho de Administração, o seguinte: **4.1. Proposta de Declaração de Juros sobre Capital Próprio pela Companhia:** Foi aprovada a proposta de declaração de juros sobre capital próprio da Companhia ("JSCP"), com base no balanço patrimonial de 31 de março de 2024, no montante bruto de R$ 380.000.000,00, correspondente a R$ 323.000.000,00 líquidos de imposto de renda retido na fonte. O valor dos JSCP ora declarados equivale ao valor bruto de R$ 0,22994292518[1] por ação ordinária, sendo R$ 0,19545148641[1] líquidos de imposto de renda. O crédito dos JSCP será realizado de forma individualizada a cada acionista, com base na posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 29 de abril de 2024. Após esta data as ações serão consideradas "ex-JSCP". O valor líquido dos JSCP será imputado ao dividendo obrigatório do exercício social que se findará em 31 de dezembro de 2024, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas a ser realizada em 2025, e o pagamento será realizado até o dia 30 de abril de 2025, devendo a data ser definida pela Diretoria da Companhia. **5. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho de Administração declarou encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata. São Paulo, 16 de abril de 2024. (aa) Eduardo Navarro de Carvalho - Presidente do Conselho de Administração; Alfredo Arahuetes García; Ana Theresa Masetti Borsari; Andrea Capelo Pinheiro; Christian Mauad Gebara; Denise Soares dos Santos; Francisco Javier de Paz Mancho; Ignácio Moreno Martínez; Jordi Gual Solé; José María Del Rey Osorio; Juan Carlos Ros Brugueras; e Solange Sobral Targa. Secretário da Reunião: Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira. ***Certifico que a presente ata é cópia fiel da ata da 466ª reunião do Conselho de Administração da Telefônica Brasil S.A., realizada em 16 de abril de 2024, lavrada em livro próprio e registrada perante a Junta Comercial de São Paulo sob o nº 296.152/24-9 de 01/08/2024.*** **Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira -** Secretário do Conselho de Administração

[1] Valor por ação calculado com base na posição acionária de 31.03.2024. Em razão do Programa de Recompra de Ações da Companhia, o valor por ação poderá sofrer alterações considerando a base acionária da Companhia a ser verificada em 29.04.2024.

Atividade econômica

Indicadores agregados

	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-	0,25	0,26	-0,25	0,46	0,66	0,72	0,17	-0,01
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	4,1	-1,5	-0,3	1,0	0,2	-0,8	0,9	0,8	0,0
Indústria de transformação	-	4,5	-2,5	0,4	0,9	0,6	0,2	0,5	0,1	0,2
Indústrias extrativas	-	2,5	3,4	-3,6	0,7	-1,3	-6,7	3,7	3,3	-0,4
Bens de capital	-	0,5	-2,2	3,1	-1,5	2,7	11,0	-1,9	-0,5	-0,3
Bens intermediários	-	2,6	-0,9	-1,1	1,2	-0,8	-2,7	1,7	1,7	0,7
Bens de consumo	-	6,8	-2,1	0,5	0,6	1,6	-0,7	1,2	0,1	-0,9
Faturamento real (CNI - %)	-	6,3	-4,8	2,3	-1,4	3,2	-0,7	2,6	0,8	-0,6
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,2	-2,4	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,7	-0,2
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	1,3	0,4	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0	0,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	1,2	0,9	0,3	1,0	1,9	-0,7	0,3	-0,2
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	-0,3	0,8	2,1	-2,0	2,5	-0,1	1,2	-0,1
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	0,0	0,3	0,6	-0,8	0,4	0,5	0,6	-0,3
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	6,9	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,1	0,1	0,0	0,3	0,4	0,6	0,1	0,2	0,6
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	2,2	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.919	29.044	30.255	30.455	27.723	23.429	26.704	28.786	27.886	29.682
Importações	23.279	22.333	21.851	21.886	20.492	18.225	20.512	19.463	19.097	20.501
Saldo	7.640	6.711	8.404	8.568	7.230	5.204	6.192	9.323	8.789	9.181

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	**TR (1)**	**Poupança (2)**	**Poupança (3)**	**TBF (1)**	**Selic (4)**	**TJLP**	**TLP**	**FGTS (5)**	**CUB/SP**	**UPC**	**Salário mínimo**
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	0,41	24,44	1.412,00
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5957	0,5088	0,3175	-	24,44	1.412,00
2024	**0,50**	**4,59**	**4,59**	**6,46**	**7,09**	**4,50**	**3,80**	**2,50**	**2,70**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**0,87**	**7,09**	**7,09**	**10,22**	**11,20**	**6,81**	**5,60**	**3,89**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para agosto projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jul/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Inflação

Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	jul/24	**jun/24**	**2024**	**2023**	**12 meses**	**jul/24**	**jun/24**	**dez/23**	**jul/23**
IBGE									
IPCA	-	0,21	2,48	4,62	4,23	-	6.941,51	6.773,27	6.667,94
INPC	-	0,25	2,68	3,71	3,70	-	7.141,00	6.954,74	6.880,17
IPCA-15	0,30	0,39	2,82	4,72	4,45	6.833,52	6.813,08	6.645,93	6.542,57
IPCA-E	-	0,39	2,52	4,72	4,06	-	6.813,08	6.645,93	6.542,57
FGV									
IGP-DI	0,83	0,50	1,95	-3,30	4,16	1.127,10	1.117,79	1.105,54	1.082,11
Núcleo do IPC-DI	0,32	0,34	2,30	3,48	3,75	-	-	-	-
IPA-DI	0,93	0,55	1,43	-5,92	4,10	1.312,82	1.300,66	1.294,35	1.261,15
IPA-Agro	0,72	1,52	2,17	-11,34	4,04	1.824,08	1.811,00	1.785,32	1.753,26
IPA-Ind.	1,01	0,19	1,15	-3,77	4,12	1.107,16	1.096,06	1.094,53	1.063,37
IPC-DI	0,54	0,22	3,01	3,55	4,12	755,73	751,69	733,67	725,85
INCC-DI	0,72	0,71	3,55	3,49	4,67	1.126,92	1.118,83	1.088,31	1.076,63
IGP-M	0,61	0,81	1,71	-3,18	3,82	1.143,31	1.136,41	1.124,07	1.101,20
IPA-M	0,68	0,89	1,16	-5,60	3,72	1.349,62	1.340,52	1.334,20	1.301,20
IPC-M	0,30	0,46	2,96	3,40	3,90	737,65	735,41	716,46	709,98
INCC-M	0,69	0,93	3,34	3,32	4,42	1.122,45	1.114,75	1.086,15	1.074,90
IGP-10	0,45	0,83	1,63	-3,56	3,38	1.161,97	1.156,82	1.143,35	1.123,94
IPA-10	0,49	0,88	1,06	-6,02	3,14	1.381,26	1.374,57	1.366,78	1.339,16
IPC-10	0,24	0,54	2,98	3,43	3,88	742,33	740,54	720,87	714,60
INCC-10	0,54	1,06	3,27	3,04	4,20	1.105,16	1.099,18	1.070,21	1.060,64
FIPE									
IPC	0,06	0,26	1,93	3,15	3,17	688,31	687,92	675,27	667,19

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia jul/24 0,40% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana jul/24 0,01%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	jun/24		mai/24		jun/23	
	Valor	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Dívida líquida total	**6.946,2**	**62,21**	**6.897,1**	**62,08**	**6.096,5**	**57,92**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-12,8	-0,11	-19,7	-0,18	9,0	0,09
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-912,6	-8,17	-819,0	-7,37	-676,1	-6,42
Dívida fiscal líquida	**7.871,6**	**70,49**	**7.735,9**	**69,63**	**6.763,6**	**64,25**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.706,3	69,02	7.604,4	68,45	6.744,8	64,07
Dívida externa líquida	-760,1	-6,81	-707,3	-6,37	-648,3	-6,16
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.954,1	53,32	5.923,8	53,32	5.169,6	49,11
Governos Estaduais	872,3	7,81	859,1	7,73	821,8	7,81
Governos Municipais	64,4	0,58	61,5	0,55	42,6	0,40
Empresas Estatais	55,4	0,50	52,7	0,47	62,5	0,59
Necessidades de financiamento do setor público	**jun/24**		**mai/24**		**jun/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.108,0**	**9,92**	**1.061,9**	**9,56**	**662,4**	**6,29**
Governo Federal**	875,9	7,84	871,2	7,84	528,1	5,02
Banco Central	149,3	1,34	107,3	0,97	55,2	0,52
Governo regional	72,6	0,65	73,5	0,66	71,1	0,68
Total primário	**272,2**	**2,44**	**280,2**	**2,52**	**24,3**	**0,23**
Governo Federal	-47,2	-0,42	-47,6	-0,43	-217,6	-2,07
Banco Central	0,6	0,01	0,5	0,00	0,5	0,00
Governo regional	-25,6	-0,23	-23,6	-0,21	-19,7	-0,19

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-junho		Var.	junho		Var.
	2024	**2023**	**%**	**2024**	**2023**	**%**
Receita Federal						
Imposto de renda total	**433,9**	**389,2**	**11,48**	**67,1**	**59,7**	**12,45**
Imposto de renda pessoa física	39,7	31,4	26,19	5,9	6,3	-6,69
Imposto de renda pessoa jurídica	170,0	165,9	2,44	16,9	15,5	9,27
Imposto de renda retido na fonte	224,2	191,9	16,88	44,3	37,9	16,92
Imposto sobre produtos industrializados	36,3	29,6	22,74	5,9	5,0	17,86
Imposto sobre operações financeiras	31,9	29,6	7,84	5,5	5,0	10,47
Imposto de importação	33,4	26,8	24,70	6,6	4,4	51,67
Cide-combustíveis	1,5	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	199,1	160,5	24,04	35,6	27,8	28,12
CSLL	90,7	85,4	6,20	9,5	9,0	5,75
PIS/Pasep	55,0	45,0	22,14	9,6	7,7	23,47
Outras receitas	416,7	376,7	10,62	68,8	61,9	11,14
Total	**1.298,5**	**1.142,8**	**13,62**	**208,8**	**180,5**	**15,72**

	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor**	**Var. %***	**Valor****	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**
	mar/24		**fev/24**		**mar/23**	
	Valor	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***
INSS	**50,9**	**6,25**	**47,9**	**-7,38**	**45,4**	**3,05**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	**Vencimento**	**Valor da quota (Campo 7 do DARF)**	**Valor dos juros (Campo 9 do DARF)**	**Valor total (Campo 10 do DARF)**
1ª ou única	31/05/2024		-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	+
4ª	30/08/2024	Valor da declaração	2,70%	Campo 8
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			
Pagamento com atraso				

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de junho*

Discriminação	Janeiro-junho		Var.	junho		Var.
	2024	**2023**	**%**	**2024**	**2023**	**%**
Receita total	**1.320,2**	**1.216,9**	**8,49**	**203,0**	**187,7**	**8,16**
Receita Adm. Pela RFB**	854,4	768,9	11,12	128,1	116,6	9,84
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	302,5	289,1	4,65	49,7	47,9	3,88
Receitas Não Adm. Pela RFB	163,4	159,0	2,77	25,2	23,2	8,55
Transferências a Estados e Municípios	**259,3**	**239,2**	**8,41**	**42,5**	**36,0**	**18,11**
Receita líquida total	**1.060,9**	**977,7**	**8,51**	**160,5**	**151,7**	**5,80**
Despesa Total	**1.128,8**	**1.021,5**	**10,50**	**199,3**	**198,7**	**0,33**
Benefícios Precidenciários	501,9	461,9	8,66	94,6	101,8	-7,00
Pessoal e Encargos Sociais	174,7	171,5	1,89	28,9	28,2	2,62
Outras Despesas Obrigatórias	192,3	158,5	21,38	26,1	24,7	5,96
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	259,8	229,6	13,13	49,6	44,1	12,66
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-67,8**	**-43,8**	**55,02**	**-38,8**	**-47,0**	**-17,32**

Discriminação	jun/24		mai/24		jun/23	
	Valor	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**
Ajustes metodológicos	-0,4	450,94	-0,1	-51,94	-0,2	-
Discrepância estatística	-1,0	-	0,1	-	-1,3	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-40,2**	**-34,02**	**-60,9**	**-**	**-48,4**	**7,71**
Juros Noniminais	**-86,4**	**29,56**	**-66,7**	**-3,99**	**-34,7**	**-44,21**
Result. Nominal do Gov. Central	**-126,6**	**-0,79**	**-127,6**	**110,45**	**-83,2**	**-22,42**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Brasil

CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO

Davi Alcolumbre: "Quero colocar três alternativas. Não vai atender 100% a ninguém, mas vai atender 80% de todos"

Contas públicas Em 'saída política', relator propõe que entes optem por três tipos de compensação como forma de reduzir correção de 4% além do IPCA

Alcolumbre quer regra flexível para zerar juro em dívida dos Estados

Caetano Tonet e Julia Lindner
De Brasília

Em busca de um acordo para o avanço do projeto de lei complementar que estabelece novas regras para o pagamento da dívida dos Estados com a União, o relator do texto, senador Davi Alcolumbre (União-AP), pretende ampliar as possibilidades para os entes conseguirem zerar os juros sobre o valor devido.

Atualmente, as dívidas são corrigidas pela inflação medida pelo IPCA mais 4% de juros ao ano. O projeto de autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), cria o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) com o intuito de diminuir o indexador.

Alcolumbre quer garantir uma equivalência entre as três modalidades propostas para o desconto ocorrer. Desta forma, todas as iniciativas na mesa poderiam gerar individualmente o abatimento de até dois pontos percentuais (p.p) dos juros. Cada Estado optaria, então, pelo modelo de preferência para atingir os 4%.

Pelo texto de Pacheco, haveria abatimento de até dois pontos percentuais por meio da federalização de ativos; 1 p.p por meio de investimentos em infraestrutura, educação e segurança; e 1 p.p pela aplicação em um fundo de equalização que atenderá os Estados, até os não endividados. Já o relator deixaria todos em 2 p.p.

A alternativa pensada por Alcolumbre conta com a anuência do presidente do Senado. "Eu quero colocar três alternativas. Não vai atender 100% a ninguém, mas vai atender 80% de todos. Vou colocar todas as possibilidades, e o Estado vai definir a melhor forma de abatimento", declarou Alcolumbre ao **Valor**.

Como mostrou o **Valor**, o governo propôs redução do abatimento previsto para a federalização de ativos, de 2 p.p para 1 p.p, alegando que praticamente apenas Minas Gerais seria beneficiado. Em troca, haveria ampliação dos investimentos de 1 p.p para 2 p.p. A ideia foi rejeitada por Pacheco.

A federalização é um dos principais pleitos do presidente do Senado porque, no caso de Minas Gerais, a venda de empresas como Codemig, Copasa e Cemig pode significar um abatimento de metade do estoque da dívida de R$ 160 bilhões.

Líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA) acredita que a proposta sugerida por Alcolumbre pode significar uma "saída política" para o impasse. Ao **Valor** Wagner afirmou que o governo foi convencido por Pacheco a desistir da redução do abatimento pela federalização. O mineiro argumentou que a União não é obrigada a aceitar os ativos dos Estados.

"Eu acho que vai bater o martelo, até porque ninguém tem interesse em estrangular os Estados", afirmou o líder do governo.

> "Acho que vai bater o martelo; ninguém tem interesse em estrangular os Estados"
> *Jacques Wagner*

Nesta quarta-feira (7), governadores do Consórcio Nordeste levaram a Pacheco a proposta para que o bônus por investimentos especificamente no fundo de equalização tenha a possibilidade de atingir 2 pontos percentuais.

"A proposta inicial está colocando que o fundo de equalização seria composto por 1%. Nós trouxemos uma nova proposta para que o percentual a compor esse fundo de equalização seja em torno de 2%. É o mais justo", argumentou a governadora Fátima Bezerra (RN).

A flexibilização atende a um pleito do governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL). "O Rio de Janeiro, por exemplo, é diferente de Minas. Para nós interessa ser 2% para tudo, e não 1% para cada um. Não temos tantos ativos", alegou Castro.

Alcolumbre acredita que, no novo formato, o tema poderá ir a votação na próxima terça (13), como deseja Rodrigo Pacheco, seu aliado. "Vamos construir um texto harmônico e vamos votar na terça-feira", afirmou. "Faremos o possível para que haja clima para votar na próxima semana, antes do início das campanhas eleitorais", declarou Pacheco anteriormente.

Os governadores do Nordeste também pleiteiam que a distribuição de recursos do fundo de equalização siga os critérios do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Ele discutem, ainda, a possível inclusão de um mecanismo que autorize os Estados a renegociar passivos com instituições bancárias do sistema financeiro nacional.

'Securitização' garante quitação de duas dívidas do setor elétrico

Rafael Bitencourt
De Brasília

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, anunciou que a securitização de créditos decorrentes da privatização da Eletrobras permitiu levantar R$ 11,8 bilhões para quitar empréstimos tomados em momentos de crises. A operação foi possível graças a nova captação feita pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) com bancos nesta quarta-feira, no valor de R$ 7,8 bilhões.

Os empréstimos anteriores estão relacionados às Contas Covid e Escassez Hídrica. A primeira operação de crédito foi contratada em período de elevada inadimplência durante a pandemia e a segunda em momento de pressão tarifária durante a crise hídrica de 2021.

O próprio ministro vinha dizendo que os consumidores ainda tinham um saldo a pagar de R$ 13 bilhões com essas duas operações de crédito com juros elevados, devido à avaliação de risco feita pelo mercado nos dois momentos delicados que o setor passava.

Silveira explicou que a captação junto aos bancos se soma a R$ 4 bilhões que o setor tinha disponível dentro da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) — por isso, totalizando R$ 11,8 bilhões. Este valor foi suficiente para liquidar toda a dívida, segundo ele.

Silveira disse que essa operação garante descontos de 2,5% a 10% nas contas de luz já a partir do próximo mês. A expectativa do governo é que a negociação gere um abatimento no valor total devido pela Eletrobras, restando ainda cerca de R$ 18 bilhões em créditos para os consumidores.

A jornalistas, Silveira afirmou que a securitização resultou em ganho financeiro de R$ 500 milhões. Isso foi possível, disse, porque o custo anterior da operação era de Selic + 3% e foi para Selic + 2,2%.

INÊS 249

Saúde Dados do Ministério da Saúde indicam crescimento de problemas de saúde como sobrepeso e obesidade entre crianças e jovens brasileiros

Professores usam Olimpíada para reduzir sedentarismo

PARIS 2024

Rafael Vazquez
De São Paulo

Diante da realidade de pouco incentivo dos país à prática esportiva e cada vez mais diversões eletrônicas nas mãos, a chegada da Olimpíada de Paris virou ferramenta valiosa para professores de educação física tentarem aumentar o engajamento de alunos com esportes. Os jogos, segundo especialistas, geram esperança de começar a reverter a tendência de sedentarismo entre crianças e adolescentes, quadro que leva a projeções preocupantes quanto a sobrepeso e obesidade desse público.

Segundo dados do Ministério da Saúde organizados pela LifesHub, empresa especializada em inteligência para o setor da saúde, de 2012 a 2022 a porcentagem de jovens de 10 a 19 anos diagnosticados com sobrepeso, obesidade ou obesidade grave subiu de 21% para 31%. Nas crianças de 5 e 9 anos, a proporção foi de 26,7% para 31,4%.

Segundo análise do Itaú Social, que atua em programas de melhoria da educação pública no Brasil, crianças e jovens podem ser mais ativos apenas se movendo mais, e isso torna as aulas de educação física mais importantes do que boa parte dos educadores considera quando debatem a qualidade da educação.

"A relação entre o esporte e o desenvolvimento humano integral talvez seja a menos valorizada entre todas as que compõem o currículo escolar nos ensinos fundamental e médio, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo. Isso acontece não apenas devido a uma visão produtivista da educação, mas principalmente devido ao desconhecimento puro e simples de como o esporte e a atividade física podem contribuir para o desenvolvimento humano integral", aponta o relatório do Itaú Social.

A análise defende ainda que o esporte, diferentemente de disciplinas como história ou geografia, pode promover um transbordamento de efeitos que vão muito além da melhoria da saúde e desenvolvimento físico das crianças e jovens.

A superintendente do Itaú Social, Patricia Mota Guedes, observa que dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) sinalizam que, atualmente, três em cada quatro adolescentes brasileiros não estão praticando atividade suficiente. "Isso significa que 84% dos jovens entre 11 e 17 anos não praticam sequer uma hora de atividade física por dia, o que só reforça a importância da presença de esportes e indução a movimento na experiência da escola."

Para Guedes, além da educação física, a sensibilização em torno da Olimpíada, se bem explorada, pode ajudar professores de todas as disciplinas a engajarem mais os estudantes, desde matemática e geometria a geografia e história devido ao repertório cultural do evento. "Tudo isso faz parte de um conceito de educação integral em que professores, gestores, estudantes e famílias reconhecem que o desenvolvimento físico das crianças e adolescentes está estritamente conectado com o desenvolvimento social e emocional."

> "84% dos jovens de 11 a 17 anos não praticam sequer uma hora de atividade física por dia"
> *Patricia Mota Guedes*

"A gente vem percebendo isso no dia a dia. Essa tendência ao sedentarismo é ajudada pelas novas formas de relações sociais. Mas acredito que essa realidade não é incontornável", avalia o professor de educação física Diego Jaboa, que leciona do 1º ao 9º ano do ensino fundamental na escola municipal Harry Forssell, em Itanhaém, São Paulo. O nome é homenagem a um nadador da cidade que participou da Olimpíada de 1932.

Segundo o professor, a falta de equipamentos públicos de qualidade para a prática de esportes em segurança na maioria das cidades brasileiras, principalmente em bairros periféricos, também contribui para a baixa prática de exercício entre crianças e jovens.

Jaboa ressalta o papel dos professores e das escolas para lidar com a questão e afirma que os educadores são fundamentais no trabalho de evitar que as projeções negativas se concretizem. De acordo com estimativa do Atlas Mundial da Obesidade, o Brasil pode ter até 50% da população entre 5 e 19 anos com obesidade ou sobrepeso em 2035. Para ele, a comoção e o interesse gerado pela Olimpíada não podem ser desperdiçados.

"A escola tem que dar às crianças a oportunidade de conhecer outras gestualidades além do futebol, e os Jogos Olímpicos nos ajudam a despertar esse interesse. O desafio é aproveitar o período do evento para fazer isso", diz.

A alfabetização corporal dos adolescentes, principalmente da cintura para cima, está "muito ruim", diz o professor. A partir dessa constatação, ele introduziu no planejamento aulas básicas de beisebol, golfe, badminton, tênis e até curling para melhorar a coordenação motora, especialmente dos alunos dos primeiros anos "As crianças adoram conhecer esportes novos e é fundamental que a cultura esportiva entre nelas desde os primeiros anos de vida."

Jaboa relata o caso de um aluno que costumava mostrar pouca disposição, mas que se animou após ter contato com o beisebol na escola. "Nem todas as crianças gostam de futebol. É importante ampliarmos o leque para causar interesse em todos, pois a saúde física contribui inclusive para a saúde mental dos jovens", observa.

DIVULGAÇÃO

Crianças têm aula de basquete em quadra cedida pela Escola Santos Anjos

Desmatamento cai 46% em um ano na Amazônia

Fabio Murakawa
De Brasília

O desmatamento na Amazônia aumentou 33,2%, para 666 quilômetros quadrados, em julho deste ano em comparação ao mesmo mês do ano passado, informou nesta quarta-feira o Ministério do Meio Ambiente (MMA) com base em dados do sistema Deter do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Entretanto, se considerados os dados anuais, a tendência é inversa. Entre agosto de 2023 de julho de 2024, houve queda de 45,7%, chegando a 4.315 quilômetros quadrados, ante 7.952 quilômetros quadrados registrados no período anterior. Entre agosto de 2022 e julho de 2023, a queda havia sido de 7,4%.

No Cerrado, porém, a alta foi de 9%, levando-se em conta os meses entre agosto de 2023 e julho de 2024. Com 7.015 quilômetros quadrados, o bioma bateu um recorde negativo de alertas de desmatamento. Mas o MMA começa a perceber uma tendência de queda nos últimos meses.

> Preocupação especial do governo com os Estados do "Matopiba"

"A queda do desmatamento na Amazônia agora a gente começa a percebê-la também no Cerrado nos últimos três, quatro meses. Uma tendência que queremos que se firme. Já mostrando em alguns Estados, com exceção do Piauí, que há uma dinâmica de queda em curso e que nós iremos trabalhar cada vez mais a implementação do plano para que tenhamos o mesmo resultado que estamos alcançando na Amazônia", afirmou a ministra em entrevista coletiva.

Secretário-executivo da pasta, João Paulo Capobianco listou fatores sazonais e circunstanciais, como a seca intensa, a greve dos servidores do Ibama e o ano eleitoral, para explicar a alta do desmate amazônico no mês de julho.

"São vários fatores que explicam isso. Em todos os anos, o mês de julho é um período de aceleração do desmatamento. Segundo, que neste ano temos questões atípicas. Temos uma seca muito intensa na Amazônia. Temos um período eleitoral, que via de regra criam algumas dificuldades nos processos de controle do desmatamento, por estímulo à ocupação em muitas áreas", afirmou. "E temos também tem a greve do Ibama, que tem algumas consequências também. Mas, realmente, na série anual a redução é extremamente importante."

BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO

Ministras Luciana Santos e Marina Silva e o secretário João Paulo Capobianco: tendência de queda no Cerrado

Além disso, afirmou Capobianco, a expressiva queda do desmatamento em julho do ano passado explica o índice ruim registrado neste ano. Ele exemplificou dizendo que, mesmo com a alta de 33,2% em relação a 2023, o desmatamento foi 55,2% menor do que o registrado em julho de 2022.

"Temos ainda um problema de que houve uma redução muito alta em julho do ano passado. Foi uma redução muito grande, então o número ficou muito abaixo de uma tendência histórica", afirmou. "Mas, realmente, na série anual a redução é extremamente importante."

Capobianco afirmou ainda que há uma preocupação especial com os Estados do chamado "Matopiba", que concentraram 75% das áreas sob alerta de desmatamento do bioma entre agosto de 2023 e julho de 2024. Desses, três registraram aumentos expressivos no desmate: Maranhão (30,9%), Tocantins (58,6%) e Piauí (14,7%). Na Bahia, houve uma queda de 52% no período.

Ao todo, apenas 53 municípios somam metade dos alertas de desmatamento do Cerrado. Eles representam 4% dos municípios do bioma.

'Sem erros do passado', rodovias podem gerar R$ 400 bi, diz ministro

Rafael Bitencourt
De Brasília

O ministro dos Transportes, Renan Filho, afirmou na quarta-feira (7) que, se o Brasil "corrigir erros do passado" relacionados às concessões de rodovias, terá novo ciclo de investimentos no setor. Em painel do Bienal das Rodovias 2024, o ministro reafirmou a expectativa de "otimizar" até 15 contratos de concessão, com problemas de equilíbrio econômico financeiro, e leiloar outros 35 novos trechos até o fim do governo, em 2026.

"Essa curva de aprendizagem, nos mostrou algumas coisas, que não podemos tutelar o lucro, não podemos ter o capex [investimento] subestimado, que não podemos ter engessamento de demanda e que a gente precisa ter matriz de risco mais adequada aos riscos existentes", disse Renan Filho, no evento promovido pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR).

Ele destacou que, se cumprir a meta para o setor, o governo conseguirá entregar 50 contratos de rodovias "performando" até 2026, envolvendo bilhões em investimentos que deverão ser cumpridos nos anos subsequentes.

"Se colocar esse setor para andar num ritmo mais rápido com esses 50 contratos, a gente pode levantar quase R$ 400 bilhões em investimento em rodovias no Brasil. Só para uma comparação, em investimento público nesses quatro anos, vai ter R$ 60 bilhões, R$ 70 bilhões, que é três vezes mais do que o ciclo do governo anterior", disse o ministro dos Transportes.

No evento, Renan Filho reiterou que, na gestão do presidente Jair Bolsonaro, apenas seis leilões de rodovias foram realizados.

Sobre os leilões de novos projetos, o ministro disse estar confiante com o interesse de investidores pelo que está chamando de quinta rodada de concessões de rodovia. Segundo ele, os novos contratos blindam os gestores dos contratos de risco de demanda e engenharia, que foram os fatores os que mais geraram desequilíbrio nos contratos que estão sendo repactuados por intermédio da câmara de consenso do Tribunal de Contas da União (TCU).

"Obviamente, o governo tem de apenas criar bom ambiente para a chegada dos investidores, que é garantir condições saudáveis para competição", afirmou. Segundo ele, há confiança no governo para confirmar o sucesso da BR-381 este mês. Conhecida como a "Rodovia da Morte", devido ao grande número de acidentes fatais , ela já teve o edital lançado quatro vezes, todas sem interessados.

Uso de ônibus perde força entre brasileiros das maiores cidades

Rafael Bitencourt
De Brasília

O ônibus é a única alternativa de locomoção disponível a 52,7% dos usuários de transporte no Brasil, indicou a nova Pesquisa CNT de Mobilidade da População Urbana, lançada na quarta-feira (7). O levantamento, realizado de 18 de abril a 11 de maio deste ano, em 319 municípios com mais de 100 mil habitantes, buscou identificar os principais modos de transporte utilizados pela população, além de avaliar a percepção dos passageiros sobre o setor de transporte urbano no país.

Já o percentual de pessoas que utilizam ônibus diminuiu em relação à pesquisa anterior, realizada em 2017. A parcela, agora, é de 30,9%, ante 45,2% que utilizavam esse veículo no levantamento de 2017. Já o uso do metrô caiu de 4,6% para 4,2% entre os usuários consultados.

A Confederação Nacional do Transporte (CNT) avalia que entre os fatores que podem ter influenciado a queda do uso do transporte coletivo estão o aumento da utilização do carro próprio, que passou de 22,2% para 29,6% no período, e a obtenção de moto própria, que também teve um salto significativo, de 5,1% para 10,9% em sete anos.

Os serviços de transporte por aplicativos também foram considerados no levantamento. Esta modalidade, que envolve o uso de veículo particular, teve uma "evolução expressiva" de uso nesse período, passando de 1%, em 2017, para 11,1%, em 2024. Isso também deve ter contribuído, na avaliação dos pesquisadores, para a redução da procura por transporte público.

A pesquisa, feita com o apoio da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), demonstra que a maior parte dos entrevistados (56,9%) tem evitado o uso da rede pública de transporte. Uma parcela de 29,4% indicou que deixou de usar totalmente o ônibus, e a outra, 27,5%, admitiu que diminuiu o uso.

De acordo com a sondagem, as classes C e D/E respondem pelo estrato social que mais se deslocam por ônibus (79,2%), trem urbano/metropolitano (77,1%) e metrô (62,3%). Os altos percentuais, segundo os pesquisadores, demonstram que as políticas públicas voltadas para o transporte público beneficiam diretamente a população com menor poder aquisitivo.

Os diretores da CNT e da NTU ressaltam ainda a importância de tratar dos assuntos levantados pela pesquisa neste ano de eleições municipais.

A chance de o governo sair das cordas

Maria Cristina Fernandes

No dia seguinte ao garrote que o ministro do Supremo Tribunal Federal, Flávio Dino, colocou nas emendas parlamentares pelo descumprimento dos requisitos de transparência e rastreabilidade, o Tesouro bloqueou R$ 3 bilhões que seriam destinadas às emendas de comissão e R$ 1,2 bi devido àquelas de relator. Esses R$ 4,2 bilhões excedem o contingenciamento de R$ 15 bilhões imposto pelo arcabouço fiscal.

Na tarde desta quarta, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, fechou o cerco. Entrou com uma ação para sustar o pagamento de emendas Pix, aquelas que são da dotação individual dos parlamentares e vão direto para o caixa das prefeituras sem convênios que permitam o acompanhamento mais transparente da execução.

O cerco sobre o Congresso oferece ao presidente, que reúne hoje seu ministério, uma oportunidade de sair das cordas. O semestre anterior à eleição das mesas do Congresso sempre oferece uma chance de o Executivo ganhar governabilidade ou afundá-la de vez. Funciona mais ou menos como as eleições legislativas de meio de mandato nos EUA. No cerco em questão, operado pelos 11 votos do STF, crescem as chances de o Executivo ganhar governabilidade.

De instrumento capaz de dar eficácia ao atendimento parlamentar às demandas de seu eleitorado, as emendas transformaram o Congresso num governo paralelo. Tanto pelo volume — que aumenta com o crescimento da receita — quanto pela maneira como são executadas. Por serem, em grande parte, impositivas e independentes da ação do governo, autonomizaram os parlamentares.

Com o bônus de executar o Orçamento sem o ônus de prestar contas, senadores e deputados não poderiam desejar outra coisa senão manter tudo como está. Por isso, a decisão de Dino, neste momento em que a campanha municipal e pela sucessão das mesas esquenta, é tão crucial. Subverte por completo a ordem estabelecida no Congresso.

Se alguém tem dúvida que leia a resposta à decisão de Dino de mandar o Legislativo identificar os autores das emendas de comissão. "O Congresso não tem como colaborar", informa a ata do encontro que sucedeu à decisão do ministro. Ou seja, o Legislativo reconhece, formalmente, que, de fato, estava descumprindo a decisão da ex-ministra Rosa Weber que Dino resgatou.

Basta ver o efeito do chamado "orçamento secreto" sobre a eleição dos parlamentares em 2022. A votação do deputado Arthur Lira (PP-AL) saltou 53% com o incremento da rubrica no governo Jair Bolsonaro. Foi a presidência da Câmara que o projetou? O que dizer então dos 69% a mais de votos de seu maior aliado, Elmar Nascimento (União-BA), entre 2018 e 2022, ou da votação 46% maior de Johnathan de Jesus no período?

O feito do parlamentar do Republicanos de Roraima foi retribuído com sua indicação, por Lira, para o Tribunal de Contas da União. Há um ano e meio no cargo, ainda não explicou suas próprias contas. Foi a conquista de mandato mais cara de 2022, se considerada a fatia do orçamento secreto que lhe foi destinada: R$ 7,7 mil por voto nas contas do jornalista Breno Pires, da "Piauí".

A esta fartura, some-se a liberalidade de poder mandar emendas para fora do Estado que os elegeu, outro expediente proibido por Dino. Mais do que uma generosidade federativa, é uma troca de benesses cruzada, liderada pelo Amapá de Davi Alcolumbre (União), que permite o domínio dos caciques sobre as bancadas e máquinas partidárias do país que garantirão a recondução de seus grupos nas mesas.

Tão importante quanto a decisão de Dino é a movimentação no Judiciário no tema. Primeiro veio a decisão do ministro Gilmar Mendes, que era relator da ação da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo contra as emendas Pix. Ele acabou por convergir com a Abraji no pedido para que Dino, além do orçamento secreto, assumisse mais esta.

Como Mendes não é de abrir mão de poder , especialmente em relação ao Congresso, parece claro que há uma convergência do STF em torno de Dino. Some-se a isso a ação do PGR de mesmo teor. Gonet, que chegou ao cargo com apoio de Mendes e Alexandre de Moraes, apresentou a ADI por temer o "déficit de legitimidade" daquela da Abraji

É uma situação muito distinta daquela de 2022, quando Mendes liderou a modulação da decisão da ex-ministra Rosa Weber que acabou permitindo seu descumprimento. Dino desenterra aquela ação num momento em que o Congresso se prepara para eleger os exércitos de prefeitos e vereadores dos quais se valerá para a renovação de seus mandatos em 2026.

De lá pra cá, evidenciou-se que o cerco do Judiciário ao bolsonarismo não foi capaz de asfixiá-lo. Ficou claro que, nesta tarefa, não é possível prescindir da política, desde que os instrumentos para isso lhe estejam disponíveis. Noves fora o combate às notícias falsas e o avanço do crime organizado, os resultados das eleições municipais não são ditados pelo Judiciário, mas o acesso do Centrão a recursos de poder o é.

Se o PL, como se prevê, avançar nos municípios, ao Centrão não restará alternativa senão franquear ao bolsonarismo espaços na mesa diretora e no acesso aos recursos que moldarão, em grande parte, as futuras bancadas. A configuração da Câmara e ao Senado em 2027 determinará, em grande parte, os limites do STF, seja nas decisões monocráticas (em tramitação na Câmara), seja nos pedidos de impeachment de ministros (protocolados no Senado).

É sobre esta paisagem que se abrem as janelas do Executivo a partir do cerco ao Legislativo. É mais um capítulo da aliança com o Judiciário. Haverá um preço a pagar, mas é o que há para hoje se o objetivo é sair das cordas.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às terças e quintas-feiras
E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

Judiciário Procurador-geral da República pediu liminar para suspender o pagamento desses recursos até mérito ser julgado

Gonet envia ao Supremo ação contra as emendas Pix

Isadora Peron e Flávia Maia
De Brasília

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) contra as chamadas emendas Pix. O PGR pediu uma liminar para suspender imediatamente o pagamento desses recursos até que a Corte analise o mérito da ação.

Esse tipo de emenda permite a destinação de recursos a Estados e municípios através de transferência, sem necessidade de celebração de convênio ou indicação do programa, projeto ou atividade que as verbas serão dirigidas. Na peça, Gonet sugeriu que o caso seja enviado ao ministro Flávio Dino, que é o relator de ações que tratam do orçamento secreto.

Para o PGR, o modelo "não se revela admissível, por importar perda da transparência e da rastreabilidade dos recursos alocados", além de ofender vários princípios constitucionais, como o pacto federativo e a separação dos Poderes. Ao pedir a liminar, ele apontou o fato de que há "riscos da continuidade desse sistema de transferências em períodos eleitorais, como o que está por se iniciar".

Gonet argumentou ainda que ao permitirem o repasse direto de recursos federais a outros entes federados, as emendas Pix ferem a lógica estabelecida pela Constituição para elaboração e execução do Orçamento.

Para o PGR, o modelo reduz o papel do Poder Executivo na operacionalização do Orçamento e representa a entrega da verba aos Estados e municípios de modo direto, sem possibilidade de fiscalização do uso dos valores. "A quantia simplesmente passa a pertencer ao ente político beneficiado pelo ato da singela transferência", disse.

Segundo Gonet, ao transferirem valores federais diretamente aos demais entes federativos, as emendas Pix excluem a competência do Tribunal de Contas da União (TCU) para fiscalizar o uso de recursos, que são de origem federal. "A deturpação do sistema republicano de acompanhamento dos gastos públicos mostra-se patente", afirmou.

A ação citou o relatório elaborado por organizações não governamentais, como o Contas Abertas, que indica aumento expressivo dos valores destinados às emendas Pix. Em 2022, o montante chegou a R$ 3,32 bilhões, enquanto em 2023 o total duplicou, atingindo R$ 6,75 bilhões. De acordo com o relatório, um terço de todas as emendas individuais do ano passado foram na modalidade transferência especial.

> [Modelo] "não se revela admissível, por importar perda da transparência"
> *Paulo Gonet*

Esse tipo de emenda já é objeto de questionamento em outra ação que tramita no STF, apresentada pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). Na semana passada, Dino decidiu manter os repasses, mas impôs uma série de condicionantes para garantir a transparência das emendas Pix.

A ação de Gonet, no entanto, é enfática ao pedir a suspensão imediata dessas transferências. Ele decidiu acionar o Supremo diante da dúvida sobre a legitimidade da Abraji para entrar com esse tipo de processo.

A postura do atual PGR contrasta com a posição adotada por Augusto Aras, que esteve à frente do Ministério Público Federal (MPF) entre 2019 e 2023. Na época, ele chegou a se manifestar pela constitucionalidade do orçamento secreto.

Com a medida, Gonet colocou a PGR no lugar de protagonista de uma discussão considerada central para o governo federal: o controle dos recursos orçamentários.

Durante o mandato de Jair Bolsonaro (PL), coube a partidos da oposição, como o Psol e o PSB, questionar a criação das emendas de relator. O repasse de recursos públicos por meio desse sistema foi batizado de orçamento secreto devido à falta de transparência. O sistema foi apontado como uma maneira de o então presidente "comprar" o apoio dos parlamentares.

Ao longo de toda a discussão, Aras manifestou-se nos autos. A primeira manifestação ocorreu em 2021, quando Aras trabalhava para ser reconduzido ao cargo — o que dependeria não apenas da indicação de Bolsonaro, mas também da aprovação pelo Senado.

Na época, a posição adotada por Aras foi que esse deveria ser um assunto debatido pelo Congresso e que não caberia ao STF se manifestar. Às vésperas do julgamento pelo plenário, em novembro de 2022, o parecer do PGR defendeu que a apresentação de emendas de relator eram constitucionais e que seria atribuição do Legislativo definir o Orçamento.

Em dezembro daquele ano, no entanto, o STF decidiu derrubar o orçamento secreto. Durante a sustentação oral, a então vice-procuradora-geral da República, Lindôra Araújo, chegou a defender que a Corte não poderia se transformar em "palco político". Somente após o resultado, Aras apontou que iria rever a posição da PGR sobre o assunto.

Marcado julgamento da desoneração

Flávia Maia, Julia Lindner e Caetano Tonet
De Brasília

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), agendou para o período de 16 a 23 de agosto o julgamento que visa confirmar com o colegiado a manutenção da liminar que prorrogou até o dia 11 de setembro a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores intensivos em mão de obra e municípios com até 156 mil habitantes.

A liminar foi proferida durante o recesso forense do mês de julho pelo presidente em exercício da Corte, Edson Fachin. O prazo de 60 dias concedido por Cristiano Zanin, relator da ação, para que fosse apresentada a forma de compensação da desoneração venceria dia 19 de julho.

Na ocasião, Fachin atendeu a um pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Senado, que solicitaram ao Supremo o alargamento do prazo da manutenção da desoneração para que o Congresso tenha tempo hábil para deliberar sobre o tema. AGU e Senado afirmaram que há disposição do Legislativo e Executivo na construção de um acordo de compensação, porém, por conta do recesso, eles não haviam ainda conseguido costurar a medida.

De acordo com o documento apresentado ao STF, o Senado tem conduzido as negociações para o avanço da tramitação do Projeto de Lei do Senado 1.847, de 2024, de relatoria do senador Jaques Wagner (PT-BA), que discutem formas de compensação da desoneração. No entanto, ainda havia data marcada para essa votação.

"Igualmente justifica a concessão da presente medida liminar o diálogo institucional em curso e razões de segurança jurídica, pois a retomada abrupta dos efeitos ora suspensos pode gerar relevante impacto sobre diversos setores da economia nacional", escreveu Fachin na ocasião.

O modelo de desoneração da folha de pagamentos de setores da economia foi instituído em 2011, como forma de estimular a geração de empregos, e já foi prorrogado diversas vezes. É um modelo de substituição tributária, em que determinados segmentos contribuem com uma alíquota de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre salários. Os 17 setores geram cerca de 9 milhões de empregos.

No ano passado, o Congresso prorrogou a medida até o fim de 2027. Além disso, estabeleceu que cidades com população inferior a 156 mil habitantes poderão ter a contribuição previdenciária reduzida de 20% para 8%.

O texto, no entanto, foi vetado pelo presidente Lula. Mais tarde, o veto presidencial foi derrubado pelo Congresso e, como resposta, o Executivo enviou uma medida provisória (MP) prevendo novamente o fim dos dois tipos de desoneração. A iniciativa mais recente desse processo de negociação é a busca por um acordo entre governo e Congresso em torno da compensação da medida.

Na quarta-feira (7), o senador Jaques Wagner, líder do governo na Casa, afirmou que espera votar a matéria na próxima semana. Ele considera necessário "virar essa página" logo para poder se concentrar na regulamentação da reforma tributária, também em tramitação no Senado.

TCU isenta Lula de devolver relógio recebido em 2005

Murillo Camarotto
De Brasília

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu na quarta-feira (7) que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não é obrigado a devolver um relógio de ouro avaliado em R$ 60 mil que recebeu de presente em 2005, durante seu primeiro mandato. Naquela época, o órgão de controle ainda não havia definido as regras sobre a eventual apropriação desses presentes pelos mandatários.

A decisão também pode afetar uma cautelar anterior, que determinou que o ex-presidente Jair Bolsonaro devolvesse as joias recebidas de autoridades sauditas e vendidas no exterior por milhões de dólares.

Para que isso aconteça, no entanto, será necessário que algum ministro leve esta proposta ao plenário. Se isso acontecer e a proposta for aprovada, a determinação para que Bolsonaro devolvesse as joias, expedida em março do ano passado, pode ser anulada, segundo explicou ao **Valor** um ministro do tribunal.

A diferença entre os casos é uma instrução do TCU de 2016, que estabeleceu normas para o recebimento de presentes. Como o caso de Lula é anterior, o relator do processo, ministro Antonio Anastasia, defendeu que a regra não poderia retroagir. Um voto alternativo, do ministro Walton Alencar, defendeu a inclusão de Lula e a devolução do relógio.

"Haveria clara duplicidade de visão do Estado em relação ao tema para um presidente e crime de peculato, para outro presidente, direito reconhecido pelo plenário do TCU", disse Alencar aos colegas. "Esse processo muito dirá sobre o processo civilizatório do país como um todo, não somos uma ditadura cujo ditador confunde seu patrimônio com o do próprio país", acrescentou o decano do TCU.

Prevaleceu, no entanto, uma terceira proposta, feita pelo ministro Jorge Oliveira, que chegou ao TCU pelas mãos de Bolsonaro, de quem foi ministro. Ele argumentou que a legislação não detalha o que seriam presentes considerados de caráter "personalíssimo" e que tal definição está fora das atribuições do TCU.

"Receber presente é uma praxe. É óbvio que a praxe de hoje é diferente da de 20 anos atrás, mas todos os presidentes receberam, desde Dom Pedro. Cabe uma atualização da legislação? Cabe. Mas não ao TCU", disse ele em seu voto, apoiado por Vital do Rêgo, Augusto Nardes e Aroldo Cedraz.

Com os quatro votos, a tese defendida por Oliveira obteve maioria. O ministro-substituto Marcos Bemquerer apoiou a posição de Anastasia e Alencar ficou isolado. O presidente do TCU, Bruno Dantas, não votou, já que sua participação só é requerida mediante necessidade de desempate.

DIVULGAÇÃO

Oliveira: "Receber presentes é praxe"

Como Bolsonaro já devolveu as joias, a decisão de quarta tem caráter mais político para o ex-presidente, que foi indiciado pela Polícia Federal por peculato, associação criminosa e lavagem de dinheiro. Sua defesa alega que ele considerava as joias presentes "personalíssimos" e o novo entendimento do TCU pode ajudar a sustentar essa tese.

A expectativa é de que os advogados de Bolsonaro usem a decisão do TCU para tentar anular a investigação sobre as joias. Segundo a Polícia Federal, a suposta associação criminosa formada por Bolsonaro e seus ex-assessores teria desviado ou tentado desviar itens com valor de mercado de até R$ 6,8 milhões (US$ 1,2 milhão).

Um kit de joias, contendo um anel, abotoaduras, um rosário islâmico e um relógio da marca Rolex, de ouro branco, entregue a Bolsonaro durante visita oficial à Arábia Saudita em outubro de 2019. Duas esculturas douradas: uma em formato de barco, e uma em formato de palmeira, também foram entregues ao ex-presidente.

"Identificou-se, ainda, que os valores obtidos dessas vendas eram convertidos em dinheiro em espécie e ingressavam no patrimônio pessoal do ex-presidente da República, por meio de pessoas interpostas e sem utilizar o sistema bancário formal, com o objetivo de ocultar a origem, localização e propriedade dos valores", sustenta a PF.

Eleições Em sabatina no g1, candidato do Psol à Prefeitura de São Paulo critica atual gestão por 'permitir milícia debaixo do seu nariz' e promete ampliar tarifa zero

Boulos diz ter amadurecido e se compromete com equilíbrio fiscal

Cristiane Agostine
De São Paulo

O candidato do Psol à Prefeitura de São Paulo, deputado Guilherme Boulos, criticou na quarta-feira (7) a suspeita de participação de guardas-civis metropolitanos da capital em uma milícia armada que extorquia dinheiro de comerciantes em troca de segurança na cracolândia. Boulos disse que a prefeitura deve ter uma atuação firme no combate a irregularidades e defendeu parcerias com a Polícia Civil para investigar e coibir o tráfico de drogas da cidade.

"A primeira coisa que a prefeitura tem que fazer é não permitir milícia debaixo do seu nariz", afirmou Boulos, em entrevista ao g1. O candidato se referiu à megaoperação deflagrada na terça-feira para combater a ação do Primeiro Comando da Capital (PCC) e o tráfico de drogas na região. A operação "Salus et Dignitas" (saúde e dignidade) teve entre seus alvos três guardas-civis metropolitanos e um ex-agente da Guarda Civil Metropolitana (GCM), investigados pelo Ministério Público (MP) por suspeita de integrar uma milícia armada na cracolândia, que movimentou mais de R$ 3 milhões em dinheiro extorquido de comerciantes da região. Os GCMs foram afastados do cargo.

Boulos defendeu a corporação e criticou os agentes suspeitos de atuarem como milícia. "Quando alguém usa farda para cometer um crime, essa pessoa tem que ser julgada e retirada do serviço público. Estavam extorquindo comerciantes, fazendo vista grossa em fiscalização de ferro velho clandestino que comprava celular roubado, moto roubada para revender as peças... Estavam estimulando o crime", disse. "A prefeitura não pode fazer isso. Tem que ter uma fiscalização muito forte e fazer uma parceria sobretudo com a Polícia Civil para o processo investigativo".

REPRODUÇÃO VÍDEO

Boulos: "A melhor forma de enfrentar a injustiça é não ser reativo"

O postulante procurou minimizar a pecha de "radical", por conta de sua atuação como liderança do movimento dos sem-teto (MTST), e disse ter amadurecido e estar em outro momento de sua vida.

Ao ser questionado sobre uma ação do MTST que liderou em 2016 contra o teto de gastos e que resultou na depredação do prédio da Fiesp, na capital, disse não defender manifestações violentas. "Tive um histórico de 20 anos atuando no movimento social e foram absolutamente raros os casos de violência como esse", disse. "Hoje estou em outro lugar. Não sou mais líder de movimento social, sou deputado federal."

Boulos afirmou que não pode representar só aquilo que ele pensa e disse ter amadurecido. "O que mudou é que eu aprendi com o tempo que às vezes você precisa aprender a respirar, engolir a seco quando vê uma injustiça, e não reagir ali com aquela raiva, com aquele ímpeto. Porque a melhor forma de fato conseguir enfrentar a injustiça não é ser reativo. Isso é o que aprendi", disse. "Eu amadureci sem amolecer. Isso é importante para mim. Tem que amadurecer, tem que aprender com a experiência, mas não pode amolecer, senão vira um político igual aos outros, que só fica pensando em reeleição, e deixa de ter o propósito do porquê estar na política. Não pode amolecer senão vira um político igual aos outros, que pensa na reeleição."

O candidato do Psol disse que, se eleito, terá comprometimento com o equilíbrio fiscal da prefeitura e deixará o caixa sem déficit. Boulos disse não ter "horror" ao ajuste fiscal, mas afirmou ser contra medidas que prejudiquem os trabalhadores. "Me comprometo plenamente com o equilíbrio fiscal", afirmou. O postulante disse ainda ter a previsão de R$ 41 bilhões para investimentos com recursos municipais nos próximos quatro anos.

Entre as principais propostas apresentadas, estão a ampliação da tarifa zero, a urbanização de favelas, a contratação de GCMs para dobrar a tropa e a realização de uma força-tarefa para combater roubo e furto de celular. Para parte das propostas, apresentou uma estimativa de custo. Na educação, afirmou que a implementação de escolas em tempo integral em toda a rede municipal deverá custar R$ 7 bilhões e será a proposta mais cara. O Poupatempo da Saúde, para ampliar as consultas e exames com especialistas, deve custar cerca de R$ 4 bilhões. A urbanização de favelas, R$ 2 bilhões. "O plano de governo cabe no orçamento."

valor.com.br
Ver o que é #Fato ou #Fake no site https://valor.globo.com/politica/noticia/2024/08/07/veja-o-que-fato-ou-fake-na-entrevista-de-guilherme-boulos-para-o-assunto.ghtml

Tarcísio Motta nega isolamento do Psol

Paula Martini e Camila Zarur
Do Rio

O deputado federal Tarcísio Motta (Psol), candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro, minimizou o isolamento do partido na disputa pelo comando da capital fluminense em sabatina do g1. Ele também teceu críticas ao atual prefeito Eduardo Paes (PSD), que recebeu apoio das principais siglas de esquerda e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Para defender uma união em torno de sua candidatura, o que ainda não aconteceu, o psolista afirmou que há uma compreensão diferente sobre as "tarefas históricas" da esquerda no atual momento político, que exige um enfrentamento a uma direita associada a discursos de ódio e negacionismo.

"Parte da esquerda identificou que era preciso uma aliança grande em torno de Eduardo Paes. A nossa compreensão é que Paes não é um voto antifascista, não é um voto contra a extrema direita."

Perguntado se o apoio declarado de partidos como PT, PV, PCdoB e PSB a Paes significa um isolamento do Psol entre a esquerda carioca, Tarcísio negou e disse integrar a base de apoio da gestão federal: "Nós hoje fazemos parte do governo Lula. Fazemos parte inclusive com ministérios."

O pré-candidato ressaltou ainda o apoio declarado de militantes e figuras públicas do próprio PT, como o deputado federal Lindbergh Farias, que segundo ele, o reconhecem como uma "alternativa de esquerda" para a cidade do Rio.

REPRODUÇÃO VÍDEO

Tarcísio chamou de "eleitoreira" decisão de municipalizar hospitais federais

Tarcísio também criticou Eduardo Paes pela escolha do deputado federal Otoni de Paula (MDB) como coordenador de campanha. Pastor evangélico e bolsonarista, o parlamentar fará a coordenação da campanha do prefeito junto aos eleitores religiosos conservadores da capital fluminense.

"Agora que ele nomeia o Otoni de Paula, um bolsonarista de quatro costados, para ser coordenador de campanha. E nomeando aliados do Otoni para a Fundação Jardim Zoológico", disse em referência a reportagem do jornal "O Globo" que revela a indicação de ao menos seis nomes ligados ao segmento evangélico para a fundação que fiscaliza o zoológico carioca.

O psolista também tentou desvencilhar a imagem de Paes de Lula, e afirmou que o prefeito do Rio já foi oposição ao presidente no passado e até fez acenos ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL): "Eduardo Paes, lembremos, nasceu tucano. Depois, votou a favor do impeachment da Dilma. Depois, votou em Bolsonaro em 2018. E se tornou um aliado de Lula apenas no final do primeiro turno."

A declaração, porém, não é totalmente verídica. Paes decretou voto ao petista antes do primeiro turno de 2022. Já na eleição que consagrou Bolsonaro como presidente, em 2018, o prefeito fez acenos ao bolsonarista, mas evitou declarar algum apoio a ele.

O deputado afirmou que o Psol faz alianças "programáticas" e não de pragmatismo eleitoral para garantir tempo de TV ou recursos do fundo eleitoral. Ele lembrou das disputas do ex-deputado federal Marcelo Freixo (então no Psol) à prefeitura, em 2012 e 2016 — neste último, ele conseguiu chegar ao segundo turno contra o ex-prefeito Marcelo Crivella (Republicanos).

"Em ambas as candidaturas nossas alianças não eram com muitos partidos porque a gente não faz esse tipo de aliança para ganhar tempo de TV. Não fazemos uma lógica de aliança que não seja programática. Aliás, fazemos alianças programáticas, e não de pragmatismo eleitoral, para ganhar tempo de TV ou mais recursos de fundo eleitoral", disse Tarcísio.

O candidato posicionou-se contra a municipalização dos hospitais federais da cidade, que já está em andamento em algumas unidades. Tarcísio disse que essa é uma "medida eleitoreira" e criticou tanto a prefeitura do Rio quanto o Ministério da Saúde. Ele prometeu ainda que nenhuma unidade de saúde federal será municipalizada, caso seja eleito.

"A municipalização é uma falsa solução. Nós não conseguimos manter os nossos hospitais e vamos pegar os federais? É uma medida eleitoreira e equivocada por parte do Ministério da Saúde e por parte da prefeitura", declarou.

Segundo Tarcísio, a bancada do Psol levou à ministra da Saúde, Nísia Trindade, a preocupação de que o repasse para o município represente um risco de "precarização" e "privatização" dos hospitais.

valor.com.br
Ver o que é #Fato ou #Fake no site https://valor.globo.com/politica/noticia/2024/08/07/veja-o-que-fato-ou-fake-na-entrevista-de-tarcsio-motta-ao-g1.ghtml

No Rio, Paes estará na mira dos adversários

Do Rio

No Rio de Janeiro, os cinco principais candidatos à prefeitura se enfrentarão pela primeira vez em debate, realizado pela Band. Participarão do embate o prefeito da cidade, Eduardo Paes (PSD), os deputados federais Alexandre Ramagem (PL), Tarcísio Motta (Psol) e Marcelo Queiroz (PP) e o estadual Rodrigo Amorim (União Brasil).

Assim como em São Paulo, o debate será dividido em três blocos. A ordem de perguntas e de respostas será definida por sorteio, assim como a organização dos púlpitos. O critério definido para escolher quem participará do debate foi o tamanho da bancada no Congresso. Foram escolhidos os candidatos cujos partidos e coligações tenham somado, no mínimo, cinco representantes no Parlamento até o dia 20 de julho.

Apontado como favorito pelas pesquisas, Paes deve ser o principal alvo dos adversários. A atual gestão estará na mira dos demais candidatos, sobretudo de Ramagem. O bolsonarista deve focar nas áreas de segurança e ordem pública — essas serão as principais bandeiras do deputado, que é delegado licenciado da Polícia Federal.

Para o debate, Ramagem teve treinamento com os marqueteiros Guillermo Raffo e Paulo Vasconcelos, responsáveis pela sua campanha. Outra aposta do deputado, apoiado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), é colar Paes no atual chefe do Planalto, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A ideia é tentar nacionalizar a disputa ao Executivo municipal e se firmar, ainda mais, como o verdadeiro postulante bolsonarista na corrida — além dele, Rodrigo Amorim também tenta trazer para si essa alcunha.

O candidato do União Brasil, por sua vez, deve partir para uma postura mais combativa, seguindo a mesma linha que já adota na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj). Apesar de se colocar como uma "alternativa bolsonarista" na eleição, Amorim pode acabar servindo como linha auxiliar de Ramagem nas ofensivas contra Paes.

"Prestei continência ao presidente Bolsonaro e ao senador Flávio Bolsonaro para a constituição de uma frente conservadora para enfrentar a esquerda capitaneada pelo soldado do Lula no Rio, o atual prefeito", disse Amorim ao **Valor**. "Esse é um momento de preparação para o confronto contra a esquerda e o lulopetismo."

Em outra frente contra Paes, Tarcísio Motta, que também deve criticar a gestão atual, tentará desvencilhar o prefeito de Lula e do PT — o psolista tenta conseguir o apoio de petistas dissidentes que não querem estar no mesmo palanque de Paes. Assim como fez em sabatina ao portal g1, o candidato de esquerda pontuará que Paes já foi oposição ao mandato, tendo apoiado o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), em 2016, e flertado com Bolsonaro na eleição de 2018, quando concorreu ao governo do Estado.

Para se esquivar dos ataques, Paes tentará fazer do debate — e da eleição — um plebiscito de sua gestão no Palácio da Cidade. Ele deve reforçar os feitos realizados no mandato atual e vai defender o que chama de "legado" do que já fez à frente do Executivo carioca. Além disso, vai usar como vacina para as acusações de que deixará a prefeitura em 2026, a fim de se candidatar ao governo estadual, a promessa de que, se reeleito, se manterá no cargo até o fim do mandato.

Correndo por fora, Marcelo Queiroz quer fugir da polarização e vai defender propostas de polos diferentes da política, da esquerda à direita. *(CZ)*

Candidatos fazem hoje primeiro debate em SP

De São Paulo

Acontece nesta quinta-feira (8), às 22h30, o primeiro debate entre os candidatos à Prefeitura de São Paulo, organizado pela Band. Estarão presentes o prefeito, Ricardo Nunes (MDB), e os quatro melhores colocados nas pesquisas de intenção de voto que vão desafiá-lo nas urnas: o deputado federal Guilherme Boulos (Psol), o apresentador José Luiz Datena (PSDB), o "coach" Pablo Marçal (PRTB) e a deputada federal Tabata Amaral (PSB).

A emissora realizou a escolha dos participantes a partir da posição deles nas últimas pesquisas de intenção de voto — os cinco primeiros — e a representação dos partidos no Congresso — pelo menos cinco parlamentares. As regras foram descritas em ata, com a concordância dos participantes, registrada na Justiça Eleitoral.

Além de São Paulo, outras 18 cidades terão confrontos entre os candidatos promovidos pela Bandeirantes na noite desta quinta, como Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro (ver nesta página) e Manaus.

A candidata Marina Helena (Novo), que não estará presente nesta quinta, foi à Justiça contra a sua ausência. Seu partido alega que Ricardo Salles, senador que na sexta-feira (2) mudou do PL para o Novo, seria o quinto parlamentar necessário para o convite ser obrigatório nos termos da legislação eleitoral. O juiz eleitoral Rodrigo Marzola, em um primeiro momento, deu decisão liminar favorável ao Novo, mas a TV recorreu, alegando que o prazo para que o número mínimo fosse atingido pelo partido era 20 de julho, e o mesmo juiz suspendeu os efeitos da liminar. A campanha de Marina Helena promete recorrer novamente.

Conforme já se viu em sabatinas, entrevistas e atos de campanha nos últimos dias, a estratégia dos candidatos oposicionistas será focar na atuação do prefeito Ricardo Nunes, que é investigado pela PF pela suspeita de integrar a máfia das creches, assunto explorado nesta semana por Tabata, Datena e Boulos nas sabatinas feitas pelo portal g1.

Outro assunto que deve permear o debate é a suspeita da existência de uma milícia formada por guardas civis metropolitanos que atuava extorquindo comerciantes na região da cracolândia, no centro de São Paulo. Nunes, preocupado com a repercussão, afirmou após a operação que os dois agentes presos por suspeita de envolvimento no esquema de extorsão foram expulsos e ressaltou que "a prefeitura desconhece atuação de milícia na cidade de São Paulo".

Da parte dos candidatos identificados com a direita, caso de Nunes e de Marçal, ambos flertando com o eleitorado bolsonarista, o foco maior será em Boulos, candidato que tem o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Já Datena e Tabata — aliados no início do ano que, agora, viraram adversários — vão recorrer à estratégia de se colocarem como alternativa à polarização.

O debate da Bandeirantes será dividido em três blocos. No primeiro, cada candidato terá um minuto e meio para responder a uma pergunta formulada pela produção da emissora. Há uma ordem já pré-estabelecida em sorteio para as respostas: Nunes, Marçal, Tabata, Datena e Boulos. Haverá ainda, na parte inicial, a primeira rodada de confronto direto. Todos perguntam, havendo um tempo estipulado para a resposta, réplica e tréplica. A ordem está definida: Marçal, Boulos, Datena, Nunes e Tabata.

No segundo bloco, jornalistas do grupo Bandeirantes fazem perguntas, com a opção de escolher quem responde o questionamento e um segundo nome para comentar a questão. Por fim, no último bloco, segue novo embate direto entre os candidatos, com a sequência Marçal, Tabata, Nunes, Boulos e Datena.

INÊS 249

Judiciário Lei que completa 18 anos tornou-se um marco no combate à violência contra a mulher; ministra defende mais atuação dos órgãos públicos

Barroso pede desculpas a Maria da Penha por demora da Justiça

Mariana Assis
De Brasília

Em cerimônia que celebrou 18 anos da Lei Maria da Penha, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Luís Roberto Barroso, pediu desculpas a Maria da Penha Maia Fernandes, que foi vítima de sucessivas violências por parte de seu marido e dá nome à legislação de 2006, pela demora na punição. Ele disse que a Justiça "tardou e foi insatisfatória".

"Eu gostaria de dizer à Maria da Penha, em nome da Justiça brasileira, que é preciso reconhecer que, no seu caso, ela tardou e foi insatisfatória", admitiu Barroso. "E, portanto, nós pedimos desculpa em nome do Estado brasileiro pelo que passou e pela demora em punir os culpados", complementou.

Maria da Penha ficou paraplégica em decorrência de atentados cometidos pelo marido em 1983 — hoje ela tem 79 anos de idade. A lei que leva o seu nome foi sancionada em 7 de agosto de 2006 e se tornou um marco no combate à violência contra a mulher e é vista como um mecanismo de proteção incontestável pelo público feminino.

Barroso discursou durante a abertura da 18ª Jornada Lei Maria da Penha, que ocorreu na Escola Classe JK Sol Nascente, na Ceilândia — região administrativa da periferia do Distrito Federal, a 35 km do centro de Brasília. A unidade escolar, inaugurada em 2020, atende cerca de mil alunos do Ensino Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental I.

A escola também passará a ser atendida pelo Programa Maria da Penha vai à Escola, projeto do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

De acordo com o CNJ, o objetivo de realizar a abertura do evento em uma escola é o de levar a crianças, jovens, educadores e comunidade a importância da prevenção à violência doméstica. O restante da programação ocorreu na sede do CNJ, em Brasília.

JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

Maria da Penha com Barroso: "Nos pequenos municípios, a mulher precisa ter mais conhecimento dos seus direitos"

Dirigindo-se a Maria da Penha, a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, disse que o Brasil tenta há 18 anos implementar de fato a lei, e defendeu mais atuação dos órgãos públicos. "E nós temos muita coisa a fazer: precisamos criar mais juizados, mais [atuação do] ministério público, defensoria pública, mais centros de referência, mais delegacias especializadas, nós precisamos implementar as delegacias 24 horas, nós precisamos ter casa da mulher brasileira, nesse país nós precisamos ter um povo que se mete", listou.

Em sua fala, Maria da Penha, pediu mais atenção à aplicação da lei em municípios pequenos.

"A gente sabe que nas capitais, nas grandes cidades, a lei está devidamente implementada, mas nos pequenos municípios, onde a mulher precisa ter mais conhecimento sobre os seus direitos, ela não os tem", disse Maria da Penha. "Ela não apanha e, por isso, acha que não está sofrendo os outros tipos de violência."

Violência contra mulher é tema de interesse geral

Gabriela Guido*
De São Paulo

A violência contra a mulher é uma pauta que importa a eleitores de espectros políticos da direita à esquerda. Em um ano de eleições municipais com números de denúncias de agressões que só aumentam, segundo o Anuário da Segurança Pública. Especialistas consultadas pelo **Valor** avaliam que esta é uma preocupação sobretudo para o público feminino.

"A questão da violência contra a mulher mobiliza eleitores conservadores e progressistas, mulheres e evangélicos em especial", diz Débora Thomé, cientista política e pesquisadora da FGV. Essa preocupação, para a pesquisadora, passou a ter mais força a partir da Lei Maria da Penha – cuja promulgação acaba de completar 18 anos.

Os números de todos os tipos de violência contra a mulher aumentaram no Brasil em 2023, segundo o Anuário da Segurança Pública. Publicado anualmente pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o relatório reúne dados de boletins de ocorrência de polícias e secretarias de Segurança.

O levantamento registrou alta, entre 2022 e 2023, de 9,2% das tentativas de homicídio contra mulheres e de 7,1% das tentativas de feminicídio – quando o assassinato é motivado pela condição de mulher. Já os números de violência doméstica aumentaram 9,8%, os de importunação sexual 48,7% e, os de violência psicológica, 33,8%. Como resultado, 540.255 medidas protetivas de urgência foram concedidas no ano passado, 26,7% a mais do que em 2022.

Para Malu Gatto, analista política e professora da University College London, a proteção da mulher, que envolve o acolhimento da vítima de violência e a punição do agressor, "não vai contra ideias morais e religiosas" e, consequentemente, é abordada abertamente por pessoas de perspectivas políticas divergentes.

Um grupo que se destaca na proteção da mulher são os evangélicos, segundo Débora Thomé, especialmente por terem preferências mais homogêneas, se comparados a outros grupos religiosos. "Os evangélicos têm essa pauta muito forte porque a proteção da mulher está relacionada com a manutenção da família", explica a pesquisadora.

Outras pautas como aborto e direito à posse e ao porte de armas são mais polêmicas, ou seja, não têm o mesmo apoio mesmo estando fortemente relacionadas à violência contra a mulher. Um estudo deste ano do Instituto Sou da Paz, com informações do Ministério da Saúde de 2012 a 2022, mostra que a maior circulação de armas de fogo contribui para a morte de mulheres, com metade dos assassinatos contra elas sendo cometidos com esses instrumentos.

> "Os evangélicos têm essa pauta [da proteção à mulher] muito forte"
> *Débora Thomé*

Na política, entretanto, a ligação de políticos com casos de violência contra a mulher parece não ter o mesmo peso. De acordo com Silvana Batini, professora de direito eleitoral da FGV e ex-procuradora eleitoral do TRE-RJ, hoje não há lei que impede políticos condenados de violência contra a mulher de assumir o cargo.

A Lei Complementar n° 135 de 2010, conhecida como Lei da Ficha Limpa, adiciona condenações que podem impedir um político de assumir determinado cargo mas, no caso de violência contra a mulher, ela só se aplica em casos de condenações por crimes contra a vida ou a dignidade sexual. "Se essa violência doméstica estiver caracterizada como um homicídio, tentativa de homicídio, ou estupro, ela é abarcada pela Lei da Ficha Limpa; mas, se estiver na seara de lesão corporal, não", explica a professora de direito eleitoral.

O combate a ela é menos priorizado na implementação de políticas em municípios de eleitorado mais conservador do que em outras cidades. Um artigo publicado em 2021 por Malu Gatto e Victor Araújo, pesquisador da Universidade de Zurique, na Suíça, concluiu que municípios com eleitores mais conservadores tendem a ter menos medidas de prevenção desse tipo de violência.

O estudo foi feito a partir de cruzamentos de dados de 2018 do IBGE sobre instrumentos de aplicação da Lei Maria da Penha em mais de 5 mil municípios brasileiros com um mapeamento ideológico de cada município brasileiro realizado pelos pesquisadores Timothy J. Power e Rodrigo Rodrigues Silveira. Uma pesquisa de opinião do Instituto Datafolha de 2019 sobre a percepção das pessoas a respeito da violência contra a mulher também foi utilizada.

O relatório concluiu que, no contexto estudado, o eleitorado feminino é mais propenso a colocar como prioridade as políticas de combate da violência contra a mulher, assim como essa questão é mais consensual entre elas.

A relação das preferências dos eleitores com o planejamento de políticas pelo governo é direta, segundo a pesquisa. Os prefeitos tendem a priorizar aquilo que o seu eleitorado também coloca como mais urgente, pensando em reeleição. "Eles [os municípios com eleitorado mais conservador] repassam menos recursos para esses instrumentos de proteção à mulher, porque eles priorizam outras pautas que são de preferência desses eleitores", explica.

***Estagiária sob a supervisão de Fernanda Godoy**

Em licença médica remunerada, senador vai a festas e cavalgadas

Julia Lindner e Caetano Tonet
De Brasília

O senador Wellington Fagundes (PL-MT) pediu licença do cargo em junho deste ano, por cerca de quatro meses, para fazer um tratamento de saúde. Por envolver questão médica, ele tem direito a manter a remuneração no período — com um salário mensal bruto de R$ 44 mil. Nas redes sociais, no entanto, Fagundes expõe uma agenda cheia, com viagens dentro e fora do Estado, inclusive a Brasília, caminhadas, danças e até cavalgadas.

Ao **Valor**, a assessoria de imprensa do senador afirma que ele está afastado dos trabalhos legislativos, mas "não há nenhuma vedação para que ele desenvolva atividades políticas e partidárias, desde que não haja contraindicação médica".

Em conversa com a reportagem, Fagundes voltou a defender que pode manter as suas atividades apesar da licença médica. Ele reforçou que veio a Brasília, inclusive, nesta semana. Logo após tirar a licença ele também seguiu na capital federal e continuou circulando pelo Senado durante alguns dias.

Nos últimos meses, como mostrou o **Valor**, diversos parlamentares afastaram-se do mandato em função do período pré-eleitoral para focar em seus Estados. A maioria, entretanto, opta por tirar a maior parte do tempo como "licença particular", que não tem remuneração.

No laudo médico de Fagundes, assinado por três profissionais, consta o pedido de licença de forma genérica para "tratamento de saúde" por exatos 121 dias. Esse é o período mínimo exigido pelo Senado para a convocação do suplente. Caso ele se ausentasse por 120 dias, por exemplo, não teria esse direito.

"Requeiro, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõem os arts. 55, III, e 56, II, da Constituição Federal, licença saúde, de 11/06/2024 a 09/10/2024, conforme laudo de inspeção de saúde em anexo", diz a solicitação.

Ao sair do Senado temporariamente, Fagundes deu espaço à suplente Rosana Martinelli (PL-MT), que é ex-prefeita de Sinop e investigada por envolvimento com os atos de 8 de janeiro. Ao assumir o mandato, há dois meses, Martinelli reclamou por estar com o passaporte retido por decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Assim como Fagundes, ela também recebe salário mensal de R$ 44 mil.

> "Não há nenhuma vedação para que exerça atividades políticas (...)"
> *Nota da assessoria*

Nesta quarta-feira (7), em Brasília, Fagundes participou do evento de abertura da Bienal das Rodovias 2024. Como presidente da Frente de Logística e Infraestrutura, ele chegou a dar uma palestra na qual falou sobre projetos de sua autoria voltados para a sustentabilidade.

No dia anterior, ele esteve da cerimônia de lançamento da candidatura do deputado Abilio Brunini (PL) à Prefeitura de Cuiabá (MT). "Que felicidade poder estar aqui, começo a arrepiar, viu. Político é assim, tem que fazer a coisa com amor. Eu tenho certeza, Abilio, que a sua campanha vai ser assim, com o povo, para o povo e junto com o povo", declarou na ocasião.

No fim de semana, Fagundes, que tem o escritório parlamentar em Cuiabá, participou de uma tradicional cavalgada em Rondonópolis, no mesmo Estado. As duas cidades ficam a cerca 220 quilômetros de distância. Na ocasião, o senador licenciado montou em um cavalo e discursou aos presentes.

Em outra oportunidade em que visitou Rondonópolis, o seu município de origem, o parlamentar aparece em uma feira comendo o tradicional pastel de carne com gariroba.

JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO — 12/6/2024

Fagundes na tribuna, pouco antes do pedido de licença: afastado, senador participa de atividades dentro e fora de seu Estado

"Passei a manhã de domingo na feira da Vila Operária, desfrutando de um delicioso pastel e uma tubaína, além de reencontrar amigos e companheiros de longa data. A feira tem um significado especial para mim, repleta de memórias importantes da infância!", diz a postagem do parlamentar no Instagram.

No fim de julho, Fagundes visitou o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) e caminhou pelo local. "Foi uma honra acompanhar de perto o progresso desta importante iniciativa que beneficiará tantos jovens em nossa região", escreveu o parlamentar nas redes sociais. Ele acrescentou que, na mesma data, participou da entrega oficial de veículos destinados a outros campi.

Em outra postagem do fim do mês de julho, Fagundes divulga que esteve presente em dois eventos na Chapada dos Guimarães. Primeiro, Fagundes participou da festa do Santuário de Santana, onde aparece dançando, e em seguida prestigiou a abertura do Festival de Inverno da região, que fica a cerca de 60 quilômetros da capital mato-grossense.

Procurado pelo **Valor**, o Senado afirmou, em nota, que "os afastamentos dos parlamentares por motivo de saúde são remunerados, conforme previsão na Constituição Federal". O órgão recomendou que outras informações deveriam ser solicitadas diretamente à assessoria de imprensa do senador.

"Conforme o Regimento Interno do Senado Federal (Artigo 43) o Senador tem direito a licença para tratamento de saúde, com a convocação de suplente nos casos de afastamento superior a 120 dias. Durante o período de afastamento do exercício do mandato ele não pode ser incumbido de representação da Casa, de comissão, ou de grupo parlamentar (Artigo 42 do Regimento Interno)", diz a nota do parlamentar.

"O Senador Wellington Fagundes encontra-se afastado dos trabalhos legislativos mas não há nenhuma vedação para que ele desenvolva atividades políticas e partidárias, desde que não haja contraindicação médica", acrescenta o texto.

Venezuela Corina, líder da oposição, acusa regime de sequestrar chefe de campanha eleitoral e Amorim diz temer uma ‘guerra civil’

Maduro amplia repressão e Brasil insiste em cobrar atas

Fabio Murakawa e Pedro Borg
De Brasília e São Paulo

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, intensificou a repressão contra a oposição com a prisão de centenas de pessoas na “operação toc toc”, em que agentes de segurança vão de porta em porta para prender opositores do regime. Em meio ao recrudescimento da repressão, o assessor especial da Presidência, Celso Amorim, disse ontem que o Brasil não dará um “ultimato” a Maduro para que apresente as atas que comprovam o resultado da eleição presidencial de 28 de julho, que tanto ele quanto a oposição afirmam ter vencido.

Segundo o Foro Penal da Venezuela, as forças de segurança prenderam 1.152 pessoas desde 29 de julho. No noite de terça-feira, funcionários da inteligência prenderam María Oropeza, coordenadora de campanha da oposição.

No momento de sua detenção, Oropeza abriu uma live na sua conta no Instagram. “Estão entrando na minha casa de maneira arbitrária, não há nenhuma ordem de busca. Estão destruindo a porta, peço ajuda, peço socorro a todos que puderem. Não sou uma criminosa, sou apenas uma cidadã que quer um país diferente”, disse Oropeza antes do fim da transmissão.

Em mensagem no X, a líder da oposição, María Corina Machado, denunciou a prisão e disse não saber para onde Oropeza foi levada.

“Ela [Oropeza] foi sequestrada por órgãos de segurança do Estado. A repressão também chegou aos bairros mais humildes”, disse Corina em entrevista ao jornal “O Globo”. “Prendem pessoas que simplesmente protestaram contra a fraude. É brutal. Os atores internacionais devem entender que este é um regime deslegitimado, que optou pela violência, o único que lhe resta, para desmoralizar a população”, afirmou.

Na entrevista, Corina também ofereceu a entrega das atas eleitorais ao governo brasileiro — ao qual agradeceu por buscar mediar a crise. “Reconheço o esforço [do Brasil] e acho que é necessário que exista um espaço de mediação entre as partes para que a solução do conflito seja pacífico, e o mais rapidamente possível”, disse.

Também ontem, o presidente do Chile, Gabriel Boric, acusou Maduro de fraudar a eleição e disse que seu governo está violando os direitos humanos. “O Chile não reconhece o triunfo autoproclamado de Maduro”, disse Boric. “Não validaremos resultados que não forem verificados por órgãos internacionais independentes.”

> “A repressão do governo chegou aos bairros mais humildes”
> *M. Corina Machado*

Em entrevista à GloboNews, Amorim afirmou que o Brasil continuará apostando no diálogo interno e na cena internacional como forma de pacificar o país vizinho. Ele disse acreditar que uma solução para o impasse na Venezuela passa pela instituição de uma “anistia recíproca”, que inclua garantias ao governo e à oposição e também a retirada das sanções econômicas impostas ao país.

Amorim esteve na Venezuela durante a eleição e reuniu-se com Maduro no dia seguinte ao pleito. Na ocasião, recebeu do líder venezuelano a promessa de que as atas seriam divulgadas “nos dias seguintes”, o que não ocorreu. Apesar de não querer estipular prazo para a divulgação das atas, Amorim disse que Maduro está ciente de que pode haver um “cansaço”.

“Você corre o risco de a Venezuela ficar com dois presidentes ou com nenhum”, avaliou. “Eu temo muito que possa haver um conflito muito grave. Eu não quero usar a expressão ‘guerra civil’, mas temo muito”, afirmou Amorim.

O principal assessor internacional do Planalto também reafirmou a posição da diplomacia brasileira de atuar como mediadora. E, diante da ausência das atas de votação, por parte do governo de Maduro, e de dados concretos por parte da oposição no país, o assessor especial considera que ainda não é possível declarar um lado vencedor.

O diplomata avaliou como “muito difícil” a realização de um telefonema entre Maduro e os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Andrés Manuel López Obrador (México) e Gustavo Petro (Colômbia), que era esperado para ontem.

Amorim defendeu que “todos os lados têm que ceder” para que se chegue a uma solução. Ele criticou a União Europeia (UE) por manter sanções econômicas e políticas a Caracas antes do pleito, o que levou o governo Maduro a retirar o convite para que enviasse observadores para as eleições.

Ele fez críticas semelhantes aos EUA. E disse que o tom adotado pelo Brasil até o momento lhe dá credibilidade para conversar com os venezuelanos. Segundo Maduro, o fato de Brasil, Colômbia e México terem governos “progressistas” também contribui para que esses países tenham a confiança do governo Maduro para dialogar.

A repressão da “operação toc toc” aumentou recentemente com as forças de segurança recebendo denúncias de governista. Alguns detidos são soltos no mesmo dia enquanto outros são levadas a prisões de segurança máxima.

Há também casos de pessoas presas enquanto caminham na rua, caso do mexicano Manuel Peña, de 71 anos, que estava de férias no país e acabou sendo preso pela polícia venezuelana. *(Com “O Globo” e agências internacionais)*

Exportações da China crescem devagar
Comércio mensal em US$, variação ano por ano (%)

Crescimento abaixo do esperado das exportações envia alerta a Pequim

Joe Leahy e William Sandlund
Financial Times, de Pequim e Hong Kong

O crescimento das exportações da China não atingiu as expectativas no mês passado em termos de dólares, no que analistas disseram ser um sinal para as autoridades de que sua grande dependência do comércio para superar uma economia interna fraca pode estar enfrentando riscos crescentes.

Ao contrário das exportações, as importações chinesas cresceram acentuadamente, revertendo quedas anteriores, com o setor industrial adquirindo máquinas e bens de capital para sustentar o aumento dos investimentos.

As exportações chinesas tiveram um crescimento anual de 7% em julho (em dólares), segundo dados oficiais divulgados ontem pela Administração Geral de Alfândegas da China. O número foi menor que o crescimento registrado em junho, de 8,6%. Um grupo de analistas consultados pela Reuters estimava um crescimento de 9,7%.

As importações cresceram 7,2%, superando em muito a expectativa de alta de 3,5% dos analistas e revertendo a queda de 2,3% o ano registrada em junho.

“As autoridades chinesas provavelmente olharão para isso e pensarão que o motor das exportações vai desacelerar antes do que eles pensavam”, disse Louise Loo, economista da Oxford Economics.

A economia da China vem dependendo do comércio e da produção industrial para compensar uma crise prolongada no setor imobiliário e a deterioração das finanças dos governos locais, que derrubaram a confiança do consumidor e os gastos das famílias.

A confiança dos investidores também foi afetada pelas repressão regulatória do governo e a insistência de Pequim em fornecer apenas um estímulo gradual, em vez de um grande empurrão, para atingir sua meta oficial de crescimento econômico de 5%.

O presidente Xi Jinping estabeleceu uma visão de aumento da produtividade por meio de investimentos em tecnologia avançada, manufatura e inovação, com os bancos estatais injetando empréstimos na indústria, em vez de estimular a demanda interna.

Isso levou a pressões desinflacionárias na economia, com preços mais baixos sobrecarregando a competitividade das exportações da China num momento em que os mercados desenvolvidos lutam com a inflação mais alta.

Loo disse que a indústria chinesa provavelmente antecipou exportações na primeira parte do ano, adiantando-se às possíveis tarifas e incertezas com as eleições presidenciais nos Estados Unidos, bem como a uma demanda externa mais fraca à medida que a economia americana enfraquece.

“O problema é que a história da demanda externa nunca foi, em nossa visão, um impulsionador permanente; ela sempre vai cair”, disse ela. “É só uma questão de tempo para o fim desse boom.”

Heron Lim, economista da Moody’s Analytics, diz que o número de exportações mais fraco que o esperado em julho pode ser devido, em parte, ao crescente protecionismo comercial que atinge os produtos chineses, inclusive os automóveis.

Isso estava acontecendo não só em mercados desenvolvidos como os EUA e a União Europeia (UE), que aumentaram as tarifas sobres os veículos elétricos, mas também em diferentes produtos e países em desenvolvimento.

“Definitivamente, estamos esperando mais em termos de estímulo”, disse ele, apontando para as expectativas de uma flexibilização monetária e outras medidas no segundo semestre do ano.

No entanto, Lynn Song, economista-chefe do ING para a Grande China, observa que as exportações cresceram em termos de volume, especialmente em áreas como a automobilística, enquanto os preços estavam mais baixos.

> “É só uma questão de tempo para o fim desse boom da demanda externa”
> *Louise Loo*

“Acho que os dados de exportações desapontadores estão, na verdade, mais ligados à competição dos preços”, diz ele, acrescentando que algumas áreas mostraram uma atividade mais vigorosa, como as de eletrônicos domésticos e exportações de semicondutores.

“Não é uma desaceleração grande e ampla da demanda externa. O valor das exportações caiu e isso provavelmente está derrubando um pouco os números”, afirma ele.

Song também observa que as importações são impulsionadas pela demanda por autopeças de fabricantes de veículos elétricos, bem como pelos esforços da China de fazer o setor avançar e obter a autossuficiência tecnológica.

“Há muita demanda por importações de alta tecnologia, semicondutores e equipamentos de processamento automático de dados”, diz ele. “Acho que um erro seria atribuir a recuperação das importações a uma recuperação realmente forte da demanda interna, porque você pode ver que, no geral, as importações ainda estão bem fracas.”

Leia mais sobre China na pág. A18

Carisma de Walz dá vigor à campanha de Kamala

Análise

Edward Luce
Financial Times

A história sugere que as definições de companheiros de chapa geram muito barulho e fúria, que raramente significam muita coisa. A escolha de Tim Walz por Kamala Harris não é de modo algum trivial. Mas será um choque se ele transformar a dinâmica de uma eleição acirrada.

O risco disso ainda pertence a J.D. Vance, o número dois de Donald Trump, que quebrou recordes ao mergulhar mais fundo em avaliações negativas desde sua nomeação. O governador de Minnesota, agora o candidato a vice-presidente dos democratas, oferece um antídoto alegre às reflexões distópicas de Vance. Walz é precisamente o tipo popular com quem as pessoas conseguem se imaginar tomando uma cerveja.

Mesmo assim, sua escolha nos diz muito sobre o pensamento de Kamala — e o equilíbrio de identidade que a política democrata exige. Assim como Joe Biden sinalizou em 2020 que estava em busca e uma mulher negra para equilibrar sua demografia, Kamala não fez segredo de que sua lista era formada por homens brancos.

É por isso que Gretchen Whitmer, a governadora democrata de Michigan, imediatamente se descartou. O fato de Pete Buttigieg ser gay também pode ter pesado contra ele — além do fato de que sua posição no governo como secretário dos Transportes tornaria mais difícil para Kamala se distanciar de Biden. Pedir aos americanos que votem em uma mulher negra e um homem gay seria desafiar a sorte.

O maior perdedor foi o governador da Pensilvânia, Josh Shapiro. Os fãs de Shapiro dizem que Kamala colocou em risco suas chances de derrotar Trump na Pensilvânia, Estado em que ela precisa vencer para chegar à Casa Branca. Mas há poucas evidências que sustentem isso. A última vez que um companheiro de chapa fez diferença em um Estado foi quando John F. Kennedy escolheu Lyndon Johnson em 1960 — antes de Kamala e Walz nascerem. Os democratas venceram no Texas naquele ano.

Desde então, as escolhas deram pouca atenção ao Estado do companheiro de chapa. A escolhida de 2020, a própria Kamala, era da esquerdista Califórnia. Em 2008, Biden era do democrata Delaware. Vance é do seguramente republicano Ohio. E Shapiro ainda continua em uma posição forte como governador para ajudar Kamala a vencer em seu Estado.

Então, qual é o apelo de Walz? A resposta simples é sua origem operária. Os republicanos tentarão pintá-lo como um esquerdista clássico que quer regular a vida das pessoas. Você só precisa ouvir Walz falar por um minuto para entender o quão difícil isso será. Seus modos são tão distantes da elite costeira de Berkeley-Boston quanto um progressista pode ser.

A criação de Walz foi de classe trabalhadora. Ele só entrou na política aos 42 anos, tendo passado duas décadas como membro da guarda nacional e professor de geografia no ensino médio. Desde então, ele foi eleito seis vezes para o Congresso e duas como governador. Walz é tão feliz consertando o motor de um carro, sendo técnico de futebol americano ou participando de feiras agrícolas quanto Vance é ao aparecer em podcasts da direita radical. Walz também gosta de caçar.

Não é por acaso que foi Walz quem, há dez dias, rotulou Trump e Vance como “esquisitos” — um termo que se espalhou rapidamente. “Esses caras são simplesmente esquisitos”, disse Walz. “Eles estão se candidatando para o clube dos homens que odeiam mulheres ou algo assim”. Walz estava se referindo às declarações agora infames de Vance sobre as “mulheres sem filhos e com gatos”. Ele também estava explorando o medo das mulheres em relação ao caso de Trump com a direita nacionalista cristã — um grupo ao qual Vance pertence.

Mas Walz poderia facilmente estar se referindo a Bobby Kennedy Jr, que esta semana confessou que uma vez depositou no Central Park um filhote de urso morto que ele encontrou em uma estrada. Se isso não é um comportamento estranho, é difícil saber o que seria. RFK Jr ainda poderia dividir os votos como candidato de um terceiro partido em alguns Estados. Walz também seria seu adversário ideal. Como um democrata do Centro-Oeste, Walz pode rebater a alegação de RFK de que o partido é um veículo das elites urbanas. Seu estilo pé no chão também atenuaria a acusação quase idêntica de Vance.

Não há dúvida de que Walz é bem mais à esquerda em economia do que, digamos, Shapiro ou Buttigieg. Como governador de Minnesota, ele forneceu refeições gratuitas para todas as crianças das escolas públicas do Estado, melhorou as licenças remuneradas e médicas para os trabalhadores e aumentou o salário mínimo.

Ainda assim, Minnesota continua sendo um dos Estados mais favoráveis aos negócios dos EUA. Walz também foi classificado como o 7º parlamentar mais bipartidário quando estava no Congresso. Será difícil retratá-lo como um radical ao estilo Bernie Sanders.

Os republicanos encontrarão material mais forte na resposta de Walz ao assassinato pela polícia de George Floyd em 2020 — uma asfixia que ocorreu no Estado de Walz. Ele também foi lento na resposta aos tumultos em Mineápolis.

Ele admitiu que a forma como a cidade lidou com o problema foi um “fracasso abjeto” e, como já assumiu parte da culpa, provavelmente limitou os danos.

Walz mantém relação pessoal e crítica com China

CHARLES REX ARBOGAST/AP

Antes de entrar na política, Tim Walz foi um dos primeiros professores a lecionar para estudantes na China, em 1989, como parte de um programa da Universidade Harvard. Ele também levou estudantes do ensino médio à China em todas as férias até 2003, inclusive quando estava em lua de mel com a esposa, Gwen. A conexão pessoal com a China não o impediu de copatrocinar uma série de projetos de lei críticos ao histórico de direitos humanos de Pequim, como a Lei de Direitos Humanos e Democracia de Hong Kong de 2017. Ele também fez parte de uma comissão parlamentar que monitorou abusos de direitos humanos no país. Na foto, Walz (no centro, à esq.), com Kamala Harris durante comício em Wisconsin.

Curtas

Aço chinês afeta Chile

A única siderúrgica do Chile, a usina de Huachipato, anunciou que vai encerrar suas atividades até setembro. A empresa alega que a grande quantidade de aço da China no mercado afetou a competitividade do setor no país, mesmo após o governo de Santiago ter aplicado novas taxas contra o aço chinês para proteger a indústria local. A empresa diz que, nos últimos anos, o aumento de importações de aço da China provocaram até US$ 500 milhões em dívidas.

Indústria alemã

A produção industrial da Alemanha registrou um aumento de 1,4% de maio para junho, em base sazonalmente ajustada, maior alta mensal registrada neste ano, de acordo com a agência de estatísticas alemã Destatis. O resultado ficou acima das expectativas dos participantes do mercado ouvidos pelo “Wall Street Journal”, cujo consenso indicava alta de 1%, mas só compensou parcialmente a forte queda na produção industrial de maio, de mais de 3%.

Valor ECONÔMICO

Maduro amplia repressão e Lula tem o dever de condená-lo

Dez dias depois da eleição que deu mais um mandato de presidente da Venezuela a Nicolás Maduro, as atas que comprovam sua recondução ao cargo não foram publicadas. O jogo eleitoral foi sujo antes, durante e depois de as urnas fecharem. Continua em falta a transparência e sobra repressão. O governo, sagrado vencedor sem provas, encarregou a Corte Suprema do país, submissa a Maduro, de auditar as atas eleitorais, não apresentadas a mais ninguém. Até agora, os protestos da oposição resultaram em mais de 1.100 prisões, algumas feitas em várias batidas ao acaso, intimidatórias, e 24 mortes. Os líderes Edmundo González Urrutia, candidato presidencial pela frente contra Maduro, e María Corina Machado, principal representante dos partidos que o apoiaram, estão em local incerto. A Procuradoria Geral, comandada pelo chavista Tarek Saab, abriu investigação criminal contra ambos.

O resultado oficial, anunciado na madrugada após a eleição, deu vitória a Maduro por 51,9% dos votos, ante 43% de Edmundo González. Já na segunda-feira 29, Maduro foi empossado, diante de protestos da oposição, da União Europeia, dos EUA e de boa parte dos países latino-americanos, como Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile. Reconheceram imediatamente o eleito China, Rússia, Cuba, Irã, Síria, Nicarágua e outros, na esmagadora maioria, regimes não democráticos, além do Partido dos Trabalhadores brasileiro. O Itamaraty e muitos outros países solicitaram a divulgação das atas eleitorais que comprovassem a legitimidade da vitória.

O Centro Carter, único observador internacional presente, disse que não pôde verificar a autenticidade dos resultados e que ele "não atingiu os padrões internacionais de integridade eleitoral em nenhuma das suas fases relevantes e violou numerosos preceitos da própria legislação nacional".

A oposição reuniu atas de 24.532 urnas das 30.026 disponíveis no dia da eleição e publicou-as em um site. Diversas fontes as consultaram e concluíram que o governo perdeu as eleições por ampla margem, cerca de 67% para González e 30,4% para Maduro. Em função disso, os EUA reconheceram o triunfo da oposição, e o secretário de Estado americano, Anthony Blinken, disse que chegara a hora de uma "transição respeitosa e pacífica" para um novo governo.

Dois dias após as eleições, o governo venezuelano expulsou diplomatas de 7 países que exigiram provas do êxito do governo e a divulgação das atas — Argentina, Chile, Costa Rica, Peru, Panamá, Uruguai e República Dominicana.

O Brasil teve status especial. O assessor especial do presidente Lula, Celso Amorim, acompanhou o pleito in loco e recebeu a promessa de que as atas por urnas seriam devidamente divulgadas em três dias — não foram. Enquanto o Itamaraty exigia transparência, o presidente Lula, na terça-feira (30), foi em socorro de Maduro, afirmando que não viu "nada de anormal" na eleição, e que se tratava de uma disputa que deveria ser resolvida pela Justiça — que, no caso, é totalmente favorável a Maduro. Depois, em reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), o Brasil e mais 10 países não subscreveram resolução solicitando a apresentação imediata dos resultados na presença de organizações de observadores independentes.

Diante do impasse, a oposição recorreu a uma estratégia polêmica que se revelou inútil. Apelou aos militares e à polícia para que se colocassem "ao lado do povo" e cessassem a repressão, ao mesmo tempo em que prometiam "garantias aos que cumprirem com seu dever constitucional" a ser dadas por um "novo governo". Deram a senha para serem acusados de "sediciosos" pelo ministro da Defesa, Vladimir Padrino, e processados pela Procuradoria como golpistas.

Brasil, México e Colômbia se articulam para negociar uma saída com Maduro, não se sabe qual. Há indícios de que Colômbia e México são favoráveis a uma transição pacífica, com entrega do poder. Em nota conjunta na quinta-feira os três países pediram solução do impasse pelas "vias institucionais" e respeito à "soberania popular" por meio de "apuração imparcial". Maduro não deu respostas, solicitou conversas com Lula e há articulação para que elas sejam feitas também na presença de Gustavo Petro, presidente da Colômbia, e Lopez Obrador, do México.

A saída natural é a mais difícil. Se Maduro tivesse vencido as eleições, seria o primeiro a divulgar as atas. A repressão que se seguiu, com apoio dos militares, é prova de que não está disposto a deixar o poder. Ao desdenhar por anos a fio da destruição da democracia na Venezuela, por afinidade ideológica e sob pretexto de poder instilar moderação junto aos chavistas, os governos petistas podem terminar impotentes diante de questões vitais, como o desfecho das eleições.

Parcial, o governo brasileiro terá de conviver com o desprestígio de não conseguir mediar satisfatoriamente conflitos em sua área de influência e andar na contramão das posições de seus sócios no Mercosul, Argentina e Uruguai. A menos que seja bem-sucedido em uma missão quase impossível: um acordo amplo para Maduro deixar o poder sem persecuções legais contra os principais líderes chavistas. Mas não se sabe até agora se o Brasil está realmente interessado nisso.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

Planejamento e orçamento devem ser "farol" para a ação privada. Por **Helder Rebouças**

Orçamento público e filantropia estratégica

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024 indica transferências de R$ 21,8 bilhões a entidades privadas sem fins lucrativos. Nos últimos cinco anos, essas transferências atingiram R$ 51 bilhões, dos quais R$ 41 bilhões foram efetivamente pagos. No exercício de 2024, cerca de 90% das transferências (R$ 17,2 bilhões) são destinados a despesas correntes, mostrando a relativa escassez de investimentos.

As principais ações orçamentárias dessas transferências, em 2024, são: financiamento de campanha eleitoral (R$ 5 bilhões), conta de desenvolvimento energético (R$ 2,4 bilhões), Infraestrutura de pesquisa (R$ 2,1 bilhões), saúde indígena (R$ 1,5 bilhões), Rede SARAH (R$ 1,4 bilhão), manutenção de partidos políticos (R$ 1,2 bilhão), Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS (R$ 1,2 bilhão), esporte amador (R$ 665 milhões), unidades de atenção especializada em saúde (R$ 646 milhões), fomento à cultura (R$ 244 milhões).

Note que os valores destinados a agremiações políticas representam quase 30% de todos os repasses, no atual exercício. Convém observar ainda que, na tramitação da LOA 2024, os parlamentares aprovaram emendas de R$ 2,4 bilhões às entidades sem fins lucrativos (11% do total), revelando o valor político dessas remessas.

As transferências são reguladas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que, em geral, tem incluído entidades diversas, além das "filantrópicas", desde que exerçam atividades contínuas, gratuitas e de atendimento ao público. Em 2024, por exemplo, são admitidas transferências para entidades que tenham projetos de proteção ambiental, pesquisa científica e tecnológica, extrativismo, combate à pobreza extrema, comunidades tradicionais, povos indígenas, reciclagem, proteção de vítimas de crimes violentos, produção de fármacos e medicamentos, dentre outros.

A bem da transparência e do controle social do gasto público, sugere-se que a LDO 2025, que tramita no Congresso, institua marcadores que permitam a identificação das transferências, por tipo de beneficiárias: entidades filantrópicas (Lei Complementar 187, de 2021), organizações da sociedade civil (Lei 13.019, de 2014), organizações da sociedade civil de interesse público (Lei 9.790, de 1999) e organizações sociais (Lei 9.637, de 1998). Ademais, cabe exigir que a LOA apresente, em anexo próprio, a relação das entidades beneficiadas pelas transferências e os respectivos valores.

Ao lado do orçamento, temos a alocação de recursos privados em ações de interesse público, na chamada filantropia estratégica, que realiza investimentos sociais privados voltados ao desenvolvimento socioambiental. Investimento Social Privado (ISP), segundo o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS), é a "alocação voluntária e estratégica de recursos privados, sejam eles financeiros, em espécie, humanos, técnicos ou gerenciais para o benefício público".

Dados do último censo do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) mostram que as organizações privadas desembolsaram R$ 4,8 bilhões, em 2022, para ações como educação

EDUARDO NADDAR/O GLOBO

(R$ 1,9 bilhão), cultura (R$ 420 milhões), saúde (R$ 312 milhões), inclusão produtiva (R$ 280 milhões), defesa de direitos (R$ 245 milhões), combate à pobreza e fome (R$ 189 milhões), sustentabilidade ambiental (R$ 187 milhões). Conforme o "Panorama dos Fundos Patrimoniais no Brasil", do IDIS, esses fundos contabilizaram patrimônio da ordem de R$ 78 bilhões, em 2022, com destaque para a Fundação Bradesco (R$ 65,5 bilhões), Fundação Itaú (R$ 5,6 bilhões), Umane (R$ 1,9 bilhão), Fundo Serrapilheira (R$ 600 milhões) e Fundação Banco do Brasil (R$ 226,8 milhões).

A filantropia estratégica é regida pela Lei 13.800, de 2019, que prevê a constituição de fundos patrimoniais ("endowments"), para arrecadar, gerir e destinar doações de pessoas físicas e jurídicas privadas no apoio a instituições de educação, ciência e tecnologia, pesquisa e inovação, cultura, saúde, meio ambiente, assistência social, desporto, segurança pública, direitos humanos e outras. Com essa Lei, a administração pública fica autorizada a firmar parcerias em projetos de interesse público com as Organizações Gestoras de Fundos Patrimoniais (OGFP).

A Lei 13.800, de 2019, foi aprovada com vetos aos incentivos fiscais a doações aos fundos patrimoniais e não tratou do desenho tributário aplicável às OGFP. No setor, isso é tido como restrição à expansão da filantropia estratégica. Alternativamente, tem-se o Projeto de Lei 2.440, de 2023, do senador Flávio Arns, que prevê incentivos fiscais aos investimentos sociais privados, matéria legislativa já aprovada na Comissão de Educação do Senado e pronta para deliberação na Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Diante da oferta conjunta de recursos orçamentários e da filantropia estratégica no enfrentamento de problemas sociais, a coordenação de ações entre o Estado, fundos patrimoniais e organizações da sociedade civil se afigura fundamental, para eliminar redundâncias e alocações ineficientes. Já para ampliar a liquidez do ecossistema filantrópico, com o desenvolvimento de produtos bancários e de mercado de capitais, é indispensável a regulação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), como determina a Lei 13.800, de 2019.

A ausência de incentivos institucionais e de boa regulação pode nos afastar muito dos números dos fundos patrimoniais lá fora, a exemplo do Ensine Peak Advisors (US$ 124 bilhões), Japan Science and Technology Agency (US$ 80,7 bilhões), Stanford University (US$ 75,1 bilhões), Harvard Management Company (US$ 73 bilhões), Bill & Melinda Gates Foundation (US$ 67 bilhões), conforme a Coalizão pelos Fundos Filantrópicos, coordenada pelo IDIS.

Na perspectiva de que o planejamento e o orçamento público sejam uma espécie de "farol" para a ação privada, como estabelece a Constituição Federal, propõe-se, em alinhamento às políticas públicas, que a filantropia estratégica privada considere, no horizonte de médio prazo, a Agenda Transversal da Lei do Plano Plurianual 2024-2027, cujos temas focais são: crianças/adolescentes, mulheres, igualdade racial, povos indígenas e meio ambiente. Na LOA 2024, a Agenda Transversal abriga recursos da ordem de R$ 65,2 bilhões.

Helder Rebouças é consultor de Orçamentos do Senado e doutor em Direito pela Universidade de Brasília (UnB).

Uma armadilha conveniente

Maria Clara R. M. do Prado

Na escala que mede o nível da riqueza dos países, o Brasil está não apenas estagnado há anos, mas tende a chegar a 2100 ainda mais distante do líder mundial, os Estados Unidos. Ou seja, faça sol faça chuva, se mantiver os mesmos estímulos com vistas ao crescimento econômico adotados nas últimas décadas, a maioria dos países de renda média — em que se inclui a economia brasileira — passará muito provavelmente por processo de desaceleração nos próximos 75 anos.

O prognóstico é do Banco Mundial. A partir do modelo de crescimento no longo prazo baseado em Solow-Swan — que busca medir a expansão das economias em um largo horizonte de tempo considerando a acumulação de capital, o aumento da população e da produtividade com progresso tecnológico — a instituição avaliou 108 países atracados na armadilha da renda média (com renda per capita no intervalo extenso que vai de US$ 1.136 a US$ 13.845).

O paradigma não é novo. Foi criado pelo próprio Banco Mundial há anos. A ideia da armadilha tem a ver com uma espécie de acomodação à conquista de um nível de bem estar que permite avanços, embora insuficientes para o salto necessário à mudança de categoria de renda. Os 108 países analisados padecem de falta de investimento inovativo, de mão de obra especializada e de eficiência na redução das emissões de dióxido de carbono, um aspecto que ganha relevância ao lado de outros já "tradicionais", como a má distribuição de renda e a extrema pobreza.

O diagnóstico mantém-se praticamente o mesmo, com o agravante de que fica cada vez mais difícil alcançar os mais ricos. Alguns fatores como o envelhecimento da população e o menor ingresso de mão de obra jovem no mercado de trabalho têm contribuído para dificultar a transposição em geral dos países de renda média para o nível mais alto. Desde 1970, diz o Banco Mundial, a renda per capita daqueles países em termos médios nunca ultrapassou um décimo da renda dos Estados Unidos. Tudo isso está no "World Development Report 2024: the Middle Income Trap" (Relatório do Desenvolvimento Mundial 2024: a Armadilha da Renda Média).

A grande novidade é a ênfase dada pelo Relatório à atuação dos chamados "incumbents" — dirigentes de empresas privadas e líderes do setor público — para a perpetuação do status quo, responsáveis que seriam por manter os países de renda média amarrados às suas armadilhas.

O documento dedica um capítulo inteiro ao que chamou de "Forces of Preservation" (Forças da Preservação). No fundo, trata-se de apontar a responsabilidade das elites pelo aprofundamento da "armadilha". Em países do tipo da Belíndia, imaginada por Edmar Bacha, em que a parte associada à Índia abriga a grande maioria da população de baixa renda, o egoísmo e a visão de curto alcance da elite que se supõe "belga" contribuem para o retrocesso econômico.

Os exemplos são fartos. O "pacto" firmado entre as empresas e o Congresso Nacional pela manutenção da prática de desoneração da folha de pagamento é um deles. Ao abrigo do argumento de apoio aos empregos, os empresários brasileiros não querem perder os privilégios garantidos no governo Dilma Rousseff. Não importa que isso implique custos para a sociedade na forma de redução de verba pública em setores sensíveis ao desenvolvimento como a educação e a saúde.

Outro exemplo é a pressão que setores produtivos têm exercido sobre o Legislativo, com sucesso, quanto aos produtos a serem beneficiados com baixo IVA, caso dos remédios, ou até isenção, caso da carne, no bojo das discussões da reforma tributária. São medidas que atendem a interesses específicos.

Também a avidez dos parlamentares de se apoderarem cada vez mais das verbas do orçamento da União para programas e projetos em suas áreas de influência política, sem controle e sem transparência, encaixa-se na prática da absorção dos recursos públicos para benefício de caráter pessoal.

No Brasil de 2024, não há plano ou projeto, sequer há objetivos econômicos a serem perseguidos

São práticas disseminadas que minam o ideal da política de atuar pela prosperidade do país e reduzem o papel do empresariado à função de coletor de benesses do Estado. Alguém dirá que também os juros altos limitam a expansão do PIB. Sem dúvida. Da mesma forma aqui, no caso muito específico do Brasil, o raciocínio do benefício para poucos em detrimento da grande maioria deve ser considerado.

O Relatório do Banco Mundial faz menção às aspirações de alguns países de renda média, sedimentadas em planos com objetivos de médio e longo prazos. A China quer chegar a 2035 com PIB per capita de país rico. A Índia pretende tornar-se um país desenvolvido em 2047, no centenário da sua independência. O Vietnã persegue o status de alto nível de renda em 2045. O Plano Nacional de Desenvolvimento da África do Sul almeja atingir renda per capita de US$ 7 mil em 2030. Nenhum desses planos tem garantia de sucesso.

O Banco Mundial recomenda uma transição em duas etapas: primeiro, o investimento deve imitar e difundir as tecnologias modernas desenvolvidas em outros países de modo que a capacitação doméstica permita adicionar valor às tecnologias globais. Nessa etapa, os países entram na categoria de inovadores.

No Brasil de 2024, não há plano ou projeto, sequer há objetivos econômicos a serem perseguidos. Sem rumo definido, o governo parece confinado às elocubrações do presidente da República e a atitudes descompensadas, como a do Ministério das Comunicações, que apagou da foto da premiação a atleta Rebeca Andrade. Trocou-a pela imagem de um computador, como se isso denotasse algum tipo de avanço tecnológico (sic!). Não, representa apenas atraso e mediocridade.

Maria Clara R. M. do Prado, jornalista, formada pela PUC-Rio, é autora do livro "A Real História do Plano Real", em versão impressa e digital.

Frase do dia

"Eu temo muito que possa haver um conflito muito grave. Não quero usar a expressão guerra civil, mas temo muito".

De Celso Amorim, assessor especial da Presidência, sobre a Venezuela

Cartas de Leitores

Sequestro da imaginação

Escrevo para que não passe em brancas nuvens o instigante artigo de André Lara Resende (O Sequestro da Imaginação) publicado no Valor de terça-feira.

O Brasil deve ao André nada menos que a formulação teórica do Plano Real, baseado nos artigos em que ele e Persio Arida criaram o Ovo de Colombo de uma moeda virtual, a URV, que permitiu vencer a inércia da inflação. Mas, como apontou o articulista, a superação da inflação é um processo que toma tempo e pode ter causas muito distintas.

Pelo seu currículo acadêmico e contribuições concretas, ALR tem legitimidade e qualificação técnica para criticar a política macroeconômica praticada no Brasil. Tal política, baseada no celebrado tripé (câmbio flutuante, metas de inflação e equilíbrio fiscal), embora tenha controlado a inflação, legou-nos a camisa de força dos juros altos e do baixo crescimento.

O articulista atribui à falta de imaginação da esquerda o domínio do "neoconservadorismo macroeconômico", devido à receita adotada de um assistencialismo anacrônico e à sua incapacidade de enfrentar os velhos vícios do patrimonialismo e do corporativismo.

Além das críticas bem assestadas, ALR apresenta um esboço, bem-articulado, de roteiro para o país "escapar da ditadura da falta de imaginação e recolocar o País na direção do verdadeiro desenvolvimento".

Considero o brilhante artigo um desafio intelectual aos melhores economistas do Brasil, dos setores público e privado. Aguardamos as suas análises, com argumentos e conclusões. É hora de avançar.

Luiz Tavares Pereira Filho
luiztavaresp@outlook.com

•

Ler os livros e artigos de André Lara Resende sobre a Nova Politica Monetaria é instigante e desafiador. Sem querer desmerecer sua genialidade, e nem entrar no mérito técnico da questão, é uma pena constatar que tal teoria, para ser exitosa, depende de um governo onde os investimentos gerem um retorno positivo, de uma reforma de governança do Estado forte que seja garantidor das instituições que viabilizam a produtividade, de um programa plurianual de investimentos com transparência de custos e retornos, e da coordenação das politicas monetária e fiscal por um conselho de experts.

Com certeza não é esse governo que investe em Pasadenas, Comperjs, Portos de Mariel entre outros que vai propiciar tais condições necessárias.

Antes que essa Nova Politica Monetária desague em uma segunda Nova Matriz Econômica, acho mais prudente continuarmos com o sequestro da imaginação do que tentar colocar em prática no Brasil esse idealismo quixotesco.

Levy Mendes Lopes
levymendeslopes@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Drones baratos produzidos em massa tornaram-se armas fundamentais. Por **Charles Ferguson**

Complacência com IA ameaça defesa

Com o Ocidente forçado a confrontar a Rússia e a China, os conflitos militares revelaram grandes fraquezas sistêmicas nas forças armadas dos Estados Unidos e da Europa e em suas bases industriais de defesa.

Esses problemas decorrem de tendências tecnológicas fundamentais. Na Ucrânia, sistemas tripulados caros como tanques, aeronaves de combate e navios de guerra têm se mostrado extremamente vulneráveis a drones não tripulados baratos, mísseis de cruzeiro e mísseis guiados. A Rússia já perdeu mais de 8 mil veículos blindados, um terço de sua frota no Mar Negro e muitos aviões de combate, levando-a a deslocar seus sistemas tripulados caros para mais longe das zonas de combate.

Drones baratos produzidos em massa pela China, Rússia, Irã, Turquia e agora pela Ucrânia, se tornaram armas ofensivas fundamentais e ferramentas valiosas para vigilância, direcionamento e orientação. Frequentemente baseados em produtos comerciais amplamente disponíveis, os drones estão sendo produzidos aos milhões a um custo de apenas US$ 1 mil-50 mil cada. No entanto, nenhum desses drones é fabricado nos EUA ou na Europa ocidental — uma grande fraqueza na base industrial e na postura militar do Ocidente.

Embora seja fácil destruir os drones russos, chineses e iranianos com os sistemas ocidentais existentes, os custos são proibitivos — de US$ 100 mil a US$ 3 milhões por alvo. Essa relação insustentável é o resultado de décadas de complacência e ineficiência burocrática. Nenhum contratante ocidental tradicional produz um sistema anti-drone competitivo em termos de custo — embora várias startups dos EUA e Ucrânia os estejam desenvolvendo agora.

Pior ainda, essa situação é só um prelúdio para um futuro de armas autônomas não tripuladas. A maioria dos drones atuais é controlada remotamente por um humano ou guiada de forma simplista por GPS ou mapas digitais. Mas novas tecnologias de Inteligência Artificial (IA) — baseadas em grande parte em produtos comerciais e pesquisas acadêmicas disponíveis publicamente — em breve transformarão a guerra, e possivelmente o terrorismo também.

Empresas individuais estão tentando vender o máximo possível para a China. Ao tentar obter a liderança diante de seus competidores imediatos, cada empresa enfraquece a posição de longo prazo de todas as outras, e, no final, a sua própria

Os drones habilitados por IA já podem operar em enxames altamente coordenados, permitindo, por exemplo, que um atacante cerque um alvo, impedindo sua fuga. O direcionamento em si está se tornando extremamente preciso — chegando ao nível de identificar o rosto de um indivíduo, uma peça de vestuário religiosa ou uma placa de veículo específica — e os enxames de drones são cada vez mais capazes de navegar por cidades, florestas e edifícios.

Produtos orientados por IA, tanto militares como comerciais, dependem de uma pilha tecnológica complexa e em camadas, na base da qual está o equipamento fundamental, os equipamentos para semicondutores (as máquinas de alta precisão que fabricam os chips), seguido pelos semicondutores (como os processadores de IA da Nvidia), centros de dados, modelos de IA e seus dados de treinamento, serviços de IA em nuvem, design de produtos de hardware, fabricação e engenharia de aplicação e sistemas.

EUA, Europa Ocidental, Taiwan e Coreia do Sul coletivamente ainda estão à frente da China (e da Rússia) na maioria dessas áreas, mas sua liderança está diminuindo e a China já domina os mercados mundiais de hardware de uso duplo produzido em massa, como drones e robôs.

A resposta ocidental a esse desafio tem sido lamentavelmente inadequada até agora. Os controles à exportação de tecnologias de habilitação de IA estão limitados aos equipamentos essenciais para a fabricação de semicondutores e processadores, e mesmo esses controles vem enfrentando resistência, ou sendo afrouxados e evitados. Embora a exportação de processadores de IA de ponta para a China tenha sido proibida, o acesso a serviços de nuvem dos EUA com o uso desses mesmos processadores continua aberto, e a Nvidia agora fornece à China processadores de IA quase tão poderosos, mas especialmente adaptados para se enquadrar nos controles à exportações dos EUA. Não há qualquer controle de exportação ou licenciamento em pesquisas, modelos ou dados de treinamento de IA.

Embora algumas empresas americanas, como Google, tenham mantido seus modelos de IA restritos e limitado o acesso chinês a sua tecnologia, outras fizeram o oposto. A OpenAI proíbe o acesso direto chinês a suas interfaces de programação de aplicativos (APIs), mas essas mesmas APIs permanecem disponíveis através da Microsoft. Enquanto isso, a Meta adotou uma estratégia de código aberto total para seus esforços em IA, e a firma de venture capital Adreessen Horowitz está fazendo lobby para evitar os controles de exportação (ou qualquer restrição regulatória) sobre os modelos de IA de fonte aberta.

Os setores de tecnologia dos EUA e Europa estão assim se comportando como um pelotão de fuzilamento circular, com empresas individuais tentando vender o máximo possível para a China. Ao tentar obter a liderança sobre seus competidores imediatos, cada empresa enfraquece a posição de longo prazo de todas as outras, e, no final, a sua própria. Se isso continuar, o resultado previsível é que os EUA e a Europa Ocidental ficarão atrás da China — e até mesmo atrás da Rússia, Irã ou grupos terroristas descentralizados —, tanto em termos de guerra movida pela IA, como em aplicações comerciais de IA.

Muitos tecnólogos e gestores do Vale do Silício e organizações governamentais estão cientes desse risco, e muito perturbados por ele. Mas apesar de algumas iniciativas significativas (como a Unidade de Inovação em Defesa dentro do Pentágono), houve relativamente pouca mudança no comportamento do setor de defesa ou na política governamental.

Esta situação é particularmente absurda, dada a oportunidade óbvia para uma grande e extremamente vantajosa barganha: a aquiescência da indústria aos controles de exportação impostos pelo governo em troca de negociação coletiva apoiada pelo governo com a China em licenciamento de tecnologia, acesso ao mercado e outros benefícios comerciais. Apesar de algumas áreas de tensão genuína, há um grau surpreendentemente alto de alinhamento entre os interesses de segurança nacional e os interesses coletivos de longo prazo do setor de tecnologia do Ocidente.

A estratégia lógica é que o governo dos EUA e a União Europeia sirvam como agentes de barganha em nome da indústria ocidental ao lidar com a China. Infelizmente, não é para onde as coisas estão rumando no momento. Embora as autoridades e tecnólogos estejam acordando para a ameaça, a infraestrutura tecnológica essencial está agora avançando dramaticamente mais rápido do que os debates políticos e os processos legislativos – sem mencionar os ciclos de produtos do Pentágono e dos contratantes de defesa tradicional. O desenvolvimento da IA está progredindo tão rapidamente que até mesmo o sistema de startups dos EUA está tendo dificuldades para acompanhar. Isso significa que não há tempo a perder. *(Tradução de Mário Zamarian)*

Charles Ferguson, investidor em tecnologia e analista de políticas, é diretor do documentário vencedor do Oscar "Inside Job" ("Trabalho Interno", no Brasil). Project Syndicate, 2024. **www.project-syndicate.org**

Especial

Cenário Para o economista David Daokui Li, principal preocupação agora é com deflação

China deve se reaquecer em dois anos, diz conselheiro do governo

KEINY ANDRADE/VALOR

Para Daokui Li, retomada passa por melhora na confiança: "Investidores estão preocupados com a direção da economia"

Marcos de Moura e Souza
De São Paulo

A economia chinesa deverá retomar uma fase de maior crescimento dentro de um ou dois anos. Mas antes disso precisa começar a reverter um quadro de deflação, sintoma do desânimo do consumo local. A avaliação é de David Daokui Li, de 61 anos, um dos conselheiros econômicos do governo chinês e nome respeitado por acadêmicos e por autoridades locais.

Em entrevista ao **Valor**, além do estado da economia, ele também falou sobre as relações truncadas entre EUA e China e disse que considera a candidata à Presidência Kamala Harris como uma opção mais segura para os interesses chineses. Segundo ele, o temor em relação a Donald Trump é que, se eleito, se cerque de uma equipe ideologizada, anti-China, que dificulte ainda mais as relações entre os países. Trump já deu spoiler sobre o que faria em um novo mandato: taxar em mais de 60% tudo o que for "made in China".

Professor da Universidade de Tsinghua, Li veio pela primeira vez ao Brasil esta semana e foi o principal palestrante da conferência organizada pelo Conselho Empresarial Brasil-China, em São Paulo, na segunda-feira. Na entrevista, disse que a meta do governo Xi Jinping para o PIB deste ano — alta de cerca de 5% — será alcançada. Pelas projeções do FMI, o país deve avançar 5% este ano. Trata-se de um crescimento menor do que o potencial do país, diz Li. Sua preocupação central é com a fraqueza dos preços. "A economia tem uma variação de preços negativa de 1%. A economia não está indo bem. As pessoas estão preocupadas, as empresas e os empresários estão preocupados", disse. A seguir os principais trechos da entrevista:

Valor: *Na sua avaliação, qual dos candidatos à Presidência dos EUA tende a adotar, se eleito ou eleita, medidas mais favoráveis ao comércio e às relações com a China?*

David Daokui Li: No geral, Kamala representa um cenário mais seguro para as relações entre a China e os EUA. Uma nova Presidência sob o comando de Trump, significa que pode haver alguma possibilidade de um relacionamento muito eficaz. Mas há também o risco de um relacionamento extremamente ruim. Trump é uma escolha arriscada.

Valor: *Por que Kamala parece uma escolha mais segura?*

Li: Porque, sob o comando de Kamala, acredito que a política atual do presidente Biden continuará, que é competir com a China sob certas regras, competição baseada em regras. Então o relacionamento com a China será administrado.

Valor: *No governo Trump, os Estados Unidos impuseram algumas tarifas contra a China, afetando particularmente os veículos elétricos e as baterias de painéis solares. Biden aumentou essas tarifas. O senhor considera que Trump ou Kamala reduzirá essas tarifas?*

Li: Não tenho nenhuma ilusão de que os EUA reduzirão suas tarifas [contra produtos e serviços chineses]. Os EUA não reduzirão tarifas. A questão da tarifa é uma questão que já está concluída. Podemos virar a página. Os EUA não aceitarão os carros elétricos da China, os EUA não aceitarão os produtos eletrônicos chineses [chips, semicondutores, produtos que tenham inteligência de IA]. A sociedade e as autoridades americanas estão muito preocupadas. Estão paranóicas com a ideia de que produtos chineses teriam a capacidade de coletar informações [como ferramentas de espionagem para Pequim]. Essa é uma conclusão que já existe. Os EUA continuarão com sua política de tarifas altas contra a China ou vão adotar tarifas ainda mais altas.

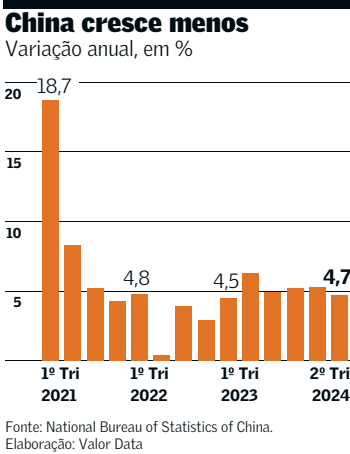
Valor: *Isso traz problemas para o setor industrial chinês e para a economia chinesa?*

Li: Na China, as empresas, as autoridades econômicas, os consumidores, os trabalhadores, todos nós prevemos que os EUA continuarão com sua política de tarifas altas. Entretanto, a questão principal é a tecnologia. Os EUA estão aumentando as restrições ao desenvolvimento tecnológico e de alta tecnologia da China. Os EUA aumentaram suas restrições à China no que diz respeito à exportação de chips de computador e outros itens tecnológicos para a China. Esse é o ponto principal. O principal é se os EUA mobilizarão os países europeus, o Japão e a Coreia do Sul para embargar a China em relação a produtos de alta tecnologia. Essa é a chave. O quadro geral é que os EUA ocupam uma parte da cadeia de suprimentos de alta tecnologia. Os EUA agora estão projetando chips de computador, como a Nvidia [empresa americana de tecnologia]. A Nvidia é uma projetista de chips de computador. Os EUA não produzem chips de computador, não produzem a máquina para produzir chips de computador. Os EUA não produzem os materiais. A China produz certas partes dessas máquinas, desse tipo de coisa. Mas o problema, acredito, é que os EUA adotam uma postura hegemônica, estabelecendo que alguns países, por exemplo, Japão, Coreia, Holanda não podem exportar para a China. Trump continuará fazendo isso. E Kamala também continuará fazendo isso. A questão é que, no caso de Trump, talvez haja espaço para negociação. Podemos negociar, ele é um homem de negócios. Eu acho que com um empresário é mais fácil, na minha opinião, é mais fácil de lidar do que muitos políticos. Mas também há um risco. Ele pode vir a se cercar de pessoas no Conselho de Segurança Nacional que são muito contrárias à China com base na religião, com base na ideologia e ou em outros elementos não econômicos.

Valor: *Essa parece ser também a opinião de líderes chineses?*

Li: Acho que sim. Acho que sim. Acho que a China agora está fazendo dois planos alternativos. Um é para Kamala. O outro é para Trump. O que a China quer saber sobre Trump é se ele vai dar as cartas, se eleito, ou se será influenciado por seu Gabinete.

Valor: *Uma crítica frequente feita à China nos EUA e em outros países ocidentais é que a China tem conduzido sua economia de modo que distorce condições para concorrer com outras nações. Como o senhor vê essas críticas?*

Li: A China vem se abrindo gradualmente. Há 20, 30 anos, a China era muito protetora em determinados setores, em termos de, por exemplo, automóveis. Há 20 ou 30 anos, a China tinha um limite máximo de participação acionária em empresas automobilísticas modernas, como a Volkswagen, a BMW, a GM, mas agora a China está trabalhando gradualmente, abrindo-se gradualmente. Portanto, veja a China como uma criança que está crescendo, não culpe a criança por ter tido alguns maus hábitos no passado. Na verdade, acredito que foi anunciado há alguns dias, talvez na semana passada, que a China elevará a participação acionária de todas as empresas, de todas as empresas de manufatura. Esse é um assunto de segurança nacional um pouco sensível que a China está abrindo gradualmente. A China é um jogador de futebol jovem aprendendo, mas que está avançando.

China cresce menos
Variação anual, em %

Trimestre	Variação (%)
1º Tri 2021	18,7
1º Tri 2022	4,8
1º Tri 2023	4,5
2º Tri 2024	4,7

Fonte: National Bureau of Statistics of China. Elaboração: Valor Data

Valor: *Considerando a meta que foi estabelecida pelo governo de crescimento do PIB em 2024, em torno de 5%. Essa meta será alcançada este ano?*

Li: Em termos do número, sem problema. Não é um número alto, 5%. Não, não é difícil, é fácil. Minha preocupação é o nível de preços. Minha preocupação é se a macroeconomia terá um aumento positivo de preços. A economia tem uma variação de preços negativa de 1%. A economia não está indo bem. As pessoas estão preocupadas, as empresas e os empresários estão preocupados. Essa é a preocupação atual, esse é o problema atual da economia chinesa. A economia chinesa agora está sofrendo uma pressão de redução de preços. Esse é o maior problema. A economia chinesa está abaixo de seu potencial de crescimento do PIB. Quando as economias estão crescendo mais lentamente do que o potencial de crescimento, a economia não está indo bem. É claro que o superaquecimento não é bom.

Valor: *Recentemente, foram anunciadas mais de 300 medidas, no contexto da tentativa de recuperação da economia. O senhor acredita no efeito dessas medidas?*

Li: A terceira plenária [de líderes do Partido Comunista] anunciou mais de 300 reformas. Porém, mais importante do que essas medidas é a visão geral e a determinação expressas no documento. Autoridades chinesas sabem muito bem que a situação atual não é desejável. A China tem que resolver o problema, reverter a tendência. Na China, temos a expressão de que o desenvolvimento econômico é a missão número um. O crescimento é a missão número um. Esse espírito está voltando.

Valor: *Na sua apresentação no encontro do Conselho Empresarial Brasil-China, o senhor disse que em um ou dois anos, a economia chinesa estará novamente em um patamar melhor. Essa retomada passa por que tipo de mudança?*

Li: Confiança do consumidor e a confiança do investidor. Muitos investidores, inclusive investidores privados, estão agora preocupados. Eles se preocupam com a direção da economia.

Valor: *EUA e China tendem a crescer em momentos alternados ou o senhor vê no futuro próximo ambas numa fase de crescimento?*

Li: Deixe-me dizer que, no curto prazo, nos próximos três a cinco anos, a economia chinesa e a economia dos EUA funcionarão em ciclos opostos. Como uma onda, altos e baixos. Hoje, a economia dos EUA está superaquecida e a economia chinesa está muito fria. Mas acredito que, em dois anos, acontecerá o contrário. Em dois ou três anos, em um prazo mais longo, acredito que a economia dos EUA se sairá bem. A economia dos EUA conta com uma grande população, o enorme mercado, os produtos de alta tecnologia e inovação. Todos esses são ingredientes do crescimento econômico de longo prazo. Mas há uma coisa que realmente me preocupa na economia dos EUA, que espero não faça com que a economia dos EUA crie uma nova crise financeira: os EUA não estão controlando muito bem o orçamento federal. O déficit fiscal, a dívida nacional é muito alta.

Valor: *Num contexto de guerra na Ucrânia, a China tem intensificado relações comerciais com a Rússia. Qual sua avaliação sobre esse movimento?*

Li: A China está mantendo boas relações, tanto com a Rússia quanto com a Ucrânia. A China é a grande parceira da Ucrânia. A China é um dos maiores, se não o maior, pelo menos o segundo maior comprador de grãos da Ucrânia. A China é um grande apoiador econômico da Ucrânia. A China também é uma grande parceira da Rússia. Portanto, a China também está tentando intermediar um acordo de paz, ou pelo menos a verdade, um acordo de verdade, um cessar de fogo entre os dois lados. A China trabalhou arduamente em ambos os lados. A China espera sinceramente que os dois lados possam chegar a algum tipo de acordo de cessar-fogo. E devo lembrar que a China compartilha com a Rússia a fronteira mais longa do que qualquer outro país. Cerca de 300 mil quilômetros. Temos que ser amigos da Rússia. Não temos escolha, temos que fazer, temos que manter boas relações com a Rússia. Imagine se a Rússia entrar em um caos. Se a Rússia tiver um líder que seja contra a China? Seria um desastre para a China.

Valor: *A crescente influência econômica da China alimenta críticas — sobretudo nos EUA — devido à leitura de que um país onde não há democracia e que é alvo de questionamentos sobre direitos humanos esteja usando sua influência global para difundir seus valores.*

Li: Esse é o mais importante e o maior mal-entendido sobre a China. É por isso que escrevi este livro, o 'China's worldview, Desmystifying China to Prevent Global Conflict' [visão de mundo da China, desmistificando a China para prevenir conflitos globais, em tradução livre]. Esse é o ponto mais importante desse livro: a China não está exportando sua ideologia. A China não está exportando seus valores culturais. Não. A China não tem a intenção, não tem a capacidade, não tem nenhuma estratégia para fazer isso.

> "Kamala Harris representa cenário mais seguro para as relações entre a China e EUA"
> *Daokui Li*

Eletricidade
Pedido da ONS para reduzir consumo é aceito por indústrias
B1

Educação
UniFECAF cresce combinando cursos com aulas práticas e entretenimento, diz Gama, CEO B3

Tecnologia
Derrota sofrida pelo Google pode impactar também a parceira Apple B6

Varejo
GPA reduz em 6% o prejuízo, para R$ 331 milhões, e ações sobem 8,42% na B3 B7

Energia Cerca de 25 empresas, como Braskem e CBA, já deslocaram ou diminuíram a demanda

ONS convoca indústrias para reduzir consumo

Robson Rodrigues
De São Paulo

Depois de reduzir a vazão em algumas hidrelétricas para poupar água nos reservatórios e pedir para que usinas termelétricas fiquem de prontidão para garantir energia, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) chama os grandes consumidores industriais de energia para reduzirem, de forma voluntária, a demanda por eletricidade durante horários de pico de abastecimento para dar mais flexibilidade à operação do sistema.

Cerca de 25 empresas intensivas em energia, como Braskem, CBA e Gerdau, fizeram ofertas para o ONS para reduzir entre 5 MW e 45 MW de demanda para atendimento da ponta do sistema desde novembro. A ideia é dar um sinal econômico para que empresas que usam muita energia desloquem o processo fabril para outros horários ou reduzam a produção, ajudando a desestressar o sistema.

Essa operação é conhecida como "Resposta da Demanda". O programa começou em 2017, mas só em 2021, com a pior crise hídrica dos últimos 91 anos, que ele foi discutido com mais ênfase.

Pelas regras do setor, consumidores manifestam ao ONS o interesse em reduzir a demanda em lotes de 5 MW por no mínimo quatro horas e quanto cobram por essa redução. Se o valor oferecido for inferior ao custo de uma usina termelétrica, o ONS aceita a oferta.

A indústria diz que fez adaptações importantes para atender ao programa e quer participar de uma forma continuada.

Em nota, o ONS informou que entre novembro de 2023 e julho deste ano, o órgão aprovou 185 ofertas, envolvendo cerca de 25 empresas. Em julho, foi registrado um recorde de horário de Resposta da Demanda com o programa definitivo com o valor de 112 MW. O resultado indica que há demanda e espaço para mais adesão e uso deste recurso na operação.

"Sociedade ganha com este sistema não só no aspecto econômico"
Gustavo Checcucci

A energia produzida pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) vem sobretudo de 21 hidrelétricas e soma 1,46 GW de capacidade instalada societária direta ou por meio de consórcios. Segundo o diretor do negócio energia, Daniel Marrocos, a empresa possui geração de energia integrada à fábrica, e tem flexibilidade para modular o seu consumo de energia elétrica, reduzindo-o por períodos específicos, com base no planejamento integrado entre a produção fabril e a geração de energia.

Essa redução é importante ao sistema, já que a Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE) projeta necessidade adicional de 5,5 gigawatts (GW) de potência no sistema em 2028, provenientes de fontes "despacháveis", ou seja, aquelas que podem ser acionadas a qualquer momento. Eólica e solar, que dependem de condições climáticas para gerar energia, não são consideradas.

Para Gustavo Checcucci, diretor de energia e descarbonização industrial da Braskem, há capacidade dos consumidores de responder com consumo mais racional e flexibilidade operacional da indústria para adequar sua demanda para fora dos momentos críticos. "A sociedade ganha com este sistema não apenas no aspecto econômico, mas também com a redução das emissões. Este é um produto que a indústria pleiteou muito."

O ONS acredita que a tendência é que haja participação cada vez maior dos grandes consumidores.

Ary Pinto, diretor de energia da Ligas Industriais de Alumínio S.A. (Liasa), que produz silício metálico, avalia fazer ofertas ao ONS e participar do programa ainda este ano, já que é eficiente, não demanda investimentos e sem a necessidade de contratos de longo prazo.

O presidente da Abrace, associação que representa os grandes consumidores livres de energia, Paulo Pedrosa, prevê maior dificuldade de atendimento em outubro, quando a demanda por energia deve subir devido ao aumento das temperaturas, enquanto as chuvas nos reservatórios ainda não começaram.

A entidade sugeriu ao ONS que evite antecipar o despacho de usinas termelétricas de alto custo e priorize o uso do programa de Resposta da Demanda. Pedrosa propõe que a indústria seja remunerada pela disponibilidade para atender picos de consumo, oferecendo uma alternativa mais econômica do que o acionamento de termelétricas.

"Da mesma forma que o sistema paga uma térmica para ficar esperando para ser acionada, o sistema pode pagar muito menos com a redução voluntária de energia pela indústria", diz.

A sugestão, no entanto, recebeu críticas. Xisto Vieira, presidente da Abraget, associação que representa as termelétricas, argumenta que empresas industriais podem explorar a volatilidade dos preços de energia para lucrar com a demanda energética. Ele acrescenta que, quando uma empresa opta por reduzir seu consumo de energia em vez de manter a produção, isso acaba prejudicando o país.

185
ofertas foram recebidas pelo ONS

"Quem pode entrar neste programa é somente consumidor de grande porte. Por que a indústria pode ganhar dinheiro com isso e o seu João e a dona Maria não podem?", questiona. "O programa Resposta da Demanda significa que, para esta indústria, é mais barato parar a produção e me oferecer ao corte de carga do que produzir um produto. Há algo de errado nisso", diz Vieira.

Neste contraponto, ele levanta a dúvida se a contribuição da indústria seria suficiente para reduzir o consumo significativamente e garantir o atendimento da demanda energética nos horários de ponta, especialmente entre 17h e 21h, quando a geração solar cai a zero e o consumo residencial permanece elevado.

Dia dos Pais Líderes reforçam conceitos de atitude empática e felicidade no trabalho

Conselhos para a vida profissional que CEOs dão para os filhos

FABIO MOTTA/VALOR

Márlyson Silva, CEO da Transfero, de soluções financeiras baseadas em blockchain, pretende encorajar o filho Mike, de 5 anos, a praticar a arte do diálogo

Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

Manter uma atitude empática, uma vida com propósito e uma profissão que dê mais prazer do que "trabalho". Esses são alguns dos conselhos de carreira que oito pais ouvidos pelo **Valor**, todos CEOs reconhecidos por suas trajetórias de gestão, já deram ou acreditam que darão para os filhos.

Na opinião de todos, com filhos de idades diversas — de quatro meses a 30 anos —, a paternidade os ajuda a desbravar o mundo corporativo. A maioria acredita que o cuidado com a família alavanca o desenvolvimento de competências críticas no alto escalão, como resiliência, paciência e criatividade.

Márlyson Silva, pai de Mike, de cinco anos, e CEO da Transfero, empresa de soluções financeiras baseadas em blockchain, ainda não conversa com o filho sobre assuntos profissionais, mas sabe o tom do discurso que gostaria de adotar. "Há conselhos práticos e essenciais", afirma. "Como manter uma postura empática e adotar uma comunicação objetiva."

Para o executivo, na firma com sede na Suíça desde 2015 e na cadeira de CEO a partir do ano passado, a postura profissional é um item indispensável na relação com colegas e na captação de oportunidades. "É importante entender as perspectivas alheias antes de agir", ensina. "Isso não apenas fortalece as relações de trabalho, mas abre portas para um ambiente colaborativo e respeitoso."

O CEO afirma que pretende encorajar o filho a praticar a arte do diálogo. "A habilidade de comunicar ideias é crucial em qualquer carreira", garante. "A comunicação eficaz não apenas evita mal-entendidos, mas demonstra confiança."

Silva diz que a paternidade está sempre ensinando algo que ele aplica nos limites corporativos. "É uma 'escola' que encontra paralelos no mundo dos negócios, especialmente nas dimensões da paciência e da mentoria", relata. "Costumo me deparar com momentos em que meu filho enfrenta desafios completamente novos."

Nessas horas, continua, percebe a relevância de ser mais do que um guia para ele. "E, assim como o Mike, às vezes os colegas enfrentam tarefas difíceis pela primeira vez", conta. "Essa percepção mudou a minha abordagem sobre a liderança e procuro hoje ser mais do que um gestor no trabalho. Esforço-me para ser um mentor."

Alberto Griselli, CEO da TIM Brasil, com dois filhos em vias de sair e entrar na adolescência, Isabella e Vittorio, respectivamente, diz que incentiva a dupla a fazer o que gosta. "Quando gostamos do que fazemos, nos dedicamos com vontade, sem medir esforços", afirma. "Trata-se de um aspecto fundamental para sermos bem-sucedidos em sonhos e projetos."

Quando os filhos acenam com dúvidas, sem saber que trilha seguir, a orientação dele é garimpar conhecimento. "Incentivo que pesquisem, viajem, busquem informações", revela o executivo italiano que morou em Milão, Londres, Nova York e Brasília, antes de se estabelecer no Rio de Janeiro.

No cargo máximo da TIM Brasil desde janeiro de 2022, Griselli recomenda aos jovens que a identificação das paixões profissionais deve olhar para o longo prazo. "É preciso considerar propósitos e retornos, mas com pragmatismo. Imaginar aonde cada decisão vai nos levar", diz. "Oriento que se imaginem exercendo lá na frente o que enxergam agora como caminhos potenciais."

> "Oriento que se imaginem lá na frente exercendo o que enxergam hoje como caminhos potenciais"
> *Alberto Griselli*

O CEO, que lidera uma companhia de dez mil funcionários, conta que a função de pai o ensina a ser mais paciente. "A paciência é uma virtude que aprendi a exercer ainda mais depois dos filhos", revela. "É um 'bem' que precisa ser aplicado no dia a dia da paternidade e que se reflete em melhores decisões no campo profissional."

As opiniões de Griselli são compartilhadas por Alexandre Lafer Frankel, CEO da Housi, startup do mercado imobiliário. "Ao escolher fazer algo que você ama, nunca vai precisar 'trabalhar' um único dia na vida", diz o pai de Maya, 16, e Beny, 14 anos. "Independentemente da profissão e ramo de atividade escolhidos, o que for realizado com paixão os tornará bem-sucedidos e, acima de tudo, felizes."

Frankel, que fundou a incorporadora em 2019, também conversa com a prole para nunca aceitar o "status quo". "Tudo pode ser melhorado", defende. "Nossa cultura familiar incentiva a pensar novas formas de resolver desafios diários. É um exercício que disciplina o cérebro a encontrar soluções criativas."

A paternidade, segundo o executivo, é um como "farol" no expediente dos escritórios. Todo empresário vê seus empreendimentos como filhos, compara. "São trabalhosos, exigem dedicação e um amor inabalável. Muitas vezes, têm uma cronologia própria para evoluir e nem sempre tudo acontece como imaginamos."

Na avaliação de Dennis Herszkowicz, presidente do grupo de tecnologia Totvs, a experiência familiar é pródiga em fornecer ensinamentos nos negócios — e vice-versa. O que inclui cumprir promessas, prometer somente o que pode realizar e acreditar nas relações humanas, lista o pai de Daniel, 14; e David, 16.

No posto de CEO desde 2018, Herszkowicz gosta de falar sobre flexibilidade com os garotos. "Deve-se estar preparado para mudar de opinião, sem medo de parecer contraditório", aponta.

Felipe Calixto, CEO e fundador da Sankhya, empresa brasileira de software de gestão empresarial, acredita que cabe ao pai "desafiar" os filhos, para que se preparem para o mundo. Devem trabalhar por um propósito maior e não apenas por dinheiro, e estarem abertos a aprender e desaprender, diz. "O apego paralisa", resume.

As sugestões são seguidas à risca pelos dois filhos, ambos dirigentes das próprias empresas. Flávio, 30, é CEO da Mitra, de desenvolvimento de sistemas corporativos; e Rafael Calixto, 27, conduz a Zydon, plataforma de comércio digital para distribuidores e indústrias. Sejam protagonistas nos negócios, aconselha o pai e executivo. "Em todo tombo ou erro, procurem analisar onde falharam e não busquem um culpado."

A missão da parentalidade precisa ser compartilhada, acrescenta Gilney Bastos, presidente da multinacional de gases White Martins. "Não dá para falar de conselhos de pai sem reforçar a importância da mãe", pontua. "Unificar valores ajuda na formação dos filhos."

Bastos, pai de Gabriel, 28; Amanda, 26; e Tiago, 22 anos, explica que mais do que dar direções que exaltem características como dedicação, esforço ou comprometimento, é fundamental reforçar três pilares. Autoconfiança, para que saibam valorizar as melhores qualidades e usá-las na conquista de objetivos; a determinação, porque não terão um tapete vermelho para alcançar tudo o que querem, e um "equilíbrio" na felicidade, elenca. "Procurem buscar em suas carreiras o que os façam felizes, independentemente do balanço final, com mais ou menos qualidade de vida, com mais ou menos retorno financeiro, mas com felicidade de todos os dias", detalha Bastos, na White Martins há 36 anos.

João Adibe, presidente da indústria farmacêutica Cimed, há 38 anos na companhia — começou no batente aos 14 —, gosta de passar para os filhos as mesmas doses de sabedoria que o pai lhe transmitia. "Nunca esquecer as nossas origens, honrar o legado dos avós, que criaram a companhia; e ter a inovação como premissa para crescer", lembra.

Dos cinco filhos — Adibe Marques, 26; Esther, 23; Bruna, 21; João Pedro, 9; e Charlotte, 4 anos — os três mais velhos já podem ser encontrados nos corredores da Cimed. Enquanto Marques é diretor comercial, as duas irmãs são analistas de marketing.

> "Deve-se estar preparado para mudar de opinião, sem medo de parecer contraditório"
> *Dennis Herszkowicz*

"Paternidade é sobre amor, disciplina e dedicação", reflete Adibe, que atua como CEO desde 2012. "Essas premissas valem para todas as esferas da vida. Com elas, as chances de 'dar errado' são mínimas em qualquer relacionamento e no trabalho."

Para que eu possa orientá-los no trajeto que eles decidirão, procuro entender cada um, conta Alexandre Carreteiro, presidente da PepsiCo Brasil Alimentos, sobre as experiências que divide com os filhos. O intuito é mostrar que o essencial é achar alegria no equilíbrio entre os interesses pessoais e profissionais, relata. "É um olhar que veio dos meus pais, especialmente da minha mãe, psicóloga, sempre disponível para aconselhar e ouvir."

Carreteiro tem seis filhos — Lucas (19), Thais (16), Esteban (14), Eliseu (12), Hugo (11 anos) e o pequeno Enzo, de 4 meses — e, para ele, um dos mantras que prefere reproduzir é saber conviver com as falhas. "Assumir riscos, errar e corrigir é mais valioso do que esperar pela perfeição", garante. "Mostro que estaremos sempre por perto, para que eles estejam seguros de que terão o apoio da família."

O executivo, que já morou em nove países, acredita que leva a resiliência no caminho de casa para o trabalho. "É uma habilidade amplificada entre pais e mães", analisa. "Precisamos nos adaptar o tempo todo às situações diferentes, procurando agir com visão do futuro e assertividade."

Será mesmo a falta de tempo o real problema?

Rumo certo

Betania Tanure

"Não tenho tempo!" Esta afirmação, somada à pergunta "como você gerencia seu tempo?", faz parte do cotidiano empresarial. Aliás, o tempo em si, ou a falta dele, tem tirado o sono das pessoas.

Agendas engargaladas, correria, descontrole de horários, uma lista de pendências que só cresce...

Sem surpresa. Há, portanto, um equívoco na pergunta original. A questão certa, efetiva, é: "onde você aloca a sua atenção?".

De modo a simplificar a resposta, foquemos dois eixos: negócios vs. pessoas. Resposta fácil: "ambos!".

Trata-se de um paradoxo a administrar: ora mais o negócio, ora mais as pessoas! Deve-se, então, analisar se uma névoa embaça a resposta que você deveria dar — e que corresponde de fato à realidade.

Temos observado em nossas pesquisas que, quanto mais a concorrência se intensifica, mais se privilegiam os negócios, deixando-se de lado as pessoas. E, em se tratando de pessoas, a racional cultura brasileira, no seu melhor estilo, facilita e dificulta ao mesmo tempo: somos relacionais.

Portanto, dedicar tempo não é gerar conforto, e sim construir valor para as pessoas envolvidas. Nesse exercício não se garante a falsa harmonia, pois ele gera o desconforto do crescimento e, afinal, crescer dói.

Vamos fazer juntos um pequeno exercício? Liste as três pessoas que mais impactaram a sua vida no âmbito profissional. A minha aposta, fundamentada em nossas pesquisas, é que, de modo geral, as pessoas que geram impacto positivo têm três características fundamentais:

1) A primeira, na linguagem mais psíquica, é a garantia do afeto, o que na linguagem empresarial pode-se traduzir como garantia da intencionalidade positiva. Pessoas que mostram ter essa garantia são honestas intelectualmente, às vezes brutalmente honestas.

2) A segunda característica é a capacidade de desafiar o outro a subir a régua e dar feedbacks "limpos", tanto na perspectiva do negócio como na do comportamento do outro. Como são esses feedbacks? São claros, apresentados sem medo de retaliação e com independência intelectual. Em geral, o feedback negativo não é bem aceito pelas pessoas. Ignora-se o potencial de alavanca do crescimento pessoal que uma experiência dessas pode gerar. E quanto mais afeto (característica primeira), quanto mais convicção da intencionalidade positiva, melhor o feedback.

3) A terceira característica é, considerando as entregas atuais, o grau de exigência, tanto na dimensão empresarial como na comportamental, a partir de um propósito que tenha significado. As pessoas que têm só o propósito inspiram, mas não "aterrissam" para a execução. Já as que são só exigentes fazem essa aterrissagem, mas não inspiram: duas características em uma.

Voltemos à pergunta: como você distribui o foco de atenção? Sobe a régua? Dá feedbacks claros, recheados de intencionalidade positiva? É exigente, mas inspira as pessoas que você lidera e as ajuda a aterrissar? Ou será que, mesmo que não admita, você prefere estimular as relações "quietinhas", confortáveis, ainda que isso impeça a criação de condições de pleno desenvolvimento individual das pessoas que você lidera?

Problemas de sucessão não ocorrem por acaso... Afinal onde você aloca o seu tempo, ou melhor a sua atenção?

Betania Tanure é doutora, professora e consultora da BTA

Vaivém

Stela Campos

Oakberry

Bruno Costa é o novo presidente Brasil da Oakberry. Ele trabalhou na Kopenhagen e na Chocolates Brasil Cacau, entre outras empresas.

Cebrace

Lucas Malfetano, atual diretor-executivo da Cebrace e representante do grupo acionista NSG/Pilkington, passa a liderar a fabricante de vidros ao lado de Wiltson Varnier, representante do acionista Saint-Gobain.

Bureau Veritas

José Cunha é o novo diretor de indústria e energia do Bureau Veritas. Ele era diretor geral de operações da empresa no Uruguai e Paraguai.

E-mail: vaivem@valor.com.br

valor.com.br
Acompanhe a movimentação de executivos também no site
www.valor.com.br/carreira

Ensino UniFECAF abre campus ao lado da universidade da Cognа, em Taboão da Serra (SP)

Anhanguera perde alunos para ex-dono de faculdade adquirida

Beth Koike
De São Paulo

Em setembro de 2008, a Anhanguera comprou a Faculdade de Taboão da Serra, com 5,4 mil alunos, na Região Metropolitana de São Paulo. Era a única instituição de ensino superior da cidade que, na época, tinha cerca de 220 mil habitantes. Sete anos depois, já passado o período de "non-compete", o fundador do negócio, o empresário Joel Garcia de Oliveira e sua família, abriram uma outra faculdade — batizada de UniFECAF — a cerca de três quilômetros do seu antigo endereço.

Hoje, o centro universitário UniFECAF tem 7,4 mil alunos em cursos presenciais. Já a Anhanguera (que fez uma fusão, em 2014, com a Kroton, atual Cogna) tem algo na casa de 1 mil, segundo estimativas do mercado. Na semana passada, a UniFECAF abriu sua segunda unidade literalmente ao lado da Anhanguera Taboão num imóvel que fazia parte do campus da universidade da Cogna e há alguns anos foi devolvido.

Fundada há apenas nove anos, a UniFECAF vai na contramão do setor que viu o número de alunos em cursos presenciais cair 24% entre 2019 e 2022 (dado mais recente do MEC). Nesse mesmo período, a instituição cresceu quase 6% nessa modalidade de aprendizado. Em março deste ano, contava com 7,3 mil matrículas no presencial e quase 19 mil no ensino a distância.

Segundo Marcelo Gama, CEO e sócio da UniFECAF, essa demanda acima do mercado é devido a uma combinação de cursos com aulas práticas e entretenimento. No campus, há sala de videogames, mesa de pingue-pongue, quadras e a nova unidade tem até pista de boliche. "Os alunos gostam de vir presencialmente. Nos intervalos eles aproveitam esses espaços, há interação social", disse.

A Anhanguera também está seguindo essa estratégia de entretenimento e está instalando mesas de bilhar, tênis, telão, entre outros.

Segundo Gama, o valor da mensalidade é um pouco superior ao de sua concorrente direta, ou seja, o preço não é necessariamente a razão da maior procura.

O novo prédio de 10 mil m² (vizinho da Anhanguera) demandou investimento de R$ 10 milhões, cujos recursos vieram do próprio caixa da faculdade. A UniFECAF teve receita anual de cerca de R$ 145 milhões com margem Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de 20%, em 2023.

O campus principal demandou aporte de R$ 40 milhões. Parte desses recursos foi destinada à compra e adaptação de um edifício-garagem que fica ao lado do polo universitário. Essa foi a primeira expansão da instituição de ensino que possui no mesmo imóvel, de 20 mil m², uma escola de educação básica. As aulas das crianças acontecem nos turnos da tarde e manhã — períodos em que é baixa a procura por cursos de ensino superior. "As áreas comuns como cantina, restaurantes, pátio e alguns laboratórios são usadas pela educação básica e ensino superior. Mas os alunos da escola e faculdade não frequentem esses ambientes ao mesmo tempo. Isso é proibido", disse Gama.

Esse modelo de faculdade e colégio num mesmo imóvel já era adotado em 2008 quando a Faculdade Taboão da Serra foi vendida. Na época, a Anhanguera adquiriu a faculdade, o imóvel, cursinho e escola de educação básica por R$ 71, 5 milhões. O empresário replicou a mesma estratégia de 16 anos atrás.

A novidade agora são cursos de ensino superior criados conforme a demanda de empresas. Seu primeiro cliente é a Raia Drogasil (RD) que subsidia metade da graduação de Farmácia para seus funcionários interessados em seguir essa profissão. Essa graduação da UniFECAF foi modelada conforme as necessidades da rede de farmácia que são bem específicas. Hoje, quando um farmacêutico é contratado pela RD ele precisa passar por uma capacitação com duração de nove meses. Nesse período, esse profissional recebe salário, mas só pode atuar na farmácia após concluir o treinamento.

Nessa parceria, a UniFECAF criou uma graduação de Farmácia em que o conteúdo dessa capacitação da Raia Drogasil já está inserido. O curso tem a mesma duração de uma graduação de Farmácia de mercado, que é de cinco anos. "A ideia é que o balconista, por exemplo, possa fazer essa graduação, se tornar um farmacêutico e já começar a trabalhar, sem necessidade de fazer esse treinamento", explicou Gama.

A mensalidade do curso é de R$ 600, sendo que a Raia Drogasil arca com metade do valor. Há 500 funcionários da rede de farmácias matriculados.

Outro cliente da UniFECAF é a empresa de call center Sercom , que oferece um curso tecnólogo (graduação de dois anos) desenhado dentro de suas demandas para os funcionários. "Há no mercado vários cursos livres para as empresas. O nosso caso é diferente, o que fazemos é uma graduação 'taylor made', com um conteúdo que atende as exigências do MEC e as demandas das empresas", afirmou.

Procurada pela reportagem para comentar a concorrência com a UniFECAF, em Taboão da Serra, a Cogna, dona da Anhanguera, informou, por meio de comunicado: "Consolidada há mais de 30 anos, a Faculdade Anhanguera investe na estratégia de crescimento em cursos presenciais de alto lifetime value, além de tornar a unidade de Taboão da Serra um polo educacional oferecendo diversos cursos ministrados por especialistas, mestres e doutores com a oferta de cursos de graduação, pós-graduação, Educação de Jovens e Adultos (EJA), técnicos, profissionalizantes e preparatórios, que visam atender as necessidades atuais do mercado de trabalho. A instituição é pioneira e referência na educação a distância, com um market share na região de 37,4%."

> "Temos cursos com aulas práticas e entretenimento, o que atrai os alunos"
> *Marcel Gama*

> "A estratégia é de crescimento em cursos presenciais de alto 'lifetime value'"
> *Cogna*

GABRIEL REIS/ VALOR

Gama, CEO da UniFECAF: "Temos 7,4 mil alunos matriculados em cursos presenciais e quase 19 mil no ensino a distancia"

Prejuízo da Cogna cai 82,4% no 2º trimestre

De São Paulo

O prejuízo da Cogna, maior grupo de educação do país, caiu 82,4% para R$ 8,3 milhões, no segundo trimestre, ainda impactada por despesas financeiras. "Acredito que no fim do ano vamos ter lucro contábil", disse Roberto Valério, presidente da Cogna.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado foi de R$ 481,6 milhões, aumento de 13,1%. A margem do respectivo indicador subiu 2,7 pontos percentuais para 33,4%. "É um crescimento bem acima da receita líquida que subiu 4% mostrando nossa eficiência operacional", disse o executivo. A receita somou R$ 1,4 bilhão.

A companhia encerrou o segundo trimestre com 945,7 mil alunos em cursos a distância, crescimento de 19,4%. No presencial, a base de estudantes ficou estável em 154,1 mil.

Já o tíquete médio das mensalidades de todos os cursos caiu 4,8%. Segundo Valério, essa queda é devido ao maior volume de calouros que ingressaram no ensino superior, nos últimos vestibulares, pagando mensalidade menor quando comparado aos veteranos. A fim de captar novas matrículas, é comum no mercado as faculdades concederem descontos aos entrantes. Ele destaca que o ganho de eficiência operacional compensa a diferença.

Os maiores ganhos para a companhia vieram da Kroton, negócio de ensino superior da Cogna. A receita líquida subiu quase 5% para R$ 1,1 bilhão no segundo trimestre. O Ebitda avançou 20,4% para R$ 445,5 milhões. A margem desse indicador ficou em 43,2%, alta de 4,9 pontos percentuais.

Na Vasta, empresa de educação básica dona de sistemas de ensino como Anglo e pH, a receita líquida foi de R$ 294,3 milhões, entre abril e junho, alta de 8,5% sobre um ano antes. No semestre, o indicador subiu 11% para R$ 1,3 bilhão.

Já a venda de livros didáticos para o governo desacelerou 28% devido a edição atual do programa do MEC ser menor em relação a 2023. *(BK)*

19,4%
de crescimento nos alunos a distância

Gestão Mais cotado para comandar a agência reguladora, Pietro Mendes preside colegiado da estatal e teria de deixar a posição se for escolhido

Troca na ANP pode mexer em conselho da Petrobras

Fábio Couto
Do Rio

A sucessão do diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Rodolfo Saboia, pode mexer no tabuleiro do conselho de administração da Petrobras, dizem fontes do entorno da estatal. Se confirmada a indicação do secretário de petróleo e gás natural do Ministério de Minas e Energia (MME), Pietro Mendes, para o comando da autarquia — tida como certa por parte do mercado —, ele seria forçado a renunciar ao colegiado da Petrobras, do qual é presidente. O mandato de Saboia termina em 22 de dezembro.

Assim como aconteceu na substituição de Jean Paul Prates por Magda Chambriard, quando o executivo renunciou formalmente ao cargo no colegiado (ainda que tenha sido demitido da presidência da companhia pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva), Mendes teria de abrir mão do assento no conselho da estatal. Sua indicação tem de passar pelo crivo do Senado, o que deve demandar alguns meses. A expectativa é que as indicações saiam após as eleições municipais, em outubro.

Um ponto contra Mendes é o fato de que, caso seja o nome do governo para a ANP, o secretário sairia do conselho da Petrobras diretamente para o comando da reguladora, o que, para alguns, poderia configurar conflito de interesses. Esse quadro se daria porque ele deixaria a administração de uma empresa regulada pela agência para assumir a liderança de quem fiscaliza o setor.

No mercado financeiro, a prática segundo a qual executivos deixam bancos para assumir assentos na diretoria do Banco Central, e vice-versa, é chamada de "porta giratória". O nome de Mendes já foi alvo de polêmica quando, na condição de secretário do MME, foi indicado para o conselho da Petrobras, contrariando a Lei das Estatais (13.303/2016) e as vedações das instâncias de governança da estatal. Para fontes do setor, "ele já é inteiramente conflitado" e, na ANP, atuaria tendo posse de muitas informações sensíveis sobre a companhia.

O conselho de administração da Petrobras é composto atualmente por 11 membros, sendo seis indicados pela União, um eleito pelos funcionários e quatro representando os acionistas minoritários. Eventual vacância da presidência do conselho levará o colegiado a eleger um nome interino, alimentando ainda mais as pressões por indicações *(mais detalhes veja na reportagem ao lado)*.

Se Mendes for mesmo o nome do Planalto para a ANP, cogita-se no mercado que o governo indicaria para a cadeira vaga no conselho da Petrobras nomes ligados ao atual ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, como Benjamim Rabelo, que já foi indicado para o conselho no ano passado, mas não recebeu votos suficientes para ser eleito.

Para a diretoria da ANP, é Lula quem oficializa a indicação do sucessor de Saboia, via Diário Oficial, enviando o nome para sabatina pela Comissão de Infraestrutura do Senado e votação pelo plenário daquela Casa. Se sabatina e posse do sucessor do atual diretor-geral da ANP ocorrerem após o fim do mandato de Saboia, Patrícia Baran assume o comando da ANP, por ser a primeira colocada de uma lista tríplice, aprovada pelo presidente Lula no fim de janeiro. Foi o que aconteceu quando acabou o mandato do diretor Claudio Jorge de Souza, em dezembro do ano passado, substituído interinamente por Baran.

Além de Mendes, correm por fora os nomes do diretor da ANP Daniel Maia e de Allan Kardec, ex-diretor da agência e atual presidente da Gasmar, distribuidora de gás do Maranhão. Maia é ligado ao Tribunal de Contas da União (TCU), onde atuou como auditor federal de controle externo. Tem mandato até o fim de 2026 e o nome dele surge no momento em que cresce a atenção do mercado sobre uma decisão que o tribunal terá de tomar sobre mandatos de diretores de agências reguladoras.

Kardec teria aval da ala política do ex-presidente José Sarney, que estaria se mobilizando pela indicação junto com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino e o governador do Maranhão, Carlos Brandão (PSB). Procurados, Pietro Mendes e Daniel Maia não responderam até o fechamento desta edição. Allan Kardec afirmou: "Sinto-me regozijado em ser lembrado para a diretoria-geral da ANP mais uma vez." A Petrobras também foi contatada, mas não respondeu até o fechamento desta edição.

GABRIEL DE PAIVA/AGÊNCIA O GLOBO
Pietro Mendes, do MME: Indicação tem de passar pelo crivo do Senado e desfecho é esperado para após as eleições

Conselho da estatal elegeria interino

Caso o secretário de petróleo e gás natural do Ministério de Minas e Energia, Pietro Mendes, seja indicado e aprovado para a diretoria-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o conselho de administração da Petrobras terá de eleger entre os demais integrantes um presidente interino, aumentando ainda mais as pressões por indicações a cargos públicos e em estatais.

O estatuto social da Petrobras prevê que, em caso de vacância por renúncia ao cargo de presidente do conselho, os demais membros do colegiado se reúnem para eleger um novo presidente, que atuará até a realização da próxima assembleia geral, extraordinária (AGE) ou ordinária (AGO).

Na assembleia geral, os acionistas votarão sobre a indicação para a vaga em aberto e vão eleger o novo presidente do conselho, podendo, inclusive, ratificar o interino no posto.

Até o momento, não há previsão de AGE, de modo que o mandato do "chairman" temporário é válido até abril de 2025, quando será realizada a AGO. Já o nome do novo conselheiro eleito ainda requer aprovação pelas instâncias internas de governança da estatal.

Pela atual legislação, diretores de agências reguladoras têm mandato único de cinco anos, sem recondução. A exceção é quando um integrante é indicado para a diretoria-geral. No entanto, aguarda-se um parecer do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre os mandatos dos diretores-gerais.

Apesar de ter o nome considerado como o mais provável para comandar a ANP, a ida de Pietro Mendes não é cravada de forma unânime pelo mercado. Há quem avalie que a indicação do atual secretário do MME pode não passar no Senado, já que Alexandre Silveira e seu partido, o PSD, já "ganharam muitos cargos". Seria improvável que os demais partidos da base do governo aceitem passivamente a indicação de nomes próximos ao ministro ou indicados pelo partido, relatam fontes.

Além de Mendes, o governo terá que fazer mais uma indicação para a diretoria da ANP. Para essa vaga, um dos nomes cotados é o de Artur Watt Neto, consultor jurídico da Pré-Sal Petróleo (PPSA) e ex-procurador-geral junto a ANP por 12 anos, entre outras atuações no setor de petróleo e gás. Watt não comentou sobre o tema.

No setor de energia, além da ANP, o governo precisa indicar o sucessor de Hélvio Guerra na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), após fim do mandato de diretor, em maio. A cadeira de Guerra está vaga, aguardando a publicação da lista tríplice para o cargo de diretores substitutos e mesmo a indicação definitiva. A falta de um quinto diretor, ainda que temporário, tem gerado empates em algumas decisões na agência. *(FC)*

Aeroporto do Galeão tem melhor semestre em cargas desde 2014

Transporte

Paula Martini
Do Rio

O aeroporto internacional Tom Jobim, o Galeão, transportou US$ 6,4 bilhões em mercadorias no primeiro semestre de 2024. O resultado, antecipado ao **Valor**, é o melhor desde o início da concessão, em 2014, e representa aumento de 18% em relação a 2023.

Com o desempenho, o gerente comercial do RioGaleão Cargo, Leandro Lopes, estimou que o valor transportado pelo terminal deve subir para US$ 13 bilhões neste ano, contra US$ 11 bilhões no ano passado. Caso confirmado, será uma alta de 18%. "Fechamos o ano passado com recorde de US$ 11 bilhões e agora estamos caminhando para chegar a US$ 13 bilhões", disse.

A projeção é superior à apresentada por executivos do terminal no início de abril. Em entrevista ao **Valor**, eles haviam previsto expansão de 10% neste ano.

O volume de cargas, entre exportações e importações, cresceu 12% e atingiu 29 mil toneladas nos primeiros seis meses de 2024. As remessas atendem a diferentes setores da economia, sendo os principais o de reparos de aeronaves, a indústria de óleo e gás e a farmacêutica, respectivamente.

No primeiro semestre, porém, o setor automotivo foi o que mais cresceu, com alta de 118% do valor transportado e de 218% em peso. Os demais registraram, em média, alta de 20% no valor agregado (transporte aéreo e farmacêutico cresceram 21% cada, e petróleo e gás, 18%).

Lopes atribui o crescimento a aspectos de mercado, como a recuperação da indústria de óleo e gás do Estado, e a maior oferta de rotas para os Estados Unidos e a Europa.

LEO PINHEIRO/VALOR

"Estamos caminhando para novo recorde de US$ 13 bilhões"
Leandro Lopes

O aumento da malha aérea permitiu ao Galeão adotar taxas de frete mais competitivas e fazer frente aos principais rivais: os aeroportos de Viracopos, em Campinas, e de Cumbica, em Guarulhos, ambos em São Paulo.

A tarifa de cargas dos Estados Unidos para o Galeão, por exemplo, caiu 22% no primeiro semestre, diz Lopes. Segundo ele, a redução foi possível a partir da coordenação de operações do Galeão e do Santos Dumont, terminal doméstico no centro da capital fluminense.

"Isso não necessariamente fomenta o mercado, mas aumenta a competitividade. Se você tem mais voos, tem mais espaço e o frete aéreo cai. Por consequência, há competição com outros aeroportos e ganhos para o Rio", explicou.

O reequilíbrio entre os aeroportos visa reverter o quadro de esvaziamento do Galeão nos últimos anos. Em outubro de 2023, companhias aéreas começaram a transferir rotas do terminal doméstico para o Galeão e, no início deste ano, uma portaria do governo federal reduziu o teto de passageiros no Santos Dumont de 10 milhões para 6,5 milhões anuais.

No caso das cargas, os voos domésticos ajudam a encher as viagens internacionais e aumentam a conectividade do aeroporto com destinos do exterior. Esses voos, por sua vez, transportam a maior parte das encomendas que chegam ao Brasil.

Para o gerente da área, o balanço do semestre é apenas o primeiro reflexo da equalização entre os aeroportos. Ele acredita que a malha do Galeão vai registrar novo pico entre outubro e dezembro deste ano e, depois, no início do ano que vem.

Além dos voos de passageiros, o terminal ampliou de três para quatro os voos semanais exclusivamente cargueiros com a entrada de uma nova rota regular para Miami, feita pela companhia Atlas Air. "E estamos na iminência de conseguir mais uma frequência até o fim do ano", afirmou Lopes.

O Galeão também destaca o ganho de eficiência na liberação de cargas, que ficou 16% mais ágil entre 2023 e 2022 e 65% desde o início da concessão. No ano passado, o terminal registrou redução de seis horas e 42 minutos no tempo de liberação das mercadorias.

Além do novo sistema da Receita Federal, lançado em agosto passado, a concessionária criou um ranking próprio para reconhecer as empresas mais ágeis na retirada das encomendas do terminal. Os vencedores de 2023 serão conhecidos nesta quinta-feira (8), na 8ª edição do Prêmio de Eficiência Logística, no Jockey Clube do Rio.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Alicom Distribuidora, Comercialização, Consultoria, Importação, Exportação e Representações Ltda. -** CNPJ: 41.935.155/0001-05 - Endereço: Rua Natal Pigassi, 940, Bairro Jardim Celeste - Requerente: One 7 Securitizadora de Créditos Comerciais S/A - Vara/Comarca: 1a Vara Cível do Foro Regional do Butantã, São Paulo/SP
Requerido: **Brasil Loteamentos Ltda. -** CNPJ: 60.837.671/0001-33 - Endereço: Av. Copacabana, 177, Sala 148, Emp. 18, Barueri/sp - Requerente: Elaine Silva de Castro - Vara/Comarca: 6a Vara de Barueri/SP
Requerido: **Telsan Engenharia e Serviços Ltda. -** CNPJ: 00.740.230/0001-97 - Endereço: Av. do Contorno, 3513, 8º Andar, Bairro Santa Efigênia - Requerente: Josiele Bernardo de Lima Barbosa - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Belo Horizonte/MG

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Infinito Comércio, Importação, Exportação e Serviços Ltda. -** CNPJ: 09.221.014/0001-00 - Endereço: Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1694, Cjto. 1508, Cidade Monções - Requerente: Terra Nova Trading S/A - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à ausência das condições da ação.
Requerido: **Prodem Minas Sistemas Ltda. -** CNPJ: 28.902.020/0001-77 - Endereço: Estrada Vicinal Euclides Dotta, 300, Barracão Gleba 2, Chácara Fazendinha - Requerente: New Trade Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Desistência homologada.
Requerido: **Safras Agroindústria S/A -** CNPJ: 04.409.153/0001-48 - Requerente: Fribon Transportes Ltda. - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT - Observação: Petição inicial indeferida.
Requerido: **Safras Armazéns Gerais Ltda. -** CNPJ: 11.644.786/0001-04 - Requerente: Fribon Transportes Ltda. - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT - Observação: Petição inicial indeferida.

Cumprimentos de Concordata Preventiva

Empresa: **Supermercado Ideal Ltda. -** CNPJ: 78.538.469/0001-76 - Endereço: Rua Amaro Antonio Vieira, 211, Bairro Itacorobi - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Florianópolis/SC

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Agroribeiro Comércio de Produtos Animais Ltda. -** CNPJ: 12.778.008/0001-62 - Endereço: Rua João Leite de Miranda, 103, Condomínio Industrial Eco Park - Vara/Comarca: 1a Vara de Apucarana/PR
Empresa: **Assunção Logística Ltda. -** CNPJ: 28.208.160/0001-40 - Endereço: Rua São Salvador, 890, Sala B, Centro - Vara/Comarca: 1a Vara de Junqueirópolis/SP
Empresa: **Ribeiro Transportes Eireli Ou Ribeiro Transportes Rodoviários de Cargas Ltda. -** CNPJ: 16.849.056/0001-55 - Endereço: Rua João Leite de Miranda, 103, Condomínio Industrial Eco Park - Vara/Comarca: 1a Vara de Apucarana/PR

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Alda Ivone Baseggio -** CNPJ: 54.080.426/0001-21 - Endereço: Estrada Linha Cara, Nº 09, Zona Rural, Caçador/sc - Administrador Judicial: Compasso Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Felipe Barbi Scavazzini - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC
Empresa: **Darlan de Oliveira, Produtor Rural -** CNPJ: 54.950.269/0001-68 - Endereço: Rodovia Go 309, Km 08, Zona Rural - Administrador Judicial: Dr. Victor Andrade Costa Teixeira - Vara/Comarca: 2a Vara de Caldas Novas/GO
Empresa: **Hédio José Baseggio -** CNPJ: 54.080.423/0001-98 - Endereço: Estrada Linha Cara, Nº 09, Zona Rural, Caçador/sc - Administrador Judicial: Compasso Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Felipe Barbi Scavazzini - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC
Empresa: **Iara Aparecida Baseggio -** CNPJ: 54.080.421/0001-07 - Endereço: Estrada Linha Cara, S/nº, Zona Rural, Caçador/sc - Administrador Judicial: Compasso Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Felipe Barbi Scavazzini - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC
Empresa: **Jorge Fernando Baseggio -** CNPJ: 54.100.640/0001-00 - Endereço: Rua Curitibanos, 487, Centro, Caçador/sc - Administrador Judicial: Compasso Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Felipe Barbi Scavazzini - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC
Empresa: **Paulo Mateus Baseggio -** CNPJ: 54.080.420/0001-54 - Endereço: Estrada Linha Cara, S/nº, Zona Rural, Caçador/sc - Administrador Judicial: Compasso Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Felipe Barbi Scavazzini - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC
Empresa: **Sul Transportes de Cargas Ltda. ME -** CNPJ: 09.606.263/0001-13 - Endereço: Rua Rio Preto, 1468, Parque Industrial Vetorasso Mendes - Administrador Judicial: Corbelino Advogados, Representada Pelo Dr. José Ricardo Costa Marques Corbelino - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT
Empresa: **Sul Transportes de Cargas Ltda. Me, Filial 12 -** CNPJ: 09.606.263/0013-57 - Endereço: Av. Filomena Cartafina, 22031, Sala 23, Anexo Ao Posto Cinquentão, Recreio Dos Bandeirantes, Uberaba/mg - Administrador Judicial: Corbelino Advogados, Representada Pelo Dr. José Ricardo Costa Marques Corbelino - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT
Empresa: **Sul Transportes de Cargas Ltda. Me, Filial 13 -** CNPJ: 09.606.263/0014-38 - Endereço: Rodovia Olívio Nóbrega, S/nº, Sala 04, Ao Lado da Rodovia Br 280, Bairro Rócio Pequeno, São Francisco do Sul/sc - Administrador Judicial: Corbelino Advogados, Representada Pelo Dr. José Ricardo Costa Marques Corbelino - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT
Empresa: **Sul Transportes de Cargas Ltda. Me, Filial 14 -** CNPJ: 09.606.263/0015-19 - Endereço: Av. Manoel Santos Pereira, 100, Nelo Bombas, Bloco 02, Sala 20 , Anexo Ao Posto Aldo, Zona Industrial, Cubatão/sp - Administrador Judicial: Corbelino Advogados, Representada Pelo Dr. José Ricardo Costa Marques Corbelino - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT
Empresa: **Sul Transportes de Cargas Ltda. Me, Filial 16 -** CNPJ: 09.606.263/0017-80 - Endereço: Rua Paraibuna, 811, Sala 1403, Bairro Jardim São Dimas, São José Dos Campos/sp - Administrador Judicial: Corbelino Advogados, Representada Pelo Dr. José Ricardo Costa Marques Corbelino - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT
Empresa: **Sul Transportes de Cargas Ltda. Me, Filial 2 -** CNPJ: 09.606.263/0003-85 - Endereço: Rodovia Br 163, Km 855, Zona Rural, Sinop/mt - Administrador Judicial: Corbelino Advogados, Representada Pelo Dr. José Ricardo Costa Marques Corbelino - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT
Empresa: **Sul Transportes de Cargas Ltda. Me, Filial 3 -** CNPJ: 09.606.263/0004-66 - Endereço: Rua Antonio Abdala, S/nº, Sala 125, Guarapuava/pr - Administrador Judicial: Corbelino Advogados, Representada Pelo Dr. José Ricardo Costa Marques Corbelino - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT
Empresa: **Sul Transportes de Cargas Ltda. Me, Filial 6 -** CNPJ: 09.606.263/0007-09 - Endereço: Rodovia Fernão Dias, Km 28, S/nº, Sala 10 A, Bairro Tanque, Atibaia/sp - Administrador Judicial: Corbelino Advogados, Representada Pelo Dr. José Ricardo Costa Marques Corbelino - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT
Empresa: **Sul Transportes de Cargas Ltda. Me, Filial 7 -** CNPJ: 09.606.263/0008-90 - Endereço: Rodovia Br 020, Nº 508, Sala 13, Bloco 03, Setor C Sul Arnaldo H. Ferreira, Luiz Eduardo Magalhães/ba - Administrador Judicial: Corbelino Advogados, Representada Pelo Dr. José Ricardo Costa Marques Corbelino - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT
Empresa: **Sul Transportes de Cargas Ltda. Me, Filial 8 -** CNPJ: 09.606.263/0009-70 - Endereço: Rodovia Br 163, S/nº, Sala 27, Quadra 06, Lote Parte 01, Anexo Posto de Combustíveis Cadiesel, Núcleo Colonial de Dourados, Dourados/ms - Administrador Judicial: Corbelino Advogados, Representada Pelo Dr. José Ricardo Costa Marques Corbelino - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT
Empresa: **Sul Transportes de Cargas Ltda. Me, Filial 9 -** CNPJ: 09.606.263/0010-04 - Endereço: Rodovia Br 163, Santarém a Cuiabá, Km 19, S/nº, Sala D, Anexo Ao Auto Posto Rj Ii, Bairro Planalto São José, Santarém/pa - Administrador Judicial: Corbelino Advogados, Representada Pelo Dr. José Ricardo Costa Marques Corbelino - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Iberfios Fiação e Tecelagem Ltda. -** CNPJ: 61.018.180/0001-23 - Endereço: Rua Aníbal Tanganelli, 149, Bairro Parque Industrial Recanto - Vara/Comarca: 1a Vara de Nova Odessa/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Extrajudiciais Concedidas

Empresa: **Sig Indústria e Comércio Ltda. -** CNPJ: 34.370.125/0001-25 - Endereço: Rua Caramuru, 333, Bairro Conceição, Diadema/sp - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Homologado o plano de recuperação extrajudicial apresentado pela requerente.
Empresa: **Sigma Comercial Elétrica Ltda. -** CNPJ: 05.773.413/0001-22 - Endereço: Rua Caramuru, 311, Salas 01, 02 e 03, Bairro Conceição, Diadema/sp - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Homologado o plano de recuperação extrajudicial apresentado pela requerente.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Jogos Olímpicos Nesta quinta-feira, atletas brasileiros continuam nas competições de vôlei de quadra, de praia, maratona aquática e canoagem

Com bronze no skate park, Brasil acumula 14 medalhas em Paris

Valor
De São Paulo

O Brasil entrou na decisão do skate park masculino na Olimpíada de Paris com três chances de medalha, mais do que qualquer outro país, repetindo o que havia ocorrido em Tóquio, em 2020. Coube a Augusto Akio conquistar a medalha de bronze, com 91.85 pontos, neste 15º dia dos Jogos Olímpicos.

Com essa premiação, o Brasil alcança 14 medalhas, sendo 2 ouro, 5 prata e 7 bronze.

O skate brasileiro foi elevado ao top 10 da modalidade, pela quantidade de pódios em Olimpíadas.

O ouro no skate park ficou com o australiano Keegan Palmer, e a prata, com o americano Tom Schaar. Os brasileiros Pedro Barros e Luigi Cini terminaram em quarto e sétimo lugares, respectivamente.

A prova do skate park começou com os três brasileiros errando manobras no início de suas primeiras voltas. Na segunda tentativa, Pedro Barros acertou tudo e assumiu provisoriamente o terceiro lugar, com 86.41, mas logo depois foi ultrapassado por Schaar.

Na abertura da última rodada, Augusto Akio fez ainda melhor: 91.85. E aí restou ao brasileiro, então em terceiro, torcer para os adversários não o superarem. Deu sorte. Barros ainda chegou perto, terminando 0.20 atrás do compatriota.

Mais disputas com atletas brasileiros estão previstas para esta quinta-feira (8), desde a madrugada. Às 2h30 (horário de Brasília), Ana Marcela Cunha mergulhará no rio Sena para defender o ouro na maratona aquática em prova de 10 km.

A seleção feminina de vôlei volta à quadra para enfrentar, na etapa semifinal, os Estados Unidos, nesta quinta-feira, às 11h, depois de chegar invicta, sem perder nenhum set nesta Olimpíada.

A partir das 16h, será a vez do vôlei de praia, quando Ana Patrícia e Duda mostrarão por que são favoritas. A dupla brasileira busca uma vaga na final, na disputa contra as australianas Mariafe Artacho del Sola e Taliqua Clancy.

Na canoagem, Isaquias Queiroz é uma das maiores esperanças do Brasil para conseguir medalhas na reta final dos Jogos Olímpicos de Paris 2024.

O atleta disputará as semifinais das competições do C2 500m e C1 1000m nesta quinta-feira e sexta-feira (9), respectivamente. Queiroz já tem quatro pódios no currículo: ouro no C1 1000 em Tóquio, prata no C1 1000 e no C2 1000 e bronze no C1 200 na Rio 2016.

Na sexta-feira, às 15h30 (horário de Brasília), Almir dos Santos disputa a final do salto triplo masculino. O brasileiro fez a quinta melhor marca na classificação geral e vai lutar pela medalha. Santos é o oitavo no ranking mundial. Ele saltou 17,06 metros e conseguiu a quinta melhor marca geral. O Brasil não chegava à final do salto triplo desde os Jogos Olímpicos de Pequim-2008.

A Olimpíada está em seus últimos dias, com encerramento no próximo domingo, 11 de agosto. *(Com agências)*

Medalhas do Brasil
Jogos Olímpicos Paris 2024

LUIZA MORAES/COB

Augusto Akio, o "Japinha", bronze no Skate Park

Quadro de medalhas do Brasil

2 Ouro | 5 Prata | 7 Bronze | total: 14 medalhas

Fonte: Comitê Olímpico Internacional (COI)

Ouro	Modalidade
Beatriz Souza	Judô / +78kg
Rebeca Andrade	Ginástica artística/Solo feminino
Prata	
Caio Bonfim	Atletismo / Marcha atlética 20 km
Willian Lima	Judô / -66kg
Rebeca Andrade	Ginástica artística / individual geral
Rebeca Andrade	Ginástica artística / Salto
Tatiana Weston-Webb	Surfe
Bronze	
Larissa Pimenta	Judô / -52kg
Rayssa Leal	Skate Street
Brasil / Disputa por equipes	Ginástica artística: Rebeca Andrade, Flávia Saraiva, Jade Barbosa, Júlia Soares e Lorrane Oliveira
Brasil / Equipes mistas	Judô: Beatriz Souza, Rafaela Silva, Larissa Pimenta, Ketleyn Quadros, Daniel Cargnin, Rafael Macedo, Léo Gonçalves, Guilherme Schimidt, Rafael Silva e Willian Lima
Bia Ferreira	Boxe / 60kg
Gabriel Medina	Surfe
Augusto Akio	Skate Park

O que faz uma onça na Olimpíada

Paloma Varón
Para o Valor, de Paris

A Olimpíada de Paris, que tem como um de seus maiores símbolos a sustentabilidade, é o palco escolhido pela organização não-governamental Panthera para divulgar a sua causa: a preservação das onças-pintadas e de seu habitat natural.

Duas esculturas de onças, uma pintada pela artista plástica brasileira Ticiana Parada e outra pelo franco-brasileiro Augustin de Lassus, estão sendo expostas no local mais nobre da cidade de Saint-Ouen, vizinha a Paris, durante todo o período dos Jogos Olímpicos. A 600 metros da Vila Olímpica, Saint-Ouen foi escolhida pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB) como sua base de treinamento e atrai muitos visitantes e atletas.

A exposição das esculturas ao ar livre faz parte do movimento artístico Jaguar Parade, que já passou por cidades como Nova York, Rio de Janeiro e São Paulo, e tem como propósito "arrecadar fundos e conscientizar as pessoas sobre a necessidade urgente de conservar a onça-pintada e seu ecossistema", diz Fernanda Ribeiro, diretora do braço europeu da Panthera.

"Todos os olhos do mundo estão voltados para Paris, para os Jogos, e a gente acredita que é uma oportunidade muito boa para mostrar a conexão que existe entre esporte, arte, cultura e a questão ambiental", observa Ribeiro sobre a escolha do período olímpico para esta exposição. Ela lembra que as onças-pintadas fazem parte das biodiversidades brasileira e francesa, na área do Escudo das Guianas.

"Uma vez que a gente começa a reparar, a gente vê a nossa biodiversidade representada em todas as áreas, e com o esporte não é diferente. Em relação aos felinos, isso é muito premente, basta olhar as bandeiras e símbolos de todos os países sempre tem um leão, um tigre, uma onça. O próprio mascote do Brasil durante as Olimpíadas é uma onça e isso não é coincidência, é por causa do simbolismo destas espécies, que representam força, resistência, garra, superação e que tem muito a ver com este período esportivo", diz Ribeiro.

O último estudo realizado sobre a população de onças-pintadas no Brasil, organizado pela ONG com parcerias locais, data de 2018 e, na época, foi estimada a presença de 87 mil onças em todo o Brasil. "A gente precisa fazer um novo recenseamento para ter uma noção mais exata. O Brasil possui entre 60% e 80% da população mundial de onças, seguido do Peru e da Colômbia. Elas estão concentradas nas áreas em que a floresta é mais preservada e é o caso da Bacia Amazônica, seguido pelo Chaco, no Pantanal. Como a gente vem tendo perda de habitat, pode ser que este número tenha diminuído, mas também existem recantos que nunca foram mapeados", explica a diretora.

Para Macit Atkas, diretor de comunicação da Prefeitura de Saint-Ouen, "é um orgulho ter essas onças expostas na cidade".

Habitante de Saint-Ouen há mais de três décadas, o aposentado Bernard Flavian está eufórico com as mudanças recentes ocorridas na cidade de Saint-Ouen, impulsionadas pelos Jogos Olímpicos, e ficou impressionado com as onças. "Eu passo aqui sempre e só hoje reparei, eu adorei essas onças, essas cores, elas têm tudo a ver com a nossa cidade".

No próximo dia 13 de agosto, logo após o fim da Olimpíada de Paris, uma das obras da Jaguar Parade será leiloada e 100% da receita líquida será doada para projetos de conservação da onça-pintada. O lance mínimo é de R$ 10 mil.

Esta ação é o pontapé inicial para uma série de iniciativas: a ideia é que estas onças passem por diferentes cidades e fóruns globais, como a Cúpula dos líderes do G20 no Rio de Janeiro, em novembro, e a COP da Biodiversidade em Cali, na Colômbia, no final de 2024.

"E, para celebrar o Ano do Brasil na França e os 10 anos do Acordo de Paris, em 2025, a Jaguar Parade volta à capital francesa com pelo menos 30 esculturas espalhadas por Paris e grandes cidades, pintadas por artistas brasileiros e franceses. O ponto final delas será em Belém, na COP 30, no final de 2025", disse Ribeiro.

PALOMA VARÓN/PARA O VALOR

> "O Brasil possui entre 60% e 80% da população mundial de onças" *Fernanda Ribeiro*

Como a derrota do Google pode impactar a Apple

Tecnologia

Michael Acton
Financial Times

A sentença histórica do processo antitruste contra o Google, publicada na segunda-feira, está abalando uma das parcerias mais antigas do setor de tecnologia. São bilhões de dólares em acordos exclusivos que o Google fechou ao longo dos anos para se tornar o mecanismo de busca padrão em navegadores da internet e dispositivos em todo o mundo. Nenhuma empresa se beneficiou mais disso do que a Apple, que o juiz dos Estados Unidos Amit Mehta chamou de "parceira crucial" do Google.

Em um julgamento que durou semanas, executivos da Apple compareceram ao tribunal para explicar e defender a parceria. Com base em um acordo de 2002, o Google pagava à Apple uma parte de sua receita de publicidade ligada às buscas para que ela direcionasse seus usuários ao sistema de busca do Google. Esses pagamentos chegaram a US$ 20 bilhões em 2022. Em troca, o Google teve acesso à base de usuários da Apple — mais da metade de todas as buscas na internet nos EUA são feitas a partir de dispositivos da Apple.

É provável que a Apple seja implicada profundamente na próxima fase do processo, quando se definem as penalidades. O Departamento de Justiça dos EUA, autor da ação judicial, não informou o que pedirá. "O impacto mais profundo do julgamento deve ser sentido pela Apple", disse o analista independente Eric Seufert. Analistas do JPMorgan escreveram que o veredicto deixou à Apple uma gama de "alternativas inconvenientes", entre elas a possibilidade de fechar um novo acordo de partilha de receita com o Google que não lhe dê direitos exclusivos como mecanismo de busca padrão e, dessa forma, reduza seu valor.

Para eles, chegar a acordos de partilha de receita com mecanismos de busca alternativos, como o Bing da Microsoft, "ofereceria benefícios econômicos menores para a Apple, dada a monetização de publicidade superior do Google".

Na sentença, Mehta observou que a ideia de substituir o acordo com o Google por outro com a Microsoft e o Bing já fora mencionado antes. O juiz escreveu que Eddy Cue, vice-presidente sênior de serviços da Apple, "concluiu que um acordo entre Microsoft e Apple só faria sentido se a Apple visse o Google como alguém com quem [ela] não quer continuar a fazer negócios e, portanto, estaria disposta a comprometer receitas para deixá-los. Caso contrário, ficar com o Google [é muito mais] óbvio, já que ele é o mais próximo de uma coisa certa que se pode esperar".

A Apple poderia desenvolver um mecanismo de buscas. Mas ela ainda não o fez. Mehta, em sua sentença, citou um estudo interno da Apple de 2018 que concluiu que, mesmo que ela fizesse isso e mantivesse 80% das consultas, ainda perderia US$ 12 bilhões em receitas nos primeiros cinco anos depois de separar-se do Google.

Mehta citou um e-mail de John Giannandrea, um ex-executivo do Google que hoje trabalha para a Apple, em que ele diz que "existe um risco considerável de que [a Apple] possa acabar com um mecanismo de busca que não seja lucrativo e que [também] não seja melhor para os usuários".

O Google prometeu recorrer da sentença. Nicholas Rodelli, analista da CFRA Research, afirmou que um recurso não teria muita chance de êxito, dada a sentença "meticulosa". Rodelli acha que o juiz "provavelmente não emitirá uma liminar capaz de mudar o jogo", como seria uma proibição total de partilha de receitas com a Apple.

A Apple não é a única empresa que pode ser afetada pela sentença de segunda-feira. De acordo com o tribunal, em 2021 o Google pagou à Mozilla mais de US$ 400 milhões para que seu mecanismo de buscas fosse a opção padrão do navegador de internet da empresa, valor que equivale a cerca de 80% do orçamento operacional da Mozilla. Um porta-voz da Mozilla disse que a empresa estava "analisando com muita atenção" a sentença e como poderia "influenciar os próximos passos de forma positiva".

Enquanto isso, o mercado das buscas está passando por uma transformação, à medida que empresas como o Google e a Microsoft estudam como os chatbots de inteligência artificial generativa podem mudar os recursos de busca tradicionais.

A parceria da Apple com a OpenAI, anunciada em junho, permitirá que os usuários dirijam suas consultas para o chatbot ChatGPT. Um assistente de voz Siri mais inteligente, que usará modelos de IA proprietários da Apple, também significará uma nova alternativa para consultas que hoje os usuários costumam fazer no Google.

A busca tradicional não mostra sinais de desaceleração. Uma pesquisa da Emarketer concluiu que, apenas nos EUA, os gastos com publicidade ligada a buscas crescerão em média cerca de 10% ao ano e chegarão a US$ 184 bilhões em 2028. O Google domina essa área com enorme vantagem e capta cerca de metade desse valor. O acordo atual da Apple com o Google lhe permitiria estender a parceria unilateralmente até 2028.

A Apple tem pela frente uma batalha antitruste própria, iniciada pela divisão antitruste do Departamento de Justiça em março.

Os problemas judiciais são um reflexo do declínio que está em curso no relacionamento da Apple com as autoridades de Washington, apesar do esforço de seu executivo-chefe, Tim Cook, para intensificar o lobby da empresa na Casa Branca. Segundo pesquisa do Tech Transparency Project (TPP), a Apple gastou US$ 9,9 milhões em lobby junto ao governo federal em 2023 – o maior valor em 25 anos, embora ainda muito abaixo do que gastam empresas como Google, Amazon e Meta. *(Tradução de Lilian Carmona)*

> **US$ 20 bi** foram pagos pelo Google à Apple

Violência no Reino Unido pressiona Telegram

De Londres

O uso do aplicativo de mensagens Telegram aumentou no Reino Unido no dia em que uma vigília pacífica por três meninas que foram mortas a facadas na cidade de Southport se transformou em uma noite de tumultos ligados à English Defense League, um grupo de extrema-direita, informou o "Financial Times".

Conhecido por sua abordagem não intervencionista na moderação de conteúdo, o Telegram enfrenta uma pressão renovada para enfrentar os grupos extremistas em sua plataforma no Reino Unido, pois ele surgiu como uma das principais ferramentas usadas para mobilizar manifestantes.

Os usuários ativos do aplicativo aumentaram para 3,1 milhões em 29 de julho, o dia do ataque às três jovens na cidade litorânea do norte da Inglaterra, contra a média de cerca de 2,7 milhões desde o começo de 2024, segundo a Similarweb. Esse número saltou para 3,7 milhões no dia seguinte, quando uma mesquita em Southport foi atacada, deixando pelo menos 50 policiais feridos. O tumulto em Southport desencadeou uma onda de violência em todo o país, com ministros, policiais e analistas britânicos dizendo que ela foi alimentada e organizada por meio de plataformas on-line como Telegram, TikTok e X de Elon Musk.

Alimentar Receita bruta subiu 2,1% de abril a junho, e prejuízo líquido consolidado caiu 6%; período de venda de ativos acabou

GPA entra em fase final de ajustes com perda menor

Adriana Mattos
De São Paulo

O GPA, dono da rede Pão de Açúcar, teve ganhos operacionais e financeiros no segundo trimestre, levando a um recuo no prejuízo líquido. Em parte, isso reflete despesas crescendo menos que vendas e dívidas em declínio, após as recentes quedas na taxa de juros básica.

Mas a empresa dependerá da sua capacidade de geração de receita nos próximos anos, já que boa parte dos ganhos que vinham com o corte de despesas internas já foi absorvido. Também não há novas vendas de ativos na mesa, e isso ajudou no recuo do endividamento nos últimos meses.

A receita bruta subiu 2,1% de abril a junho, para R$ 4,8 bilhões, e o prejuízo líquido consolidado caiu 6%, para R$ 331 milhões. Nas operações continuadas (unidades que manterá em operação), a queda foi de 16%, para R$ 271 milhões.

O GPA vendeu em ativos R$ 1,9 bilhão em 12 meses, entre lojas, prédios e postos, para reduzir alavancagem, aspecto que era uma das principais críticas do mercado no fim da gestão do Casino na rede.

Hoje, o Casino tem 22,5% do GPA e, sem propostas concretas para a compra dessa fatia, os franceses devem se desfazer da posição, sem prêmio, em leilão na bolsa, segundo apurou o **Valor**. O Casino tentava negociar a sua participação desde, pelo menos, 2023.

A ação fechou ontem com alta de 8,42%, após ganhos de margem acima do consenso do mercado de abril a junho, e pelos sinais de que o projeto em implementação pode estar evoluindo. A margem bruta consolidada foi de 26,3% para 28,2%

Os pontos negativos do balanço foram os efeitos da reestruturação nos números (chamados efeitos não recorrentes) e a receita crescendo em ritmo abaixo do mercado nacional. Questionamentos sobre vendas e capacidade de manter ganhos foram levantados pelos analistas, durante a teleconferência de resultados, e a direção defendeu o trabalho em andamento.

A empresa está na fase final do plano de três anos, de 2022 a 2024, que busca retomada da lucratividade, liderado pelo CEO, Marcelo Pimentel. Sobre a questão da receita, Pimentel disse que as iniciativas tomadas desde 2022 estão trazendo alta nas vendas de lojas de proximidade (Minuto Pão de Açúcar e Mini Extra), e há ganhos na reformulação dos supermercados Extra Mercado. Ainda afirmou que haverá mais revisões em despesas gerais, com vendas e administrativas, que devem ajudar no resultado operacional.

Pimentel reforçou duas vezes que o recuo na alavancagem financeira no trimestre "não foi só venda de ativos, mas também maturidade da operação", do plano de retomada em andamento, e que termina no fim deste ano. "Alavancagem financeira ainda vai cair pela melhoria operacional que nos levará ao recuo desse índice, mas não posso entrar em detalhes".

Entre os segundos trimestres de 2023 e 2024, a alavancagem passou de 10,6 vezes para 2,8 vezes (relação entre dívida líquida e Ebitda, pré-IFRS), após a venda dos negócios que aumentou o caixa. O Ebitda mede lucro antes de juros, impostos, amortização e depreciação. A empresa não informa o indicador pós-IFRS, ou seja, incluindo arrendamento de lojas.

Sobre as vendas líquidas, de abril a junho frente a 2023, as lojas Minuto Pão de Açúcar e Mini Extra cresceram 22,5%, mas o Pão de Açúcar avançou menos, 1,1%. O Extra Mercado encolheu 0,5%. Nesse número, há o efeito Páscoa, que em 2023, foi em abril e, neste ano, em março.

Em vendas "mesmas lojas", com mais de 12 meses, o Pão de Açúcar cresceu 2,7%, Lojas de proximidade, 6,9% e Extra Mercado, 3,4%.

Considerando esses números, Pimentel foi perguntado sobre recuo na participação em vendas no bolo total do mercado nacional, apesar do ganho em São Paulo (de 0,7 ponto em "share"). De abril a junho, as vendas brutas medidas pela Abras, a associação de supermercados, subiram mais de 3%, e a empresa cresceu 2,1%. Segundo o executivo, a empresa teve "performance [de participação] estável" no país.

"Não vamos trocar venda por rentabilidade, e se não chegar em perfeição de elevar venda e rentabilidade vamos manter [venda] sem afetar rentabilidade", disse Pimentel. "Partimos para o segundo tempo, para entregar neste ano o 'turnaround' com a empresa mais bem preparada e estruturada para novos ganhos".

> "Partimos para um segundo tempo com a empresa melhor preparada"
> *Marcelo Pimentel*

CBA registra forte recuperação de resultado no 2º tri

Alumínio

Stella Fontes
De São Paulo

A estabilização da operação de suas salas-fornos e o câmbio, combinados à recuperação dos preços do alumínio e à demanda doméstica aquecida, levaram à forte recuperação dos resultados da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) no 2º trimestre.

A receita líquida da empresa controlada pela Votorantim S.A. cresceu 24%, a R$ 2,07 bilhões, enquanto o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) totalizou R$ 339 milhões, salto de quatro vezes, sustentado também pela melhora dos custos. A margem Ebitda evoluiu de 4% para 16%.

Já o nível de utilização das salas-fornos chegou a 97%, o maior desde o terceiro trimestre de 2022. "Foi um trimestre muito bom", disse o presidente da CBA, Luciano Alves. O volume total de vendas alcançou 128 mil toneladas, expansão de 22%. Conforme o executivo, além do maior volume de produção, a demanda do metal cresceu no intervalo, acompanhando o desempenho de setores consumidores, como montadoras de ônibus e caminhões e embalagens.

O mix de vendas mais concentrado em produtos de maior valor agregado, como lingotes de alumínio-silício usados em rodas de liga leve e folhas de alumínio (embalagens), também contribuiu para a melhora dos resultados. "O mercado brasileiro vem bem."

Conforme Alves, os preços do alumínio se recuperaram, porém já voltaram aos níveis vistos no primeiro trimestre na London Metal Exchange (LME), em torno de US$ 2,2 mil por tonelada. "Com uma eventual redução das taxas de juros no mundo e as economias voltando à normalidade, a demanda de alumínio seria maior em um momento de oferta mais controlada. O cenário futuro é potencialmente positivo se olharmos os fundamentos", avaliou o CEO.

Do lado dos custos, explicou a diretora financeira da companhia, Camila Abel, embora os custos com energia tenham crescido no trimestre, a consistente desvalorização de alguns insumos, como coque e pasta anódica, desde o segundo semestre do ano passado contribuíram para a queda do custo total no intervalo.

A CBA encerrou o trimestre com prejuízo líquido de R$ 74 milhões, alta de 48%, refletindo o efeito negativo da desvalorização cambial na linha financeira.

Balanço Ganho da empresa foi de R$ 95,4 milhões no segundo trimestre; variação cambial afetou endividamento, mas 'hedge' limitou impacto

Dólar afeta lucro da Minerva, que cai 21%

Nayara Figueiredo
De São Paulo

A Minerva, a maior exportadora de carne bovina da América do Sul, fechou o segundo trimestre com lucro líquido de R$ 95,4 milhões, o que representou uma queda de 21% em relação ao mesmo período do ano passado. Os impactos da variação cambial sobre o endividamento da companhia pesaram sobre o resultado.

Segundo o diretor financeiro da companhia, Edison Ticle, houve uma despesa não caixa de mais de R$ 1 bilhão decorrente do aumento da cotação do dólar, mas a Minerva conseguiu minimizar esse impacto com a adoção de ferramentas de proteção. "A política de 'hedge' quase anulou a desvalorização cambial, e conseguimos manter o lucro positivo", disse ele ao **Valor**.

No segundo trimestre do ano passado, a Minerva ainda não havia fechado a compra de 16 plantas da Marfrig. Embora o acordo ainda não tenha recebido aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), ele já teve impacto sobre a dívida bruta da Minerva, que "gera uma despesa financeira muito maior neste ano", pontuou Ticle.

Questionado sobre a expectativa para a aprovação do Cade, Fernando Galletti de Queiroz, o principal executivo da Minerva, disse apenas que o processo está seguindo o prazo legal, que vai até o último trimestre do ano.

Ainda que o lucro líquido tenha diminuído, a empresa conseguiu aumentar seus resultados operacionais. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) subiu 4,7% em comparação com o segundo trimestre de 2023, para R$ 744,6 milhões. A receita líquida, por sua vez, aumentou 5,4%, para R$ 7,66 bilhões.

Galletti de Queiroz destacou que o ciclo de baixa oferta de gado nos Estados Unidos segue complicado para os americanos.

4,7%
foi o aumento do Ebitda no segundo trimestre de 2024

Segundo ele, esse quadro permite que a carne da América do Sul ocupe mais espaço no mercado internacional como um todo.

"Um exemplo é o Paraguai, que foi habilitado recentemente para exportar aos EUA e que, assim como Brasil, Argentina e Uruguai, está se beneficiando desse cenário", afirmou ele.

No segundo trimestre, os Estados Unidos representaram 13% da receita bruta da Minerva, uma fatia que a empresa considera expressiva. Ao todo, as vendas ao mercado externo foram responsáveis por R$ 5 bilhões da receita bruta no segundo trimestre. Com a queda dos preços médios, o faturamento caiu 1,9% no comparativo anual.

Ásia e Oriente Médio também seguem relevantes para as exportações da companhia, respondendo, nessa ordem, por 21% e 8% da receita bruta no trimestre.

A comercialização em mercados domésticos, que respondeu por R$ 3,15 bilhões da receita bruta, cresceu 18,9%. "Eles têm sido muito importantes", disse Queiroz sobre os mercados em que a empresa faz vendas locais. No Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Colômbia, a Minerva tem plantas de produção de carne bovina, e na Austrália, dedicada a ovinos. Entre esses países, o mercado interno mais forte é o brasileiro.

O volume de abates da empresa subiu 7,7%, para 1,099 milhão de cabeças de gado, e o de vendas aumentou 15,5%, para 362,7 mil toneladas. "Estamos abatendo mais animais pesados, por isso os volumes cresceram", disse Queiroz.

Para o executivo, a alimentação animal — composta por insumos como farelo de soja e milho — segue em patamares competitivos para a pecuária, o que é positivo também para a indústria.

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR

Galletti de Queiroz, da Minerva: 'Ciclo dos EUA favorece a América do Sul'

Exportação de carne bovina bate recorde

Comércio

Gabriella Weiss e Nayara Figueiredo
De São Paulo

O Brasil bateu um novo recorde nas exportações de carne bovina em julho, com o embarque de 267,7 mil toneladas, segundo a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec). O faturamento com os embarques foi de US$ 1,146 bilhão, um dos dez maiores da história. A entidade não informou os dados de julho do ano passado para comparação.

Em relação a junho deste ano, o volume cresceu 21,6%, enquanto o faturamento subiu 20,3%, segundo a Abiec. Os números consideram as exportações das categorias in natura, miúdos, industrializada, tripa, salgada e gordura.

De acordo com a Abiec, que compilou dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o resultado reflete o aumento significativo das exportações para a China. Foram 123,4 mil toneladas, que geraram receita de US$ 537,7 milhões. O país asiático não comprava tanta carne brasileira desde setembro de 2023.

"Os volumes cresceram graças ao esforço do setor na busca por oportunidades em mercados já abertos e ajustes no mix de produtos, mas o câmbio favorável também contribuiu", disse Antonio Camardelli, presidente da Abiec. Se o ritmo de mantiver, o Brasil pode bater novos recordes, afirmou, em nota.

As exportações de carne suína também bateram recorde mensal em julho, segundo a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA). O volume alcançou 138,3 mil toneladas, alta de 31,4% na comparação anual. A receita também foi recorde e somou US$ 309,4 milhões, avanço de 24,1%.

"Houve um forte incremento nos fluxos de exportações de carne suína do Brasil, com Filipinas, Japão e México como destaques", disse Luis Rua, diretor de mercados da ABPA, em nota.

China retoma compra de aves do Brasil, mas mantém restrição ao RS

Sanidade

Rafael Walendorff
De Brasília

Autoridades sanitárias da China comunicaram o governo brasileiro ontem que vão retomar as importações de carne de frango e demais produtos avícolas de todo o Brasil, mas manterão a suspensão temporariamente para o envio de cargas do Rio Grande do Sul, segundo uma fonte graduada do governo. A medida é semelhante à adotada pelo México.

O Brasil suspendeu temporariamente, e de forma preventiva, as vendas de frango e derivados a diversos países após a confirmação de foco da doença de Newcastle na cidade de Anta Gorda (RS), no dia 18 de julho.

As exportações poderão ser retomadas de imediato, mas o governo ainda aguarda uma comunicação oficial do lado chinês para repassar a informação ao setor.

Principal destino das carnes de aves do Brasil, a China vai liberar também a exportação da produção que estava estocada desde a detecção do foco, nas unidades de aves fora do Rio Grande do Sul.

No Estado, as exportações seguem bloqueadas. Os chineses vetaram o envio de cargas produzidas em território gaúcho a partir de 2 de agosto, quando o surto da doença já havia sido encerrado e comunicado à Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA).

A definição dessa data causou estranheza em Brasília. O lado brasileiro vai tentar reverter a decisão em negociação bilateral com Pequim. A avaliação é que esse não é um "critério técnico".

Os itens produzidos no Rio Grande do Sul entre a confirmação do vírus, em 18 de julho, e 2 de agosto, marco temporal do bloqueio informado ontem aos brasileiros, poderão ser enviados à China, mas serão testados na chegada.

Oficialmente, o Ministério da Agricultura informou que as exportações de todo o país seguem suspensas para China e Argentina. Os produtos do Rio Grande do Sul estão bloqueados para outros oito destinos: África do Sul, Arábia Saudita, Bolívia, Chile, México, Peru, União Econômica Euroasiática e Uruguai.

Outro conjunto de países — que inclui Canadá, Chile, Coreia do Sul e Hong Kong — adotou a suspensão para a zona de restrição ou o raio afetado.

valor.com.br
Mais sobre exportações de frango para a China em
www.valor.com.br/agro

Fertilizantes Empresa faz parceria com Fundo Global para Recifes de Corais, ligado à ONU, para erguer 20 unidades anexas a usinas

Fundo de corais vai investir até US$ 50 milhões na Agrion

Camila Souza Ramos
De São Paulo

A Agrion, fundada há cinco anos pelo ex-piloto de corrida Ernani Judice, acertou uma captação de até US$ 50 milhões com o Fundo Global para Recifes de Corais, que tem como principal cotista o Green Climate Fund (GCF), da Organização das Nações Unidas (ONU). O aporte vai alavancar o plano da empresa de expandir a produção de fertilizantes a partir de resíduos agroindustriais no Brasil.

O fundo, da gestora Pegasus Capital Advisor, entrará como minoritário e fornecerá recurso para a instalação de 20 fábricas de adubos organominerais anexas a usinas de cana que a Agrion planeja erguer em dez anos. A ideia é replicar o modelo da planta recém-construída em Tupaciguara (MG), anexa à usina Aroeira.

O aporte do fundo ocorrerá em até três tranches. As duas primeiras são de US$ 10 milhões cada — a segunda será efetivada quando houver necessidade da companhia. A última, de US$ 30 milhões, é opcional e só será exercida caso a Agrion apresente a demanda, disse Judice ao **Valor**. A empresa teve consultoria da Datagro.

O fundo começará com 25% de participação. Mesmo que desembolse a terceira tranche, ficará como acionista minoritário e terá assento no conselho de administração, enquanto Judice seguirá no controle da companhia.

O Pegasus é especializado em investimentos em projetos sustentáveis, e o Fundo Global para Recifes de Corais aposta em iniciativas que colaborem para proteger a fauna e flora marinhas.

"O uso excessivo de fertilizantes químicos e agrotóxicos pode fazer com que esses insumos sejam levados para cursos d'água, que os levam ao mar, ameaçando habitats costeiros e recifes de corais", disse Dale Galvin, diretor geral do fundo. Segundo ele, "ao dar um destino para o resíduo altamente poluidor da cana, a empresa contribui para a resiliência dos ecossistemas marinhos".

DIVULGAÇÃO

Ernani Judice: expectativa é a de que negócio gere retorno em dois anos

A planta de Tupaciguara capta os resíduos da produção de etanol da Aroeira, como vinhaça e torta de filtro, e mistura-os aos minerais que compõem os adubos. A fábrica também usa micro-organismos. Além disso, os adubos organominerais sólidos são peletizados, o que permite a liberação gradual no solo, evitando desperdício.

A experiência atraiu novas usinas interessadas na parceria com a Agrion. Até o momento, a empresa já assinou memorandos de entendimento com dez usinas para erguer fábricas do mesmo tipo.

Cada planta de adubo organomineral terá capacidade de produzir 60 mil toneladas ao ano e demanda R$ 30 milhões, o que significa que já há R$ 300 milhões em investimentos encaminhados.

A expectativa de Judice é construir cerca de duas unidades por ano. As duas próximas unidades devem ser em São Paulo. A companhia também quer atuar em Goiás, Minas Gerais e Nordeste.

R$ 30 milhões é o aporte necessário para cada unidade

As plantas serão construídas já com acordos comerciais de longo prazo feitos com as usinas parceiras, o que garante boa parte da receita de cada unidade. O restante será vendido ao mercado local, em um raio de 200 quilômetros.

Segundo Judice, a ideia é também investir no desenvolvimento de novos produtos para que a produção de fertilizantes atenda ao perfil da demanda regional.

A planta da Aroeira produz adubos organominerais sólidos e líquidos, e passará por um novo aporte para produzir fertilizantes foliares a partir do ano que vem. Atualmente, além de atender a usina e seus fornecedores, a unidade tem clientes que produzem café, hortifrútis, soja e milho.

Com esse modelo de negócio, Judice estima que cada unidade tenha uma receita anual de R$ 150 milhões a R$ 200 milhões, o que deve garantir um retorno de dois anos para cada investimento. "É um retorno rápido, porque vamos usar a estrutura da usina, como energia do bagaço e biogás da vinhaça", afirmou.

As usinas devem ser as principais parceiras da Agrion, mas ele não descarta buscar parcerias com fábricas de papel de celulose e confinamentos bovinos.

O empresário avalia que a entrada do fundo deve ajudar a companhia a captar empréstimos em condições mais favoráveis. Segundo Judice, a Agrion quer buscar financiamentos via BNDES e Finep. E já prepara um fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) de R$ 40 milhões, com recursos externos e próprios, para financiar suas vendas.

Para acertar a captação com o fundo, a Agrion passou por uma diligência sobre boas práticas de governança e sustentabilidade e incorporou políticas, como a obrigação de não produzir em terras indígenas, não usar produtos agressivos ao ambiente e garantir igualdade salarial entre os gêneros.

BP Bunge ampliará usina em Tocantins

Estratégia
De São Paulo

A BP Bunge informou que vai investir R$ 530 milhões na expansão de sua usina em Pedro Afonso (TO) para ampliar a capacidade de moagem da unidade em 30%, para 3,4 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra.

Com isso, a capacidade de processamento total da empresa, que tem 11 usinas no país, sairá de 32,4 milhões de toneladas de cana por safra para 33,2 milhões de toneladas de cana por safra.

A companhia foi criada por BP e Bunge, mas a petroleira comprou a fatia da trading recentemente, transação que foi aprovada pela Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) na terça-feira (6).

O aporte também incluirá a ampliação da capacidade de produção de etanol e de cogeração de energia a partir do bagaço de cana. A capacidade da unidade de destilação de etanol crescerá 40%, para 280 milhões de litros por safra, enquanto a geração de energia da unidade aumentará em 15%, resultando em um volume adicional de 25 mil gigawatts-hora (GWh), passando para 185 GWh/ano.

A expansão só deverá ficar pronta em meados da safra 2026/27. A previsão é que as obras comecem em outubro e terminem em julho de 2026.

Para atender a ampliação industrial, a BP Bunge está incrementando a formação de canaviais na região da Usina de Pedro Afonso. A companhia vai expandir a área de cana em 6 mil hectares, um aumento de 20% em relação à extensão atual de canaviais que atendem a unidade, alcançando 34.760 hectares.

A BP Bunge também vai investir na irrigação desses canaviais. Serão instalados cerca de 20 novos pivôs, que serão abastecidos com a energia da cogeração.

O sistema de irrigação dos canaviais em Tocantins vai distribuir vinhaça localizada em 15 mil hectares, como a BP Bunge já faz em outras unidades. *(CSR)*

CNA lança Fiagro para financiar pequenos e médios produtores

Crédito

Rafael Walendorff
De Brasília

De olho nas reclamações de produtores sobre a burocracia e os altos custos no acesso ao crédito rural, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) colocou de pé seu primeiro Fundo de Investimento em Cadeias Agroindustriais (Fiagro), com financiamento de microcrédito exclusivo para pequenos e médios agricultores e pecuaristas atendidos pela Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

O fundo está disponibilizando R$ 30 milhões nesta primeira rodada, com um projeto-piloto. A intenção é escalar a operação nos próximos anos, disse o coordenador de empreendedorismo e negócios do Instituto CNA, Christiano Nascif.

O CNA Fiagro nasce com uma característica inédita de estimular o microcrédito rural de fonte privada. O ticket médio deverá ser de R$ 100 mil — com piso de R$ 30 mil e teto de R$ 300 mil para as operações — e juros de 15% ao ano, com parcelamento mensal ou na periodicidade escolhida pelo produtor.

O prazo máximo de reembolso é de 12 meses e deverá atender, sobretudo, operações de custeio. Financiamentos para investimentos com retorno em curto prazo também poderão ser feitos, como a instalação de placas fotovoltaicas e equipamentos de irrigação.

"A CNA buscou desenvolver um produto que possa responder tudo para facilitar o acesso ao crédito e tirar os entraves que o produtor informou que atrapalhava a operação, como burocracia, garantias, custos adicionais", disse Nascif.

Segundo ele, a criação do fundo acompanha a tendência de o setor agropecuário brasileiro ser cada vez mais suprido pelo mercado de crédito privado. "É um fundo bastante acessível e flexível", disse.

A entidade defende que as taxas de juros são competitivas e o acesso ao crédito é menos custoso e burocrático que no mercado em geral. A CNA mostrou comparações com outras modalidades disponíveis, como o barter nas empresas de insumos e as linhas de custeio subvencionadas do Plano Safra.

Em ambas, com outros itens embutidos, como gastos com cartórios, cobrança de IOF e seguros, as operações são mais caras. O mesmo ocorre na linha CPR BNDES, em que os juros calculados pela CNA oscilam de 15,3% a 16,5% ao ano.

Nenhum outro Fiagro tem juros nesse patamar, segundo Nascif. A CNA é cotista júnior no fundo, responsável pelo aporte de um terço do recurso total. Um investidor, cujo nome não foi revelado, aplicou o restante do valor. Para o futuro, o plano é atrair novos investidores e aumentar o público alcançado pelo crédito.

Neste primeiro ano, o Fiagro está focado em produtores da Bahia, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Rondônia, Tocantins e Distrito Federal.

Poderão acessar os recursos produtores que atuam nas cadeias de fruticultura (uva, abacaxi, banana, cacau, limão, laranja, manga, morango, melancia, maçã e maracujá), agricultura anual (soja, milho, mandioca, feijão e trigo), cafeicultura, apicultura, piscicultura e bovinocultura e ovinocaprinocultura de leite e de corte. Ao todo, 200 mil produtores rurais são atendidos pela ATeG atualmente.

Crédito para pequenos e médios produtores
Comparação entre modalidades

CNA Fiagro

Prazo	12 meses
Taxa	15% a.a
Valor	R$ 100 mil
Taxa final	15% a.a
Custo final	R$ 115 mil

Pronaf Plano Safra

Prazo	12 meses
Taxa	6% a.a
Valor	R$ 100 mil
Projeto	2% do financiamento
Registro cartorário	R$ 2,1 mil (1,76%)
IOF	0,38%
Seguro de vida	R$ 1 mil
Proagro/PSR	7,9% do total
Capitalização	2% do financiamento
Taxa final	20,04%
Custo final	R$ 120 mil

Barter em revendas

Prazo	12 meses
Taxa	2% ao mês
Valor	R$ 100 mil
Custo anual	26,8%
Desconto à vista	3%
Valor com desconto	R$ 97 mil
Taxa final	30,75%
Custo final	R$ 126,8 mil

Fonte: CNA

Nascif afirmou que o diferencial do fundo é ser mais ágil e menos burocrático que outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado. O produtor deve relatar o interesse ao técnico de campo da ATeG, que fará a coleta das informações para gerar um relatório de análise de risco da operação.

O relatório será avaliado pela instituição que faz a gestão do fundo, cujo nome a CNA não revela. Com a documentação validada e o crédito aprovado, o prazo médio de liberação dos recursos é de até seis dias úteis.

Nascif considera uma vantagem o fato de que o produtor é atendido pelo técnico da assistência, que acompanha sua atividade todo mês e já o conhece. "Isso nos permitiu proporcionar um fundo muito mais limpo, leve e competitivo", disse. "É um fundo que preza pela parte técnica, não só rentabilidade e ganho financeiro. É baseado nas cadeias com mais produtores assistidos, que fazem parte do programa, e nos Estados onde as cadeias são mais concentradas", acrescentou o coordenador.

O fundo conta com o aparato operacional e técnico da parte financeira, como securitizadora e empresa de cobrança, e está registrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) desde dezembro de 2023. As primeiras operações já foram concretizadas.

Consumo de óleo de soja deve crescer

Projeção

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

O consumo de óleo de soja no mercado brasileiro este ano deve alcançar 9,9 milhões de toneladas, segundo a última projeção da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove). O volume é 200 mil toneladas superior ao estimado em julho e 14% maior que o consumo registrado em 2023. O aumento da demanda de óleo para biodiesel é a principal explicação para a revisão dos dados, de acordo com a Abiove.

A entidade também elevou a projeção para as exportações de farelo de soja neste ano em 100 mil toneladas em relação ao levantamento anterior, para 21,8 milhões de toneladas. Em comparação com 2023, há uma queda de 3%.

As demais projeções foram mantidas. A Abiove prevê produção de 153,2 milhões de toneladas de soja no ano, queda de 4,4% em relação a 2023. O volume de esmagamento de soja segue estimado em 54,5 milhões de toneladas, leve alta de 0,6% na comparação anual.

Para o farelo de soja, a estimativa se manteve em 41,7 milhões de toneladas, queda de 1,4% em relação ao ano passado. No caso do óleo de soja, a expectativa é de uma produção de 11 milhões de toneladas, alta de 2% sobre 2023.

A Abiove estima que as exportações de soja em grão devem somar 97,8 milhões de toneladas este ano, 4% abaixo de 2023. As de óleo de soja devem cair 50,7% em comparação com 2023, para 1,15 milhão de toneladas.

Balanço
Lucro líquido da Minerva teve queda de 21% no segundo trimestre do ano
B7

Política monetária
Uchida, do BoJ, diz que autoridade não subirá juros enquanto os mercados estiverem instáveis C2

Bancos
Itaú mostra disposição para risco com objetivo de elevar mais a rentabilidade C4

Balanço
Banco Patagonia salva BB de novo, mas índice de inadimplência acende alerta C5

Moedas
Desmonte de 'carry trade' tem potencial para desestabilizar mercados C2

Renda fixa De janeiro a junho foram 217 novas operações, aumento de 20% em relação ao 1º semestre de 2023; ofertas giraram R$ 31,4 bi

Incorporadora dobra fatia em CRI após restrições do CMN

Rita Azevedo
De São Paulo

A participação de incorporadoras nas emissões de certificados de recebíveis imobiliários (CRI) dobrou nos últimos meses, após mudanças regulatórias que fecharam as portas para companhias fora do setor. Em meio à redução da participação da poupança no crédito imobiliário, a expectativa do mercado é que esses títulos ganhem ainda mais espaço no financiamento das empresas que atuam na construção e na venda de imóveis.

Se no início do ano a parcela de incorporadoras no total de emissões de CRI era equivalente a 7%, em junho essa participação chegou a 14%, segundo um levantamento feito pela fintech Virgo e obtido pelo **Valor**. O número considera incorporação com e sem obras. O aumento foi um dos maiores entre os segmentos que captam recursos com CRI, caso também de shopping centers e multipropriedade.

"Houve uma diminuição significativa na participação do segmento corporativo, onde se encontravam as empresas fora do setor imobiliário, e de bancos. Essas ofertas deram lugar a operações puramente imobiliárias", afirma Daniel Magalhães, presidente da Virgo.

A mudança reflete uma resolução publicada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), em fevereiro, que restringiu os tipos de lastro elegíveis para as emissões dos CRI e de outros títulos incentivados, que oferecem o benefício da isenção fiscal para os investidores. A partir daí, algumas operações foram barradas, como as que eram feitas por bancos, redes de farmácia e de restaurantes, e lastreadas em contratos de aluguel.

O esperado, em um primeiro momento, era que o mercado encolhesse. Mas o que se viu, na prática, foi um aumento tanto em termos de número de ofertas quanto em volume captado. Considerando-se o período de janeiro a junho, foram feitas 217 novas operações de CRI, o que representa um aumento de 20% ante o registrado no mesmo intervalo de 2023, segundo o levantamento da Virgo. Se no ano passado, eram, em média, 24 novas operações por mês, neste ano, o número foi a 36.

As ofertas de CRI movimentaram no primeiro semestre R$ 31,35 bilhões, segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). O volume é quase 180% superior ao registrado um ano antes. Só de março a junho — período após a mudança das regras —, as ofertas somaram R$ 19,69 bilhões. No mesmo intervalo de 2023, o volume foi de R$ 9,83 bilhões.

"O pânico inicial de alguns, que esperavam que o mercado de CRIs acabasse, não se provou verdadeiro", diz Flávia Palacios, diretora da securitizadora Opea. Ela lembra que uma das maiores preocupações do mercado, nos dias seguintes à publicação das novas regras, era com a proibição do uso dos recursos para o reembolso de gastos, ou seja, para compensar gastos passados — que era comum entre companhias do setor imobiliário.

Na prática, afirma, a questão do reembolso não se mostrou um desafio. As estruturas foram adaptadas, e as empresas passaram a captar para gastar dali pra frente. "As operações não morreram, elas foram transformadas", diz Palacios.

O aumento da presença das incorporadoras nas emissões ocorreu após as securitizadoras e outros agentes que atuam na estruturação das ofertas se voltarem para esse tipo de empresa, inclusive na busca de novos nomes. "Elas olharam para os segmentos que puderam continuar a captar após as novas regras. O canhão se voltou para incorporadoras com projetos bons, potencial de venda e obras iniciadas", diz Felipe Ribeiro, sócio e diretor de investimentos alternativos do Clube FII.

Para Palacios, a expectativa de redução dos recursos para financiamento das incorporadoras por parte dos bancos também fez com que mais companhias buscassem os CRI. "Notamos um grande aumento na busca por financiamento de construções, em substituição às operações tradicionais, de financiamento bancário à produção", diz.

Entre as incorporadoras que levantaram recursos com CRI recentemente está a pernambucana Moura Dubeux, que captou R$ 250 milhões em julho. Os papéis foram lastreados em debêntures emitidas em duas séries, com taxa equivalente a CDI mais 1,6% ao ano e IPCA mais 8,06% ao ano. O prazo foi de cinco anos.

> "Houve diminuição significativa na participação de empresas fora do setor imobiliário, e de bancos"
> *Daniel Magalhães*

A empresa quis aproveitar o aumento do fluxo de recursos para o setor imobiliário após a mudança nas regras dos títulos, segundo Diego Villar, diretor-presidente da incorporadora. "O CRI está hoje mais próximo da sua natureza, que é de financiar o desenvolvimento imobiliário", afirma. "Por muito tempo, as incorporadoras ficavam reféns dos projetos que eram financiados por bancos que tinham acesso à poupança. Só que essa solução sempre ficava limitada ao apetite de risco do banco, de quanto o banco queria se expor em determinada região", diz. Com o desenvolvimento de instrumentos como o CRI, afirma, as empresas passaram a diversificar as fontes de recursos mais facilmente.

A maior parte do financiamento das empresas do setor imobiliário vem dos bancos. Em junho deste ano, os recursos do SBPE (financiamento com recursos da caderneta) correspondiam a 34% do "funding" do setor, com R$ 763 bilhões. Há dois anos, porém, essa participação era maior, de 44%, conforme dados da Abecip, a associação das instituições financeiras que atuam no crédito imobiliário.

Por outro lado, a participação dos CRI no financiamento aumentou de 7% em junho de 2022, com R$ 118 bilhões, para 9% em junho de 2024, com R$ 208 bilhões. Os fundos de investimento imobiliário (FIIs) também ampliaram a participação, de 9% para 10% na mesma base de comparação, passando de R$ 168 bilhões para R$ 237 bilhões.

Após várias perdas de recursos desde 2021, a poupança SBPE registrou em maio e junho captação líquida de R$ 11,2 bilhões. Durante coletiva de imprensa sobre os dados do primeiro semestre, em julho, Sandro Gamba, presidente da Abecip, disse que não vê uma tendência de redução do volume da poupança, "mas há uma clareza de que a poupança não deve voltar aos patamares anteriores em termos de participação no financiamento".

Para Palacios, da Opea, "o mercado de capitais não deve substituir os bancos no financiamento das companhias, mas, cada vez mais, complementar o montante de crédito necessário para o setor".

Entre os entraves para o maior uso dos CRI para financiamento das companhias está o custo. "O mercado de capitais brasileiro, e não apenas o de securitização imobiliária, é um mercado caro para acessar", diz Walter Pellecchia Neto, analista sênior de estruturação da Vórtx. Para ele, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tem atuado na última década para tornar o financiamento via mercado mais acessível, com iniciativas como o "equity crowdfunding". Em um futuro próximo, afirma, espera-se que sejam discutidas maneiras de tornar o acesso ao CRI mais simples e menos custoso. "Não são todas as empresas que têm condições de, por exemplo, contratar um banco grande com capilaridade para acessar investidores", afirma.

FERNANDO CAVALCANTI/DIVULGAÇÃO

Palacios, da Opea: "Pânico inicial de alguns, que esperavam que o mercado de CRI acabasse, não se provou verdadeiro"

CRI em alta
Volume captado com securitização imobiliária cresce - em R$ bilhões

Fonte: Anbima

> "Estamos saindo de um momento mais artesanal [no mercado de CRI] e caminhando para uma era industrial"
> *Felipe Ribeiro*

A possibilidade do crédito via mercado de capitais ser mais caro pode desincentivar algumas companhias. Há, porém, o lado positivo do uso do CRI, como o perfil dos investidores nesses papéis, como lembra Palacios, da Opea. "Geralmente, quem investe em CRI envolvendo projetos é o investidor institucional, que entende melhor das dinâmicas. É o tipo de operação que requer um olhar mais qualificado", diz.

Quando os papéis envolvem um projeto imobiliário, é possível que o planejamento mude ao longo do tempo. O excesso de chuvas, por exemplo, pode atrasar o desenvolvimento da obra. O aumento excessivo dos preços dos materiais pode afetar o orçamento. "Quando o investidor é um gestor qualificado, que entende essas nuances, a empresa pode ter um pouco mais de facilidade na hora de renegociar os termos", diz Palacios.

No primeiro semestre, cerca de 80% dos CRIs para incorporação com obras ficaram na mão de fundos, conforme os dados da Virgo. "O melhor financiador para as obras é o investidor institucional. São os fundos, que têm crescido ano após ano, seja com novas captações ou com retorno de capital de projetos financiados", reforça Magalhães.

Carolina Avancini, sócia da Clave Capital, acredita que as ofertas de CRIs por incorporadoras devem continuar crescendo ao longo de 2024. "O que tem mais aparecido nas operações é o segmento residencial, com empresas que atuam com o Minha Casa Minha Vida e com as que trabalham com projetos para alta renda, que esperam ver um aumento das vendas no segundo semestre", afirma.

O amadurecimento da indústria também deve continuar a atrair novos nomes. "Estamos saindo de um momento mais artesanal e caminhando para uma era industrial", diz Ribeiro. Se há alguns anos, poucas securitizadoras faziam operações de CRI, hoje a indústria é mais robusta, afirma. Do lado dos investidores, houve um acréscimo significativo no número de fundos imobiliários voltados exclusivamente para esse tipo de título. "Há seis anos, o país tinha cerca de 15 fundos imobiliários de CRI, hoje são mais de 100. É um mercado bem mais vivo", afirma.

Destaques

Saques da poupança

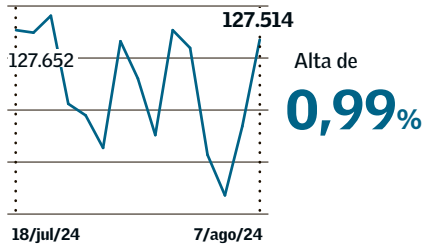
Os saques da caderneta de poupança superaram os depósitos em R$ 908,622 milhões em julho, segundo dados divulgados pelo Banco Central (BC). Em junho, a captação líquida — diferença entre entradas e saídas — tinha sido positiva em R$ 12,756 bilhões. O rendimento no mês passado foi de R$ 5,405 bilhões, com o saldo em R$ 1,016 trilhão. Em julho do ano passado, a modalidade teve resgates líquidos de R$ 3,581 bilhões. O Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) registrou saída líquida de R$ 2,859 bilhões em julho último, enquanto a poupança rural teve ingresso de R$ 1,950 bilhão. No acumulado de 2024, houve saída líquida de R$ 3,701 bilhões. Em 2023 como um todo, a modalidade teve resgate de R$ 87,819 bilhões, após saques de R$ 103,237 bilhões no ano anterior. *(Gabriel Shinohara)*

Novo fundo imobiliário

A Augme Capital, gestora especializada em crédito, levantou R$ 170 milhões com cerca de 3 mil cotistas para um fundo de investimento imobiliário (FII) com prazo determinado. O AUGM11 terá duração de 5 anos: um para investimento e quatro para desinvestimento. Segundo a gestora, é o primeiro fundo com prazo determinado ofertado ao público de varejo. Em geral, outros fundos com esse perfil são restritos a investidores profissionais e clientes de gestoras de fortunas ou dos serviços de "private banking". A carteira será composta por CRI com retorno projetado de 13,31% ao ano, isento de IR e líquido de custos. O fundo não será listado na bolsa. A coordenação-líder da oferta e a distribuição são da XP. Luiz Gerab, chefe de ativos imobiliários da asset, diz que a carteira é estática e que amortiza principal e juros após o período de investimentos, previsto para 12 meses. *(Liane Thedim)*

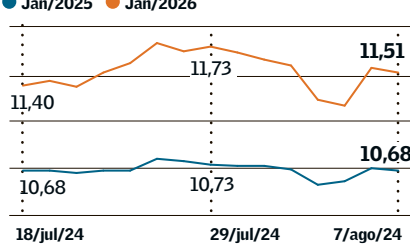
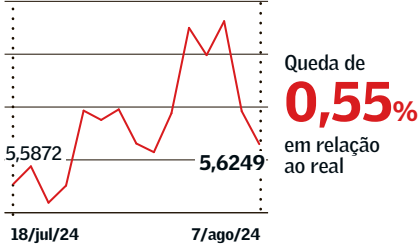
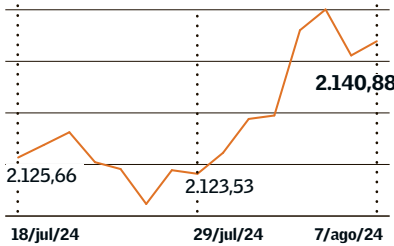
INÊS 249

Ibovespa
Em pontos

127.652
127.514
Alta de **0,99%**
18/jul/24 7/ago/24

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 7/ago24 - em %

Bolsa	Variação
Dow Jones	-0,60
S&P 500	-0,77
Euronext 100	2,17
DAX	1,50
CAC-40	1,91
Nikkei-225	1,19
SSE Composite	0,09

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99

Mercados Moedas emergentes avançam após autoridade japonesa dizer que pode interromper aperto; dólar cai pelo 2º dia e volta a R$ 5,62

Banco do Japão traz fôlego adicional para ativos de risco

Gabriel Roca, Maria Fernanda Salinet, Gabriel Caldeira e Igor Sodré
De São Paulo

A sessão de ontem foi marcada pela continuidade do alívio nos mercados globais, com recuperação dos índices acionários ao redor do mundo e de avanço de moedas emergentes frente ao dólar. Com os agentes financeiros ainda aguardando mais evidências para entender se a economia americana está, de fato, desacelerando mais do que o esperado, o sinal dado por um dirigente do Banco do Japão (BoJ, o banco central japonês), de que o aperto monetário no país pode ser interrompido, foi a senha para que os investidores retomassem a demanda por ativos de risco.

Assim, o dólar à vista fechou em queda de 0,55%, cotado a R$ 5,6249, após ter furado a barreira dos R$ 5,60 nas mínimas do dia. Já o Ibovespa subiu 0,99% e encerrou a sessão aos 127.514 pontos.

Durante a madrugada, o vice-presidente do Banco do Japão (BoJ), Shinichi Uchida, afirmou que a autoridade monetária não elevará os juros enquanto os mercados estiverem instáveis. A declaração provocou nova rodada de alívio para os ativos de risco , que operaram em alta durante boa parte do dia.

"As declarações de Uchida não significam necessariamente que o ciclo de alta de juros no Japão já tenha terminado antes mesmo de ele ter realmente começado. Mas elas mostram que o BoJ não apenas reage com sensibilidade se o iene se desvalorizar muito rapidamente, mas também se ele se valorizar muito rapidamente", diz Antje Praefcke, analista sênior de câmbio do Commerzbank.

No entanto, pela tarde, um leilão de títulos de 10 anos do Tesouro americano teve demanda fraca, contribuindo para uma alta nas taxas dos Treasuries e interrompendo o avanço das bolsas. O rendimento da T-note de 10 anos subiu de 3,897% para 3,954%.

Assim, o índice Dow Jones teve queda de 0,60%, o S&P 500 caiu 0,77% e o Nasdaq recuou 1,05%. As ações de tecnologia, que mostravam ganhos expressivos no início do dia, também passaram para o campo negativo. Nvidia recuou 5,08%, enquanto Meta Platforms teve queda de 1,05% e a Advanced Micro Devices (AMD) caiu 1,16%.

Ainda que o contratempo nos EUA tenha limitado o avanço dos índices, no mundo emergente, o desempenho dos ativos foi melhor. Isso porque esta classe de ativos vinha sendo mais afetada pelo desmonte forçado de posições de "carry trade". A estratégia busca obter lucros ao tomar empréstimos em países que têm juros baixos e investir em mercados com juros elevados.

Com o sinal emitido pela autoridade japonesa, o dólar acabou se valorizando de maneira expressiva frente ao iene, contribuindo para o alívio em moedas emergentes. Perto do horário de fechamento dos mercados locais, o dólar subia 1,32% frente ao iene e recuava 1,70% ante o peso mexicano.

O responsável pela mesa de ações do BTG Pactual, Jerson Zanlorenzi, ressalta que o Ibovespa acabou caindo menos que o S&P 500 nos últimos dias, já que os sinais de uma crise nos mercados pareciam exagerados e os índices acionários americanos também vinham de um desempenho robusto nos últimos meses. "A turma reduziu posição, fica nítido até pela performance aqui, porque quando o movimento é por fundamentos, os emergentes costumam ter um desempenho pior. Nesse caso, os investidores de países mais desenvolvidos ficaram mais cautelosos", diz.

Outro fator que ajuda o Ibovespa a ter um melhor desempenho, mesmo que Wall Street sofra perdas, é o investidor estrangeiro estar com baixa alocação no Brasil. "Está todo mundo alocado em 'big techs', com pouca alocação em Brasil e a bolsa está muito barata. Tem que estar em um humor muito ruim para desalocar o pouco que se tem. Isso tem ajudado o Brasil a passar por essa turbulência internacional", avalia Zanlorenzi.

0,99%
foi a alta do Ibovespa ontem, que voltou a 127.514 pontos

Apesar do bom desempenho da bolsa, o real vem ganhando protagonismo nos últimos dias, diante da percepção de que o Copom pode vir a ter que elevar a Selic para conter uma desancoragem adicional nas expectativas de inflação, caso o dólar suba ainda mais.

O Bradesco mantém um cenário-base de que o BC não irá elevar a taxa Selic. "Uma premissa central do nosso cenário é que o câmbio irá se valorizar até o final do ano, para algo entre R$ 5,30 a R$ 5,40. O comportamento recente tem sido muito mais adverso, com a moeda superando o patamar de R$ 5,70. Se esse patamar permanecer, o risco de repasse de preços se amplia e, consequentemente, o de um efeito secundário sobre a inflação", diz a equipe do banco.

"Em uma simulação alternativa, com câmbio estável em R$ 5,60 até o fim do próximo ano, nossa estimativa de inflação se aproxima de 4,0% ao fim de 2025. Ou seja, a combinação de patamares mais depreciados da moeda e expectativas de inflação mais desancoradas ao longo do horizonte relevante do Copom pode levar a um contexto em que o BC opte por elevar os juros", concluem.

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Jerson Zanlorenzi, da mesa de ações do BTG Pactual: sinais de crise nos mercados pareciam exagerados

Reversão de 'carry trade' com ienes ainda ameaça mercados

Leo Lewis e David Keohane
Financial Times, de Tóquio

O desmonte internacional da maior operação de "carry trade", que ganha com a diferença de juros entre diferentes países, tem potencial para desestabilizar ainda mais os mercados financeiros, segundo analistas, uma vez que o fortalecimento da moeda japonesa tem obrigado especuladores a desfazer apostas que poderiam chegar a centenas de bilhões de dólares.

Nos últimos três anos, a versão em ienes para operações que consistem em captar dinheiro em um país com juros baixos para investir em ativos que oferecem retornos mais altos teve um crescimento explosivo, graças aos juros baixíssimos do Japão.

A valorização do iene, impulsionada pela elevação na semana passada da taxa básica de juros pelo Banco do Japão (BoJ), a autoridade monetária do país, obrigou fundos hedge e outros investidores a rapidamente desfazer suas operações. Isso teve influência na recente turbulência dos mercados, inclusive na onda desenfreada de vendas na segunda-feira, quando investidores se apressaram em vender ativos que haviam comprado após captarem empréstimos em ienes.

"Você não pode desfazer o maior carry trade que o mundo já viu sem cortar algumas cabeças", disse Kit Juckes, estrategista cambial do Société Générale.

Estimativas apontam que as operações de carry trade com ienes se tornaram uma das maiores apostas do tipo na história, com a captação barata na moeda japonesa sendo redirecionada para todo tipo de ativo, desde ações nos EUA e moedas em países emergentes como peso mexicano até ações e imóveis em Taiwan.

É difícil estimar o tamanho das apostas, dizem analistas, em razão de sua escala e da disseminação do uso pelos mais variados tipos de investidores, desde fundos hedge e escritório de gestão de patrimônio familiar até gestoras de private equity e empresas japonesas.

Embora uma parte dessas operações envolva fundos hedge e outros investidores de curto prazo financiando apostas especulativas com empréstimos captados em ienes, elas também foram feitas por investidores pessoa física e empresas japonesas que usaram recursos locais para investir no exterior.

"A verdade sobre o carry trade em ienes é que ninguém sabe o quão grande ele é ou quanto já foi desfeito"
Benjamin Shatil

Nesta semana, em teleconferência com clientes, James Malcolm, estrategista global do UBS, estimou em cerca de US$ 500 bilhões o tamanho acumulado do carry trade dólar-iene construído desde 2011, com cerca da metade disso tendo sido feita nos últimos dois a três anos. Ele calcula que cerca de US$ 200 bilhões dessas posições foram desmontadas nas últimas semanas, em torno a 75% do total que acabará sendo desfeito, segundo suas previsões.

Uma autoridade japonesa de alto escalão disse que "houve muito uso irracional do carry trade nos últimos anos, então era inevitável que houvesse uma grande reversão disso em algum momento".

De acordo com o Banco de Compensações Internacionais (BIS), os empréstimos em ienes entre fronteiras — nem todos usados necessariamente em carry trade — aumentaram em US$ 742 bilhões desde o fim de 2021. Os empréstimos entre fronteiras com origem no Japão atingiram 157 trilhões de ienes (US$ 1 trilhão) em março de 2024, um aumento de 21% desde 2021, segundo analistas do ING.

Essa recente dinâmica foi alterada radicalmente quando as autoridades japonesas intervieram para fortalecer o iene e, na semana passada, quando o BoJ impactou o mercado com uma elevação inesperada nos juros básicos e deu fortes indicações de que haveria mais por vir.

Alguns analistas e operadores suspeitam que a maioria das apostas mais especulativas feitas com captações em ienes já foi liquidada. Outros acreditam que ainda pode haver um volume grande de liquidações por vir, uma vez que as vendas feitas por fundos hedge também estão passando a ser executadas por investidores de "dinheiro real".

"A verdade sobre o carry trade em ienes é que ninguém sabe exatamente o quão grande ele é ou quanto já foi desfeito. Mas, a esta altura, sem dúvida há uma sensação de que algumas das apostas vendidas em ienes mais instáveis que estavam financiando operações especulativas foram eliminadas", disse Benjamin Shatil, estrategista cambial do J.P. Morgan.

A operação de carry trade baseada em dinheiro agora provavelmente já deixou seu pico para trás, "mas ainda tem um longo caminho a percorrer", diz Shatil.

Em nota após o aumento dos juros pelo BoJ, o analista de câmbio Osamu Takashima, do Citigroup, previu que "o ajuste atual é apenas o começo do fim". Ele estima que a cotação da moeda americana poderia cair para 129 ienes por dólar, em 2026, e para 116 ienes, em 2027. Hoje, gira em torno de 147 ienes.

Uso do cartão de crédito sobe 14% no 2º tri e puxa resultado do setor

Mariana Ribeiro
De São Paulo

O setor de cartões teve um desempenho acima do esperado no segundo trimestre, à medida em que os bancos começam a retomar o apetite pelo crédito. O débito, por sua vez, voltou a andar de lado, mostram dados divulgados ontem pela Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs).

No período, o volume total transacionado com cartões totalizou R$ 1 trilhão, crescimento de 11% na comparação com igual período de 2023. Do total, R$ 662,7 bilhões se referem a cartões de crédito (alta de 14,2%). O débito totalizou R$ 245 bilhões (aumento de 0,1%) e os pré-pagos, R$ 93 bilhões (crescimento de 22,1%).

O presidente da Abecs, Giancarlo Greco, que é também CEO da Elo, afirmou que o crédito teve um crescimento surpreendentemente positivo, ficando acima das expectativas para o ano. Ele destacou que a modalidade tem se beneficiado de um ciclo de crédito mais favorável. "Isso já pode ser visto nas divulgações dos resultados dos bancos", afirmou.

No primeiro semestre, o volume transacionado cresceu 11,2%, para R$ 2 trilhões. Historicamente, acrescentou Greco, os últimos seis meses do ano são melhores do que os primeiros e, assim, é esperado um segundo semestre mais forte. A Abecs estima que as transações via cartões somarão entre R$ 4,05 trilhões e R$ 4,12 trilhões em 2024, uma alta de 8,5% a 10,5% sobre o ano anterior. Em 2023, o crescimento foi de 10,1%.

Uso do cartão
Crédito puxa valor transacionado por cartões no 2º tri - em R$ bilhões

Tipo de cartão	Valor transacionado	Variação em 12 meses (%)
Cartão de crédito	663	14,2
Cartão de débito	245	0,1
Cartão pré-pago	93	22,1
Total	1.000	11,0

Fonte: Abecs

Questionado sobre se o Pix por Aproximação, que está em desenvolvimento, poderia afetar ainda mais o desempenho do débito, Greco disse que o lançamento pode tirar "um pouco do negócio da modalidade, mas que o pagamento instantâneo traz benefícios para o setor de cartões em geral. "Quem mais perdeu desde o lançamento do Pix foi o papel moeda."

O uso de cartões em compras não presenciais, por sua vez, somou R$ 460,3 bilhões no primeiro semestre, uma alta de 18,8% sobre o mesmo período do ano passado. Foram R$ 444 bilhões por meio do crédito, um avanço de 19%. Em cartões de débito, foram movimentados R$ 7,3 bilhões, avanço de 15,5%, e, em pré-pagos, R$ 8,9 bilhões, aumento de 13,3%.

Greco destacou que o crescimento do débito em transações remotas já reflete as iniciativas que vêm sem sendo tomadas pela indústria para melhorar a experiência de uso do portador com a modalidade nesses casos. "Estamos muto otimistas com esse crescimento", disse. A indústria tem implementado uma série de medidas para impulsionar o uso do débito no universo on-line, já que ele nunca foi bem aceito. Entre as ações já anunciadas estão o Click to Pay, carteira digital capitaneada pelas bandeiras, e o débito sem senha para transações de baixo valor no e-commerce.

R$ 1 tri
foi o giro com cartões no 2º trimestre

Os dados também mostraram crescimento dos pagamentos por aproximação, que somaram R$ 644,2 bilhões no primeiro semestre, alta anual de 52,9%. Em junho, representaram 61,1% das transações presenciais, contra uma fatia de 48,4% um ano antes.

Ontem, a Abecs divulgou medidas que estão sendo tomadas pela indústria para aumentar segurança e eficiência. O presidente da Mastercard Brasil, Marcelo Tangioni, afirmou que o setor está investigando, de forma conjunta, práticas irregulares no uso de cartões. A iniciativa se dedicou primeiramente à apuração das práticas relacionadas ao saque do limite do cartão, ou seja, quando é concedido um empréstimo a partir da simulação de uma compra. Segundo ele, foram identificadas quatro operações consideradas irregulares. Agora, a ideia é expandir esse piloto e passar a incluir também outras possíveis irregularidades.

Outros projetos visam desenvolver um sistema de compartilhamento de informações sobre fraudes entre os elos da cadeia e auxiliar a indústria na padronização de serviços e homologação de empresas para prestação de serviços de fiscalização e auditoria.

Balanço CEO do banco, Milton Maluhy diz que a instituição vive um 'alinhamento perfeito de astros'

Itaú vê espaço para elevar mais a rentabilidade

Álvaro Campos e Mariana Ribeiro
De São Paulo

O Itaú Unibanco confirmou, no segundo trimestre, o status de maior rentabilidade entre os grandes bancos. O retorno sobre o patrimônio líquido (ROE, na sigla em inglês), alcançou 22,4%, o maior desde o fim de 2019. Mesmo assim, uma série de fatores deve fazer com que o indicador continue crescendo, num momento que o CEO do banco, Milton Maluhy Filho, definiu como um "alinhamento perfeito de astros" para a instituição financeira.

Um desses fatores é a maior disposição do Itaú para retomar linhas de maior retorno — e risco —, incluindo cartão de crédito. Esse apetite vem à medida que o banco conclui o ajuste na sua carteira depois da alta da inadimplência de pessoas físicas e de casos corporativos problemáticos. Isso deve colaborar para impulsionar a margem financeira e elevar a rentabilidade.

O diretor de estratégia corporativa e relações com investidores, Renato Lulia, disse que a carteira de cartões, que ficou estável no trimestre, pode ter atingido "um ponto de inflexão". "A carteira para de cair e fica de lado, o que pode possibilitar crescimento a partir do próximo trimestre", afirmou.

Outro aspecto que pode favorecer a rentabilidade é a gestão do excesso de capital com o qual o banco opera atualmente. Sem ele, o ROE do segundo trimestre teria sido de 25,7%. A expectativa é que o Itaú pague dividendos extraordinários neste ano, ajudando a reduzir essa "gordura" de capital.

Um terceiro fator é o superapp lançado pelo Itaú, que vai fundir seis aplicativos em um só e trazer para "dentro do banco" 15 milhões de clientes que hoje só consomem um produto. Maluhy disse que o projeto é "transformacional" e que ficará frustrado se não der resultados.

A aceitação, segundo o executivo, tem sido boa. Dos clientes convidados a experimentar o superapp, 98% aceitam. Com isso, a migração de 2,5 milhões de usuários prevista para ocorrer neste ano, pode ser acelerada.

No curto prazo, o Itaú pode receber um impulso até de Americanas. No resultado do quarto trimestre de 2022, o banco provisionou — retroativamente — 100% da sua exposição à varejista, com um impacto de R$ 1,3 bilhão. Agora que a companhia terminou o processo de reestruturação da dívida, as provisões podem ser revertidas, com um "recebimento relevante" nos próximos trimestres, segundo o CEO do banco. Como parte das provisões foi classificada na época como complementar, é possível que o Itaú decida não revertê-las de forma integral. Ainda assim, algum impacto no lucro é esperado.

Em relatórios, os analistas foram unânimes em elogiar praticamente todos os pontos do balanço do Itaú, que pela primeira vez lucrou R$ 10 bilhões em um único trimestre. Alguns classificaram o resultado como "olímpico" e com um equilíbrio muito bom entre crescimento e rentabilidade.

Para a XP, houve um forte desempenho em todos os segmentos. Enquanto o banco de atacado entregou retorno recorrente sobre o capital médio alocado de 28,3%, o varejo aumentou a rentabilidade em 5,9 pontos percentuais em um ano, para quase 23,5%. "Esse forte desempenho reforça nossa visão positiva em relação ao Itaú, que melhorou seu negócio de varejo e manteve a rentabilidade da unidade de negócios de atacado. Como resultado, continuamos confiantes de que o Itaú está apto a manter a lucratividade líder entre os bancos estabelecidos."

Questionado sobre o aumento da volatilidade nos mercados financeiros doméstico e externo e o risco de alta da taxa Selic, Maluhy afirmou que banco não vê "nenhuma razão para recalibrar o apetite ao risco", embora se mantenha sempre "vigilante".

Para o executivo, a chance de recessão nos Estados Unidos é baixa e a redução de juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano) pode ajudar o Brasil, inclusive o câmbio, com reflexo na inflação. Segundo Maluhy, a questão fiscal sempre gera algum prêmio de risco, mas o governo tem feito um esforço para controlar as contas públicas.

DIVULGAÇÃO
Lulia, diretor de RI do Itaú: ponto de inflexão na carteira de cartões

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 07/08/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	16.077,0507500	0,05	0,23	5,73
IRF-M	1+**	20.418,6151010	0,12	0,61	2,39
IRF-M	Total	18.546,6128680	0,10	0,48	3,36
IMA-B	5***	9.412,5494670	0,07	0,56	4,85
IMA-B	5+****	11.533,3132270	0,12	1,38	-0,62
IMA-B	Total	10.101,6331450	0,10	0,98	1,96
IMA-S	Total	6.807,5206040	0,04	0,20	6,53
IMA-Geral	Total	8.292,7204100	0,07	0,49	4,31

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	24/07	23/07	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	31,50	32,30	31,19	29,38	32,70	33,04
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	24,54	24,92	25,63	24,27	26,45	25,03
Conta garantida pré - a.a.	48,79	48,79	48,01	47,85	52,00	47,80
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,70	21,50	21,62	21,65	21,70	26,12
Vendor pré - a.a.	15,60	15,46	17,59	16,40	15,40	18,87
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	17,65	17,24	15,32	18,22	19,48	19,21
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	19,64	19,20	18,04	17,78	17,78	18,22
Conta garantida pós - a.a.	24,42	24,93	23,74	24,76	24,96	26,52
ACC pós - a.a.	8,28	8,26	8,29	8,34	8,65	8,64
Factoring - a.m.	3,27	3,25	3,23	3,27	3,26	3,49

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	07/08/24	06/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3300	5,3800	5,3800	5,3200	5,3000
1 mês	-	5,3529	5,3512	5,3512	5,3367	5,1564
3 meses	-	5,3639	5,3612	5,3612	5,3542	5,1184
6 meses	-	5,3917	5,3905	5,3905	5,3869	4,9536
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6630	3,6530	3,6530	3,6620	3,6530
1 mês	-	3,6683	3,6681	3,6681	3,7078	3,4480
3 meses	-	3,7785	3,7943	3,7943	3,8554	3,2885
6 meses	-	3,8700	3,8781	3,8781	3,9093	2,9946
1 ano	-	3,9116	3,9106	3,9106	3,8927	2,0003
Euribor ***						
1 mês	-	3,558	3,630	3,630	3,628	3,638
3 meses	-	3,523	3,647	3,647	3,699	3,754
6 meses	-	3,397	3,579	3,579	3,675	3,949
1 ano	-	3,138	3,390	3,390	3,599	4,055
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
T-Bill (1 mês)	5,34	5,33	5,37	5,37	5,36	5,39
T-Bill (3 meses)	5,22	5,23	5,27	5,27	5,34	5,44
T-Bill (6 meses)	4,95	4,95	5,09	5,09	5,29	5,50
T-Note (2 anos)	3,99	3,98	4,26	4,26	4,63	4,77
T-Note (5 anos)	3,78	3,73	3,91	3,91	4,24	4,17
T-Note (10 anos)	3,96	3,89	4,03	4,03	4,28	4,10
T-Bond (30 anos)	4,26	4,18	4,31	4,31	4,47	4,27

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	ago/24*	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	Acumulado Ano*	Acumulado 12 meses**
Selic	0,20	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	6,38	11,50
CDI	0,20	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	6,38	11,50
CDB (1)	0,72	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	6,04	10,12
Poupança (2)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,24
Poupança (3)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,24
IRF-M	0,48	1,34	-0,29	0,66	-0,52	0,54	3,36	8,37
IMA-B	0,98	2,09	-0,97	1,33	-1,61	0,08	1,96	4,38
IMA-S	0,20	0,94	0,81	0,83	0,90	0,86	6,53	11,71
Renda Variável								
Ibovespa	-0,11	3,02	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	-4,97	4,68
Índice Small Cap	2,16	1,47	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	-11,73	-13,36
IBrX 50	-0,40	3,15	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	-3,55	6,82
ISE	2,24	2,84	1,10	-3,61	-6,02	1,21	-5,52	-4,44
IMOB	3,06	4,82	1,06	-0,73	-11,56	1,10	-10,16	-8,60
IDIV	-0,55	1,90	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	-2,11	11,06
IFIX	-0,48	0,53	-1,04	0,02	-0,77	1,43	1,13	5,25
Dólar Ptax (BC)	-0,93	1,86	6,05	1,35	3,51	0,26	15,86	19,42
Dólar Comercial (mercado)	-0,52	1,18	6,46	1,09	3,54	0,86	15,92	19,56
Euro (BC) (4)	-0,01	2,92	4,73	2,89	2,37	0,07	14,51	17,29
Euro Comercial (mercado) (4)	0,41	2,23	5,07	2,79	2,43	0,71	14,41	17,68
Ouro (BC)	-2,00	5,98	5,97	2,87	7,18	8,62	34,43	46,76
Inflação								
IPCA (5)	-	0,33	0,21	0,46	0,38	0,16	2,82	4,45
IGP-M	-	0,61	0,81	0,89	0,31	-0,47	1,71	3,82

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Rendimento até o dia 7/ago. ** Até jul/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,33% para o mês de julho

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 02/08/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentab. nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Captação líquida estimada - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.601.423,38					1.308,86	3.006,29	259.330,37	258.885,23
RF Indexados (2)	144.019,57	0,45	0,64	4,09	8,17	32,08	-379,56	-12.701,17	-15.767,75
RF Duração Baixa Soberano (2)	682.255,00	0,04	0,07	5,76	10,61	-1.951,30	-2.933,41	36.863,40	38.843,18
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	875.842,64	0,04	0,08	6,58	12,11	1.377,19	3.900,81	70.762,04	76.747,57
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	186.560,31	0,04	0,05	6,65	12,18	770,74	1.013,58	78.373,56	83.462,05
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	170.231,38	0,15	0,21	5,46	9,35	-23,63	136,95	-3.845,03	-5.010,30
RF Duração Livre Soberano (2)	218.240,53	0,14	0,21	5,50	10,08	143,79	-777,25	-12.396,63	-29.864,02
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	652.722,45	0,09	0,16	5,95	10,87	964,06	1.979,43	-28.922,46	-42.332,26
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	382.638,32	0,20	0,28	6,09	11,44	135,92	231,37	93.763,23	138.514,50
Ações	612.895,45					-8,05	-459,56	-4.545,81	37.021,92
Ações Indexados (2)	10.123,45	-1,13	-1,32	-6,13	3,84	27,79	147,14	266,28	-867,07
Ações Índice Ativo (2)	29.978,31	-0,56	-0,76	-6,56	1,77	-11,04	-216,58	-5.532,52	-5.300,41
Ações Livre	223.181,86	-0,33	-0,38	-3,33	3,74	-8,32	-161,52	-933,97	-6.477,09
Fechados de Ações	123.118,20	-0,46	-0,33	-5,07	-4,45	1,64	2,96	-1.919,56	29.630,27
Multimercados	1.658.999,89					-1.238,94	-2.401,70	-106.831,28	-232.149,80
Multimercados Macro	141.569,30	-0,04	0,06	2,23	6,35	-570,25	-779,95	-36.947,13	-58.910,80
Multimercados Livre	627.056,81	0,09	0,24	4,77	8,97	-695,20	-1.358,36	-17.076,94	-72.713,44
Multimercados Juros e Moedas	48.674,05	0,13	0,19	5,81	11,01	-31,95	-26,87	-9.325,64	-15.586,52
Multimercados Invest. no Exterior (2)	759.859,38	-0,10	0,43	6,47	12,46	43,46	-237,87	-44.557,13	-80.941,02
Cambial	6.500,95	-0,19	1,64	21,93	26,13	18,92	19,61	-661,44	-1.469,33
Previdência	1.457.169,14					396,07	1.225,57	24.321,09	41.822,37
ETF	43.401,70					234,11	67,64	-2.459,59	-3.746,01
Demais Tipos	2.054.416,31					252,98	829,73	66.404,05	72.152,83
Total Fundos de Investimentos	**7.380.390,51**					**710,97**	**1.457,85**	**169.153,35**	**100.364,37**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.778.431,69**					**1.010,78**	**2.149,08**	**85.216,79**	**145.930,78**
Total Fundos Off Shore (4)	**50.481,47**					-	-	-	-
Total Geral	**9.209.303,67**					**1.721,75**	**3.606,93**	**254.370,14**	**246.295,16**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de junho de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	07/08/24	06/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,25
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	0,9071	1,1375
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	0,9071	1,1375
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	9,03
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,7228
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,37
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9768
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,48	10,49	10,50	10,50	10,44	12,87
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,82	10,84	10,83	10,83	10,59	12,25
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,42	10,42	10,42	10,42	10,42	13,13
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,45	10,46	10,45	10,45	10,43	13,01
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,51	10,50	10,50	10,50	10,45	12,88
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,60	10,60	10,59	10,59	10,48	12,67
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,84	10,81	10,81	10,81	10,60	12,27
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,29	11,34	11,38	11,38	10,96	11,17

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 07/08/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	99.295,20	10,409	99.968	10,406	10,412	10,412
Vencimento em out/24	98.475,48	10,436	117.955	10,428	10,440	10,440
Vencimento em nov/24	97.578,41	10,477	8.979	10,458	10,496	10,494
Vencimento em dez/24	96.822,77	10,567	10.427	10,540	10,585	10,575
Vencimento em jan/25	95.975,61	10,681	494.298	10,650	10,695	10,690
Vencimento em fev/25	95.082,58	10,791	1.067	10,760	10,790	10,790
Vencimento em mar/25	94.248,75	10,922	1.528	10,865	10,930	10,925
Vencimento em abr/25	93.459,99	11,023	184.963	10,965	11,045	11,040
Vencimento em mai/25	92.644,56	11,094	3.581	11,030	11,120	11,120
Vencimento em jun/25	91.785,72	11,169	544	11,105	11,175	11,165
Vencimento em jul/25	90.963,83	11,243	266.800	11,165	11,270	11,265

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	5.641,86	-0,36	289.495	5.611,00	5.655,00	5.654,00
Vencimento em out/24	5.658,92	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	5.678,75	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.695,53	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jan/25	5.715,19	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	6.169,23	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	6.196,15	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	6.227,70	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	127.730	1,04	78.520	126.840	127.880	127.690
Vencimento em out/24	129.810	1,04	30	129.150	129.360	129.210
Vencimento em dez/24	131.907	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 07/08/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,6087	5,6093	-0,77	-0,93	15,86	14,45
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,6243	5,6249	-0,55	-0,52	15,92	14,92
Dólar Turismo (R$/US$)	5,6624	5,8424	-0,39	-0,27	15,75	14,91
Euro (BC) - (R$/€)	6,1269	6,1282	-0,78	-0,01	14,51	13,66
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,1427	6,1434	-0,63	0,41	14,41	14,07
Euro Turismo (R$/€)	6,2095	6,3895	-0,60	0,42	13,95	13,81
Euro (BC) - (US$/€)	1,0924	1,0925	-0,01	0,93	-1,17	-0,69
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	432,1032	432,1495	-0,46	-2,00	34,43	41,96
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.382,50	-0,07	-2,59	15,36	23,02
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.392,85	-0,88	-1,11	16,02	23,54

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. [1] Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	07/08/24	06/08/24	No fim de jul/24	No fim de dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	164.328,55	163.242,52	164.489,50	173.997,89	0,67	-0,10	-5,56
Valor-Coppead Mínima Variância	99.465,95	99.286,06	101.224,36	93.533,91	0,18	-1,74	6,34

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 07/08/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainability linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 07/08/24

Índice	07/08/24	06/08/24	Em 31/07/24	Em 29/12/23	Em 07/08/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	174,40	174,83	185,23	165,54	157,41	-0,25	-5,84	5,36	10,80
S&P BNY Emergentes	334,67	334,66	350,11	312,75	303,10	0,00	-4,41	7,01	10,41
S&P BNY América Latina	185,13	183,26	189,19	225,28	202,52	1,02	-2,15	-17,82	-8,59
S&P BNY Brasil	183,96	182,19	186,11	232,95	201,88	0,97	-1,15	-21,03	-8,87
S&P BNY México	286,62	282,17	295,36	331,67	325,97	1,58	-2,96	-13,58	-12,07
S&P BNY Argentina	213,53	210,78	223,58	178,27	146,04	1,30	-4,50	19,78	46,22
S&P BNY Chile	131,25	131,14	139,05	162,12	173,16	0,09	-5,61	-19,04	-24,20
S&P BNY Índia	2.998,65	2.978,93	3.096,48	2.923,01	2.845,19	0,66	-3,16	2,59	5,39
S&P BNY Ásia	202,54	202,54	218,49	189,60	184,01	0,00	-7,30	6,82	10,07
S&P BNY China	300,14	301,82	306,01	336,11	362,12	-0,56	-1,92	-10,70	-17,12
S&P BNY África do Sul	203,42	208,12	221,65	199,87	205,30	-2,26	-8,22	1,78	-0,91
S&P BNY Turquia	35,69	34,77	36,85	22,45	22,12	2,65	-3,13	58,97	61,35

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
21/07 a 21/08	0,0708	0,5712	0,5712	0,8087
22/07 a 22/08	0,0745	0,5749	0,5749	0,8457
23/07 a 23/08	0,0745	0,5749	0,5749	0,8461
24/07 a 24/08	0,0754	0,5758	0,5758	0,8470
25/07 a 25/08	0,0710	0,5714	0,5714	0,8105
26/07 a 26/08	0,0673	0,5676	0,5676	0,7737
27/07 a 27/08	0,0671	0,5674	0,5674	0,7716
28/07 a 28/08	0,0708	0,5712	0,5712	0,8085
29/07 a 29/08	0,0745	0,5711	0,5711	0,8454
30/07 a 30/08	0,0744	0,5711	0,5711	0,8452
31/07 a 31/08	0,0743	0,5711	0,5711	0,8442
01/08 a 01/09	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080
02/08 a 02/09	0,0668	0,5671	0,5671	0,7689
03/08 a 03/09	0,0668	0,5671	0,5671	0,7694
04/08 a 04/09	0,0705	0,5709	0,5709	0,8062
05/08 a 05/09	0,0742	0,5746	0,5746	0,8430
06/08 a 06/09	0,0742	0,5746	0,5746	0,8425

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 07/08/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	127.514	0,99	-0,11	-4,97	6,81
IBrX	53.854	0,96	-0,10	-4,60	7,25
IBrX 50	21.429	0,93	-0,40	-3,55	8,77
IEE	89.578	0,58	0,44	-5,66	1,86
SMLL	2.077	2,16	2,16	-11,73	-11,50
ISE	3.556	1,54	2,24	-5,52	-1,15
IMOB	908	2,83	3,06	-10,16	-7,54
IDIV	8.882	0,15	-0,55	-2,11	11,99
IFIX	3.349	0,06	-0,48	1,13	4,03
Variação % em dólares					
Ibovespa	22.733	1,77	0,83	-17,98	-6,67
IBrX	9.601	1,74	0,84	-17,66	-6,29
IBrX 50	3.820	1,71	0,54	-16,75	-4,96
IEE	15.970	1,36	1,39	-18,58	-11,01
SMLL	370	2,96	3,13	-23,81	-22,68
ISE	634	2,33	3,21	-18,45	-13,63
IMOB	162	3,63	4,03	-22,46	-19,21
IDIV	1.583	0,92	0,39	-15,52	-2,15
IFIX	597	0,84	0,46	-12,71	-9,11

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 30/07/24	Spread 29/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	412	408	4,0	9,0	67,0
África do Sul	328	323	5,0	1,0	2,0
Argentina	1.558	1.558	0,0	103,0	-349,0
Brasil	228	225	3,0	-3,0	33,0
Colômbia	314	312	2,0	8,0	49,0
Filipinas	83	81	2,0	15,0	25,0
México	190	186	4,0	4,0	23,0
Peru	108	106	2,0	6,0	6,0
Turquia	258	251	7,0	5,0	-18,0
Venezuela	19.547	19.429	118,0	978,0	-4.545,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano. Obs.: último dado disponível em 30/07/24

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
dez/23	355.034	26/07/24	361.948
jan/24	353.563	29/07/24	362.121
fev/24	352.705	30/07/24	362.220
mar/24	355.008	31/07/24	363.282
abr/24	351.599	01/08/24	364.304
mai/24	355.560	02/08/24	366.356
jun/24	357.827	05/08/24	366.751
jul/24	363.282	06/08/24	365.776

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	07/08/24	06/08/24	05/08/24	02/08/24	01/08/24	31/07/24
Índice	2.140,88	2.139,02	2.145,04	2.142,32	2.131,16	2.130,71
Var. no dia	0,09%	-0,28%	0,13%	0,52%	0,02%	0,21%
Var. no mês	0,48%	0,39%	0,67%	0,54%	0,02%	1,12%
Var. no ano	3,66%	3,57%	3,87%	3,73%	3,19%	3,17%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 07/08/24

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	35,5600	35,5900	0,15760	0,15770
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,6087	5,6093
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,5725	36,6642	0,1530000	0,1534000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	7,0000	0,8012	0,8189
Colon (Costa Rica)	522,1000	535,0000	0,010480	0,010740
Coroa (Dinamarca)	6,8306	6,8311	0,8211	0,8212
Coroa (Islândia)	138,0100	138,3000	0,04055	0,04064
Coroa (Noruega)	10,7703	10,7741	0,5206	0,5208
Coroa (Rep. Tcheca)	23,1260	23,1400	0,2424	0,2426
Coroa (Suécia)	10,4510	10,4541	0,5365	0,5367
Dinar (Argélia)	134,0420	135,3830	0,04143	0,04185
Dinar (Kuwait)	0,3060	0,3061	18,3231	18,3310
Dinar (Líbia)	4,8002	4,8225	1,1630	1,1686
Direitos Especiais de Saque ***	1,3334	1,3334	7,4786	7,4794
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6728	3,6732	1,5269	1,5273
Dirham (Marrocos)	9,8364	9,8414	0,5699	0,5703
Dólar (Austrália)***	0,6551	0,6552	3,6743	3,6752
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,6087	5,6093
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,7586	2,8072
Dólar (Canadá)	1,3729	1,3730	4,0850	4,0857
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,7170	6,7992
Dólar (Cingapura)	1,3275	1,3277	4,2244	4,2255
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,6087	5,6093
Dólar (Hong Kong)	7,7989	7,7990	0,7192	0,7192
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6008	0,6009	3,3697	3,3706
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7400	6,8260	0,8217	0,8322
Euro (Comunidade Européia)***	1,0924	1,0925	6,1269	6,1282
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,0817	3,1433
Franco (Suíça)	0,8652	0,8653	6,4818	6,4832
Guarani (Paraguai)	7568,5300	7572,3500	0,0007407	0,0007411
Hryvnia (Ucrânia)	40,8200	41,0500	0,1366	0,1374
Iene (Japão)	147,4200	147,4300	0,03804	0,03805
Lev (Bulgária)	1,7904	1,7909	3,1318	3,1330
Libra (Egito)	49,2200	49,3200	0,1137	0,1140
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000063	0,000063
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00043	0,00043
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2715	1,2716	7,1315	7,1328
Naira (Nigéria)	1480,0000	1630,0000	0,00344	0,00379
Lira (Turquia)	33,4467	33,4739	0,1676	0,1677
Novo Dólar (Taiwan)	32,6410	32,6590	0,17170	0,17180
Novo Sol (Peru)	3,7288	3,7309	1,5033	1,5043
Peso (Argentina)	936,0000	936,5000	0,00599	0,00599
Peso (Chile)	943,9000	944,7000	0,005937	0,005943
Peso (Colômbia)	4135,5000	4141,5000	0,001354	0,001356
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2337	0,2337
Peso (Filipinas)	57,6300	57,6500	0,09729	0,09733
Peso (México)	19,2300	19,2370	0,2916	0,2917
Peso (Rep. Dominicana)	59,3800	59,7600	0,09385	0,09446
Peso (Uruguai)	40,5000	40,5300	0,13840	0,13850
Rande (África do Sul)	18,3832	18,3911	0,3050	0,3051
Rial (Arábia Saudita)	3,7541	3,7545	1,4939	1,4942
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001335	0,0001336
Ringgit (Malásia)	4,4920	4,5010	1,2461	1,2487
Rublo (Rússia)	85,7455	85,7545	0,06540	0,06542
Rúpia (Índia)	83,8850	83,9400	0,06682	0,06687
Rúpia (Indonésia)	16030,0000	16040,0000	0,0003497	0,0003499
Rúpia (Paquistão)	278,7000	278,8000	0,02012	0,02013
Shekel (Israel)	3,7896	3,7934	1,4785	1,4802
Won (Coréia do Sul)	1374,9600	1375,5200	0,004078	0,004080
Yuan Renminbi (China)	7,1760	7,1778	0,7814	0,7817
Zloty (Polônia)	3,9579	3,9595	1,4165	1,4172

	Cotações Ouro Spot (2)	Cotações Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	2395,59	0,01298	432,1032	432,1495

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	07/08/24	06/08/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Em 12 meses Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	38.763,45	38.997,66	-0,60	-5,09	2,85	9,28	32.417,59	41.198,08
EUA	Nova York	Nasdaq-100	17.867,37	18.077,92	-1,16	-7,72	6,19	15,96	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	16.195,81	16.366,86	-1,05	-7,98	7,89	15,73	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.199,50	5.240,03	-0,77	-5,85	9,01	15,07	4.117,37	5.667,20
Canadá	Toronto	S&P/TSX	21.880,95	21.979,36	-0,45	-5,32	4,40	8,13	18.737,39	23.110,81
México	Cidade do México	IPC	52.680,90	52.399,63	0,54	-0,86	-8,20	-2,50	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	Feriado	1.296,79	-	-3,63	8,50	10,81	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	92.378,38	92.340,19	0,04	2,43	59,73	160,58	35.450,87	94.058,81
Chile	Santiago	IPSA	6.192,69	6.178,55	0,23	-3,85	-0,08	-1,99	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	28.239,08	Feriado	0,89	-4,39	8,78	18,62	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.452.160,78	1.457.570,97	-0,37	-3,69	56,20	220,99	452.400,89	1.715.609,97
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.432,71	1.402,32	2,17	-3,80	2,66	4,68	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	17.615,15	17.354,32	1,50	-4,83	5,15	10,43	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.266,01	7.130,04	1,91	-3,52	-3,67	-0,73	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	31.831,64	31.107,13	2,33	-5,72	4,88	11,50	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.994,30	3.887,99	2,73	-3,29	7,73	7,49	3.290,68	4.142,40
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.550,39	2.651,53	-3,81	-7,31	11,69	27,40	2.001,94	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	10.599,00	10.390,50	2,01	-4,21	4,92	13,25	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.394,29	1.367,78	1,94	-5,67	7,82	5,58	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	886,08	866,70	2,24	-3,75	12,62	14,76	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	71.554,39	70.321,83	1,75	-3,37	18,04	31,32	54.490,58	74.051,15
Polônia	Varsóvia	WIG	78.971,56	78.266,44	0,90	-6,37	0,65	11,47	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.575,30	6.455,97	1,85	-1,98	2,80	8,86	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.053,66	1.047,09	0,63	-2,13	-2,75	3,60	982,60	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.442,13	2.402,96	1,63	-6,41	1,83	10,51	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	11.843,18	11.510,46	2,89	-3,85	6,33	6,62	10.323,71	12.365,18
Turquia	Istambul	BIST 100	10.024,31	9.881,23	1,45	-5,77	34,19	34,19	7.260,44	11.172,75
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.970,26	1.935,80	1,78	-1,39	5,04	4,10	1.608,42	2.069,46
África do Sul	Joanesburgo	All Share	80.364,88	79.430,06	1,18	-2,90	4,52	4,35	69.451,97	82.765,12
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	35.089,62	34.675,46	1,19	-10,26	4,86	8,79	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	7.913,10	7.890,10	0,29	-4,90	1,07	5,23	6.960,20	8.343,80
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.566,10	1.567,03	-0,06	-2,77	-14,79	-23,90	1.433,10	2.057,82
China	Xangai	SSE Composite	2.869,83	2.867,28	0,09	-2,35	-3,53	-12,21	2.702,19	3.268,83
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.568,41	2.522,15	1,83	-7,30	-3,27	-0,48	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	16.877,86	16.647,34	1,38	-2,69	-0,99	-13,61	14.961,18	19.636,22
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	79.468,01	78.593,07	1,11	-2,78	10,01	20,49	63.148,15	81.867,55
Indonésia	Jacarta	JCI	7.212,13	7.129,22	1,16	-0,60	-0,83	4,73	6.642,42	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.290,55	1.274,01	1,30	-2,29	-8,85	-15,79	1.274,01	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	21.295,28	20.501,02	3,87	-4,07	18,76	25,30	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

Balanço Resultado da instituição financeira ficou acima do previsto pelos analistas graças a ganhos fortes de tesouraria, impulsionados pela subsidiária argentina

Banco Patagonia salva BB de novo, mas inadimplência acende alerta

Álvaro Campos e Mariana Ribeiro
De São Paulo

O Banco do Brasil superou as estimativas de lucro dos analistas no segundo trimestre, mas a abertura dos números não é tão positiva. A margem com clientes caiu, a inadimplência piorou e o banco elevou a projeção ("guidance") para provisões com devedores duvidosos (PDD) neste ano. O resultado foi ajudado, novamente, pelo desempenho bastante forte da margem com mercado, reflexo dos resultados acima do normal do Banco Patagonia, sua subsidiária na Argentina.

O BB registrou lucro líquido ajustado de R$ 9,502 bilhões no segundo trimestre, aumento de 2,2% ante o primeiro trimestre e de 8,2% em 12 meses. O ganho ficou acima da projeção de analistas ouvidos pelo **Valor**, de R$ 9,172 bilhões.

Segundo o BB, os resultados refletem "o sucesso da execução de uma estratégia direcionada à proximidade com o cliente e materializada, cada vez mais, na experiência 'fígital' e inovação, na concessão sustentável do crédito, na diversificação das receitas e na eficiência".

A margem financeira bruta atingiu R$ 25,549 bilhões, com retração trimestral de 0,7% e alta anual de 11,6%. O spread global ficou em 4,9%, de 5,1% no primeiro trimestre e 4,9% um ano antes. A margem com clientes atingiu R$ 19,852 bilhões, com queda de 2,1% no trimestre e 1,0% em um ano. Já a margem com mercado totalizou R$ 5,697 bilhões, com alta de 4,4% no trimestre e de 100,7% em um ano. Ela foi influenciada pelo resultado de tesouraria e pela maior margem do Banco Patagonia.

Enquanto isso, as despesas de PDD somaram R$ 7,807 bilhões no trimestre, com queda de 8,6% ante o trimestre imediatamente anterior e alta de 8,8% na comparação com igual período do ano passado. O resultado líquido no trimestre, segundo o BB, é fruto de uma despesa de R$ 9,610 bilhões no risco de crédito, R$ 272 milhões em perdas por imparidade e R$ 908 milhões em descontos concedidos, com um ganho de R$ 2,983 bilhões em créditos recuperados.

Junto com os resultados, o BB revisou para melhor o guidance para margem financeira bruta e para piorar as projeções para a PDD em 2024. A estimativa para a margem foi para o intervalo de 10% a 13% (de 7% a 11% antes). E para a PDD passou para a faixa entre R$ 31 bilhões e R$ 34 bilhões (de R$ 27 bilhões a R$ 30 bilhões antes).

O banco encerrou o segundo trimestre com inadimplência de 3,00%, ante 2,90% em março e 2,73% em junho do ano anterior. Em pessoa física, a inadimplência foi de 4,81%, ante 4,77% e 5,27%, na mesma base de comparação. Em empresas, atingiu 3,38%, de 3,19% e 2,58%. E no agronegócio, foi para 1,32%, de 1,19% e 0,58%. O índice de cobertura teve forte queda, passando para 191,3%, de 196,0% e 201,3%.

BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO

"Tivemos resultado histórico. Entregas potentes como essa são um momento de muito orgulho para nós"
Tarciana Medeiros

A chamada carteira de crédito ampliada atingiu R$ 1,183 trilhão em junho, alta de 3,9% no comparativo trimestral e de 13,2% em 12 meses. A carteira de pessoa física atingiu R$ 320,765 bilhões, com alta de 1,1% no trimestre e de 6,2% em 12 meses. De acordo com o banco, o resultado foi influenciado, principalmente, pelo desempenho do crédito consignado, que teve uma alta de 2,2% no trimestre e de 10,6% em um ano.

Em pessoas jurídicas, o portfólio somou R$ 421,072 bilhões, com altas de 7,0% e 13,2% em igual base de comparação, com destaque para operações de capital de giro (avanço de 2,7% no trimestre e de 7,8% no ano) e investimento (alta de 5,5% no trimestre e de 22,1% no ano). Em agro, houve avanço de 0,7% no trimestre e alta de 16,6% em 12 meses, a R$ 374,989 bilhões. "Na comparação com o trimestre anterior, destaque para os desempenhos de investimento (+2,2%) e títulos do agro (+5,1%)", diz o banco.

"O novo Plano Safra 2024/2025 disponibilizará o montante recorde de R$ 260 bilhões em recursos: R$ 26 bilhões destinados à agricultura familiar (Pronaf), R$ 24 bilhões para os médios produtores (Pronamp), R$ 142 bilhões reservados para a agricultura empresarial, e os demais R$ 68 bilhões serão destinados aos títulos do agro e cadeia de valor", aponta o banco.

Mesmo tendo mantido o guidance para a carteira geral inalterado, o BB elevou a expectativa para o crescimento da carteira de negócios sustentáveis, que passou para 9% a 13% (de 5% a 9% antes). Em junho, o banco alcançou R$ 358,4 bilhões nesse portfólio, o que significa um aumento de 11,5% em 12 meses. "Ainda em negócios sustentáveis, destaque para a captação de US$ 100 milhões no segundo trimestre deste ano, em operação, inédita no mundo, do tipo 'triple sustainable repo'. Com esta operação, o BB estabeleceu um novo marco no setor financeiro, já que a operação inaugura a atuação do banco sob o novo framework de dívidas vinculadas à sustentabilidade e enfatiza o papel significativo do Brasil no cenário de finanças sustentáveis globais", diz o comunicado de resultados.

As receitas de prestação de serviços somaram R$ 8,845 bilhões, aumento de 6,0% na comparação com o trimestre anterior e de 6,7% em 12 meses. As despesas administrativas atingiram R$ 9,245 bilhões, alta trimestral de 4,1% e anual de 4,9%. "O índice de eficiência acumulado em 12 meses foi de 25,5%, reflexo da boa geração de receitas e do controle das despesas", afirma o BB.

O retorno sobre patrimônio (mercado) ficou em 21,6% em junho, de 21,7% em março e 21,3% em junho de 2023. O índice de Basileia foi de 14,19%, ante 15,13% e 15,72% na mesma base de comparação.

Também ontem o BB informou que pagou ao Tesouro Nacional R$ 1 bilhão em instrumentos híbridos de capital e dívida (IHCD). O cronograma para devolução do IHCD foi definido pelos bancos públicos e o Tribunal de Contas da União (TCU) em abril de 2021. A dívida total do BB era de R$ 8,1 bilhões e os pagamentos anuais de R$ 1 bilhão começaram em 2022.

Pan quer avançar mais em crédito sem garantia

De São Paulo

O Banco Pan fechou o segundo trimestre com forte crescimento da carteira de crédito, hoje quase toda composta por linhas com garantia, como financiamento de veículos e consignado. Agora, a instituição financeira planeja tomar mais risco e avançar nas operações sem colateral.

O Pan pretende elevar a fatia de linhas sem garantia — que incluem cartão e diversos tipos de crédito pessoal — do nível atual de 5% para 10% da carteira em um ano. No médio prazo, esse patamar pode chegar a 15%, superando o pico de 12% atingido em 2021. O crédito sem garantia é mais arriscado, mas também mais rentável.

No segundo trimestre, o Pan emitiu 150 mil cartões de crédito, abaixo do nível do trimestre anterior, de 211 mil. "Em setembro vamos dar uma escalada nesse crescimento, com diversas ações de venda para cartão e crédito pessoal. Vamos continuar emitindo novos cartões, mas o foco principal é crescer dentro da base que a gente já tem", afirmou Carlos Eduardo Guimarães, presidente-executivo do Pan.

O banco registrou lucro líquido ajustado de R$ 211 milhões no trimestre, com alta de 10,5% em relação ao mesmo período de 2023. O número de clientes chegou a 30,1 milhões, com aumento de 15,8%. O retorno sobre patrimônio (ROE) ficou em 11,7%.

A carteira de crédito fechou junho em R$ 49,2 bilhões, avançando 7% no trimestre e 29% em um ano. A inadimplência estava em 6,9%, estável em relação a março e inferior aos 8% de junho de 2023. *(AC)*

INÊS 249

Bolsa Papel tinha grande volume alugado, mas forte compra da empresa e do controlador levaram a desmontagem das posições

Alvo de aposta de 'vendidos', Ambipar muda jogo e sobe 850% desde maio

Liane Thedim
Do Rio

Uma disputa entre "comprados" (que apostam na alta de uma ação) e "vendidos" (que ganham com a queda) na bolsa vem chamando a atenção no mercado financeiro. Nela, os comprados estão levando a melhor, porque estão concentrados em três forças poderosas: a própria empresa, a Ambipar; o controlador, Tércio Borlenghi Júnior; e uma gestora que pretende assumir um assento no conselho, a Trustee DTVM. O resultado desse jogo de poder é uma impressionante alta de 854% no preço dos papéis — de R$ 8,07 em 31 de maio para R$ 77 ontem, sendo que somente em julho a valorização foi de 291%.

Todos os demais números são superlativos. A média diária de negociação na B3 subiu de R$ 15,6 milhões em maio a R$ 171,8 milhões no mês passado e da taxa de aluguel, de 3,17% ao ano para 181,71% no período, segundo levantamento feito por Einar Rivero, sócio-fundador da Elos Ayta Consultoria, a pedido do **Valor**. Enrico Cozzolino, sócio e chefe da área de análise da Levante Investimentos, diz que é um caso clássico de "short squeeze", movimento anormal que faz com que os preços de um ativo disparem.

As ações da Ambipar vinham sofrendo desvalorização significativa desde 2022, após um agressivo programa de aquisições de empresas — 42 desde 2020, quando estreou na bolsa — que elevou o endividamento e reduziu o lucro. Em 2022, a queda foi de 22,8% e, em 2023, de 44,65%. Daniel Nogueira, coordenador de distribuição da InvestSmart, diz que a aposta entre investidores era que a empresa teria que rever sua estrutura de capital e que os papéis continuariam caindo, o que levou a um grande volume de aluguel de ações.

A operação de aluguel acontece quando o investidor acredita que o preço de uma ação vai cair, mas não tem o papel. Então ele aluga e paga uma taxa por isso. Ao fim do contrato ele tem que devolver as ações ao dono original. Como ele espera que o preço caia, o ganho acontece quando compra o papel mais barato do que vendeu, para devolver.

No fim de maio, a empresa anunciou que se comprometia a reduzir a alavancagem (relação dívida/Ebitda, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), que está em torno de 3 vezes, para 2,5 vezes, até metade de 2025, sem realizar novas aquisições. Para a receita líquida, a empresa fixou a meta de crescimento de 10% até 31 de dezembro de 2024. E, em 3 de junho, iniciou um programa de recompra de até 20,8 milhões de ações, equivalente a 37,35% dos ativos em circulação, o chamado "free float", a R$ 8,07, considerando o fechamento de 31 de maio deste ano. A companhia separou R$ 167,9 milhões para aquisições.

DIVULGAÇÃO

> "Quem estava alugando precisa comprar a qualquer preço para fechar o contrato"
> *Enrico Cozzolino*

A recompra de ações é uma prática comum no mercado e pode ter diferentes objetivos. Por exemplo, quando a empresa considera que o preço de seus papéis está abaixo do seu valor. Ou para aumentar o retorno de capital de seus acionistas, já que, ao cancelar as ações que comprou, aumenta a participação de cada um na companhia. As operações de recompra têm, por lei, limites máximos de quantidade e prazo.

No entanto, o mercado pareceu não reagir e a ação continuou patinando até dia 18 de junho, quando a trajetória de alta começou continuamente até agosto. Em paralelo à Ambipar, o controlador, Borlenghi Júnior, iniciou pesadas compras de ações. Sua fatia na empresa subiu de 66,7% para 73,14%. Em tesouraria, ficaram em torno de 2,74% e, em free float, 24,12%, segundo informe da companhia de 10 de julho. A Trustee, por sua vez, elevou em julho sua fatia de 6,60% para o atual patamar de 11,03%.

Todas as alterações na estrutura acionária foram comunicadas à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão regulador e fiscalizador do mercado, que, em 15 de julho e no dia 5 de agosto, enviou à empresa pedidos de esclarecimentos acerca da movimentação atípica das ações. Em resposta ao mais recente questionamento, a Ambipar afirma que investigou possíveis causas, sem nada encontrar, e atribui a alta ao programa de recompra de ações da empresa, aos esforços para redução da alavancagem, à "concretização de projetos para desmobilização de ativos" e até à proximidade do anúncio dos resultados do segundo trimestre, previsto para hoje.

Nogueira, da InvestSmart, faz uma conta simples: "Se tirar a Trustee e o que é do controlador sobram cerca de 13% do total de ações da empresa. E, dessa parcela, quase metade estava alugada em junho. "Quando há essa quantidade 'shorteada' com esse volume de compras do controlador e da Trustee já é suficiente para fazer o 'short squeeze'", acrescenta um gestor que não quis ser identificado.

Até maio, um terço do capital da Ambipar estava em circulação no mercado. O volume médio em aluguel de ações era de R$ 170 milhões, a uma taxa média de 36,78%, ainda segundo o levantamento de Rivero. Em julho, o volume financeiro médio em operações de aluguel subiu para R$ 231 milhões, a uma taxa de até 191% ao ano.

No entanto, o volume em reais cresceu no mês passado muito puxado pelo preço da ação, que disparou — em número de papéis caiu ao menor patamar desde agosto do ano passado, de acordo com levantamento de Cozzolino, da Levante. Em junho eram 18 milhões de ações alugadas. Em julho, o número caiu a 7,724 milhões e, nos primeiros dias de agosto, a 7,825 milhões.

"Quem estava alugando passou a encerrar suas posições porque estava perdendo, e isso impulsiona ainda mais a cotação, já que o investidor precisa comprar a qualquer preço para fechar o contrato", comenta ele. "A volatilidade atrai ainda mais gente, em um efeito em cadeia de pressão de compra", diz Nogueira, da InvestSmart.

Ele lembra que o papel não subiu por uma mudança estrutural da empresa: "O fundamento não mudou. A companhia tem endividamento alto. Fez aquisições que ainda não estão se pagando, mas, quando você está alugando uma ação, o tempo trabalha contra você." Com o fechamento de R$ 77 de ontem, a ação bate recorde histórico e está 211% acima dos R$ 24,75 da estreia da Ambipar na bolsa.

Estudo feito pela plataforma de informações financeiras Quantum Finance em julho mostra que, no início do aumento dos preços, próximo ao dia 18 de junho até a virada do mês, "a dupla composta por controlador mais Tesouraria foi responsável por 10% a 35% do volume negociado dos papéis na bolsa nesse período". "O movimento trouxe uma grande influência para o início da subida dos preços e redução do float, desencadeando posteriormente a corrida dos short sellers para fechamento de suas posições em aberto", diz o estudo.

Segundo fontes próximas a Borlenghi Júnior, o empresário pretende desacelerar suas compras de ações. Analistas chegaram a considerar se não seria o caso de fazer uma oferta pública de aquisição de ações (OPA) por aumento de participação, mas as fontes afirmam que o empresário e a empresa "calculam estar longe de uma OPA", por isso a operação não está nos planos.

A Trustee tem participado de operações importantes, como a de seu fundo Phoenix, que tem o empresário Nelson Tanure entre seus cotistas e arrematou em leilão em abril deste ano a estatal paulista Emae (Empresa Metropolitana de Águas e Energia) por R$ 1,04 bilhão. Em fevereiro, comunicou à Oi que passou a deter 5,14% das ações ordinárias da telefônica e que pretende influenciar os rumos da empresa.

Procurados pelo **Valor**, a gestora e Tanure não responderam aos pedidos de entrevista para comentar o assunto. A Ambipar está em período de silêncio pela divulgação de seus resultados e também não se pronunciou. Já a CVM respondeu apenas que não comenta casos específicos e que "acompanha e analisa informações e movimentações no âmbito do mercado de valores mobiliários brasileiro, tomando as medidas cabíveis, sempre que necessário."

Fundações pedem mudança em regra de fundos de participação

Victoria Netto
Do Rio

A perspectiva de rendimentos mais baixos atrelados a títulos públicos, em meio à expectativa de que a taxa de juros caia, vem esquentando a demanda de fundações previdenciárias por uma mudança regulatória envolvendo fundos de investimento em participação (FIPs). Na avaliação das organizações, é necessário que haja a correta atribuição de responsabilidade para os administradores dos FIPs e não para os cotistas, como gestores de fundos de pensão.

Os fundos de pensão do Banco do Brasil (Previ) e da Vale (Valia), por exemplo, são impedidos pelas respectivas diretorias de investir nesse tipo de produto. Já a Petros (Petrobras) e Funcef (Caixa) não sentem segurança jurídica. Ainda assim, estas duas têm avaliado oportunidades no segmento.

"A Petros começou a estudar aplicação em até quatro FIPs, mas há riscos. Vemos FIPs rendendo muito, há dinheiro na mesa, mas não temos segurança jurídica", disse o presidente da Petros, Henrique Jäger. Ele acrescentou que a regulação vigente não aponta responsabilização, o que gera "subjetividade".

O presidente da Previ, João Fukunaga, avalia que é necessário aperfeiçoar a regulação e a transparência. Segundo ele, a principal lacuna é a penalização dos gestores e a falta de segurança dos investimentos. "Queremos responsabilização daqueles que administram o fundo e não a criminalização do gestor do fundo de pensão".

Entre as outras reivindicações das organizações, está a revisão da precificação para planos de contribuição definida (CDs) e contribuição variável (CV). Os representantes defendem que o preço seja definido na curva, e não a mercado, como é hoje.

> "Vemos FIPs rendendo muito, há dinheiro na mesa, mas não temos segurança jurídica"
> *Henrique Jäger*

"O que estamos brigando é para que a marcação na curva também valha para os planos CDs e CVs, porque aí você tem uma previsão. Quando você marca a mercado, a volatilidade é muito grande", diz Jäger.

As fundações também têm pedido a revisão da regra para equacionamentos, disposta na resolução 30 do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC). O texto estabelece que, a depender do percentual de déficit, o aposentado precisa fazer uma contribuição extraordinária para equilibrar as contas. O problema é que atualmente o equacionamento é feito em base anual, o que distorce as projeções, considerando que os investimentos das fundações são feitos a longo prazo e que, em uma linha mais longa, essas oscilações costumam se equilibrar.

Tanto a Petros quanto a Funcef precisaram fazer planos de equacionamento para recompor o déficit. O presidente da fundo de pensionistas da Petrobras disse que a estratégia envolve apresentar os "melhores resultados", atingir as metas atuariais, associada à estratégia de imunização dos investimentos. Além disso, disse que a fundação já avança internamente com uma nova solução, discutida por um grupo de trabalho, e que por enquanto é sigilosa.

No caso da Funcef, o presidente da fundação, Ricardo Pontes, contou que há três planos de equacionamento em curso e que recentemente o um grupo técnico se reuniu com o patrocinador para apresentar propostas. O objetivo é reduzir em 46% o valor pago hoje em equacionamento.

"São medidas que visam a reduzir o custo do plano. Estamos propondo baixar a pensão para as regras do limite geral, que é 60%, hoje Funcef paga 80%", disse Pontes. Outra medida é reduzir a idade de dependentes do plano de 24 para 21 anos, como prevê a regra geral, e os períodos de idade para o cônjuge tenha direito à pensão vitalícia ou parcial.

Outro peito das fundações é a liberação de investimentos em imóveis. Hoje, a revisão da Resolução 4994, de 2022, do Conselho Monetário Nacional (CMN), estabelece que, em até doze anos, a partir de 2018, as entidades de previdência privada complementar devem alienar o estoque de imóveis e terrenos pertencentes à sua carteira própria ou constituir um fundo de investimentos imobiliários (FII) para abrigá-los.

Curta

SCD da Vórtx

A Vórtx, fintech de serviços de infraestrutura para o mercado, fez sua primeira operação após obter a licença de Sociedade de Crédito Direto (SCD) em dezembro de 2023. A empresa, que já atua como distribuidora, administradora, custodiante, escriturador e agente fiduciário, iniciou a originação de crédito usando instrumentos como cédulas de crédito bancário (CCB) ou notas comerciais. A primeira emissão da Vórtx foi direcionada a um fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) gerido pela F3 Rock Asset. O foco será o mercado de FIDCs, considerando o potencial de crescimento do instrumento após as novas regras da CVM que permitiram o acesso do varejo ao produto, antes restrito ao público profissional ou qualificado. *(Rita Azevedo)*

Como navegar em meio a mudanças no 'wealth management'?

Palavra do gestor

Rogério Zanin

Há algum tempo, investidores têm que navegar em um ambiente de investimentos que combina instabilidade geopolítica, altas taxas de juros e combate à inflação. Os mercados geralmente antecipam esses eventos, o que significa que eles já estão bem refletidos na precificação de ativos. À medida que os bancos centrais tentam controlar uma inflação mais volátil, eles agem de forma decisiva para fornecer o máximo de estabilidade possível.

No entanto, diante desse contexto, não é surpresa que muitos clientes estejam se sentindo ansiosos e sem perspectivas. Eles procuram segurança neste ambiente macroeconômico volátil e atribuem grande importância à solidez e estabilidade do seu consultor financeiro. Isto representa uma grande oportunidade para a indústria de wealth management em particular — especialmente quando mais de 80% dos investidores da próxima geração pretende encontrar um novo gestor quando receberem suas heranças.

Além de buscar segurança e estabilidade, o objetivo perseguido pelos clientes permanece inalterado: preservar e aumentar seu patrimônio no longo prazo. Há, no entanto, um fator relevante a se considerar. Mesmo que a maioria opte por delegar a gestão de seus investimentos, eles querem entender bem o processo. Seu conhecimento financeiro está cada vez mais avançado, e eles precisam saber que há um processo analítico sofisticado por trás da composição de suas carteiras.

A natureza técnica das perguntas dos clientes incentiva os consultores de investimento a redobrarem seus esforços e a buscarem a excelência sistemática e sustentável no apoio que oferecem, o que também ajuda a construir confiança a longo prazo.

Embora os desafios impostos pelo ambiente de investimentos sejam (com esperança) de curto prazo, olhando por uma perspectiva de longo prazo, uma das principais oportunidades para wealth management, em particular, é a "aposentadoria" da geração "baby boomer" e o contexto global de transferência de riqueza para as gerações futuras. Refletindo uma sociedade em profunda transformação, alguns estudos indicam que quase US$ 85 trilhões serão transferidos globalmente até 2045.

Mas até que ponto os baby boomers estão preparados para esta transferência monumental de riqueza? De acordo com um estudo do Lombard Odier realizado em 2023, mais de 80% dos indivíduos entrevistados já haviam discutido o tema ou estavam muito interessados em fazê-lo com seu consultor a fim de avaliar as consequências.

Ainda mais impressionante, o mesmo estudo revelou que quase 40% dos entrevistados estão interessados em conversar com a próxima geração sobre questões relacionadas à transferência de riqueza e ainda não o fizeram. Entre os pontos mais frequentemente considerados estão: quão preparada está a próxima geração? Quais são suas demandas, expectativas e preocupações? Esses achados ilustram a dimensão das oportunidades que o setor encontra pela frente.

Neste cenário sem precedentes, a indústria de wealth management tem, sem dúvida, pontos fortes a serem considerados. Em contraste com soluções de prateleira e padronizadas, consultores de investimento dedicam um esforço substancial para ouvir atentamente os objetivos de seus clientes, seguido de uma análise profunda e detalhada da situação de cada investidor, de modo a oferecer soluções personalizadas, assertivas e de alto valor agregado.

A relação interpessoal e de confiança entre cliente e consultor está no centro desse processo. O objetivo final é garantir a preservação do patrimônio com vistas a transmiti-lo aos futuros herdeiros, ao mesmo tempo entregando performance consistente. Isso requer planejamento holístico. Porque sem planejamento, não há wealth management.

Rogério Zanin é chefe do Banco Lombard Odier no Brasil
E-mail
sao.paulo.office@lombardodier.com

Fio da Meada
Atenção à reforma tributária nas eleições municipais
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
Atualização do Código Civil: antes feito do que perfeito?
E2

TRF-3
Passageira de avião é condenada por resistência
valor.globo.com/legislacao

Civil Placar está em dois a um contra o pagamento de indenização por vícios de construção

STJ começa a julgar tese bilionária sobre seguro habitacional

Beatriz Olivon
De Brasília

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) começou a julgar ontem uma questão com impacto bilionário para a União, que saiu na frente no placar. Os ministros discutem se as seguradoras devem indenizar beneficiários do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) por causa de vícios de construção descobertos depois do fim dos financiamentos. Por enquanto, há dois votos contra o pagamento de indenização e um a favor. A sessão foi interrompida por pedido de vista.

No julgamento, os ministros analisam se a indenização pode ser pedida até um ano depois do fim do financiamento ou até um ano a partir da descoberta do vício, independentemente de quando ocorrer. Essa segunda hipótese, segundo a União e seguradoras, torna quase infinito o prazo para pagamentos.

O Conselho Curador do FGTS (CCFCVS) estima impacto de R$ 16,8 bilhões para a União, a depender da decisão. Para a defesa dos mutuários na ação, porém, o valor seria bem menor, de R$ 1,4 bilhão para as seguradoras. Entre janeiro e abril, o seguro habitacional arrecadou R$ 2,3 bilhões.

O tema é julgado em processo repetitivo. Portanto, a decisão deverá ser seguida pelas instâncias inferiores (REsp 1799288 e REsp 1803225). Seguradoras privadas também poderão ser afetadas, segundo especialistas.

No caso da União, o impacto viria do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), administrado pela Caixa Econômica Federal (CEF) e que garante as apólices. Hoje existem 68,7 mil ações judiciais ativas cadastradas pelas seguradoras como de interesse nesse caso, segundo informou a Caixa ao **Valor**.

A Advocacia-Geral da União (AGU) defende que o seguro em questão é do financiamento habitacional e não destinado a cobrir vícios de construção. Mesmo assim, o órgão aceita que a jurisprudência já tenha consolidado a possibilidade de cobertura de vícios de construção, mas valendo apenas até um ano depois do término do financiamento habitacional. Alguns acordos vem sendo realizados com mutuários.

Há relevante impacto financeiro para a União, segundo Flávio Roman, advogado da União, afirmou na sessão. Em 31 de dezembro de 2023, informou, havia 44,9 mil processos sobre o assunto, com valor provisionado que passava dos R$ 16,6 bilhões.

Ainda segundo Roman, o Ministério da Fazenda afirmou que se for vencedora a tese dos mutuários, prolongando os efeitos do seguro além do tempo, o FCVS poderia ficar sujeito a um número infinito de ações judiciais e uma política pública dos anos 90 afetaria o bolso dos brasileiros hoje. Por isso, acrescentou, a ideia de um "seguro vitalício" é combatida pela AGU.

Segundo Alexandre Paredes, procurador que falou em nome da Superintendência de Seguros Privados (Susep), a "imprescritibilidade" desses seguros representaria um risco sistêmico ao setor.

Advogado representante dos mutuários no caso, Guilherme Veiga Chaves destacou "não sabiam que estavam comprando um pesadelo, imóveis com vícios da construção, que vieram a apresentar problemas na fundação dos prédios". De acordo com ele, existem 2.193 prédios em risco habitados por famílias que compraram esses imóveis do governo.

Relatora do caso, a ministra Isabel Gallotti votou contra o pedido dos mutuários. Para ela, a postergação do prazo das apólices, além de incoerente com a finalidade do seguro habitacional, acarreta "insustentável ônus ao sistema", inviabilizando a constituição de reservas técnicas. Ainda segundo a relatora, tornar inesgotável o prazo de prescrição pode levar o seguro habitacional a ter um âmbito de cobertura indissociável de qualquer cálculo de previsão de risco.

GUSTAVO LIMA/STJ
Relatora, ministra Isabel Gallotti: postergação do prazo das apólices acarreta insustentável ônus ao sistema

A ciência do fato gerador do pagamento do seguro, acrescentou, deve acontecer dentro da vigência do contrato de financiamento ou da vigência do seguro — um ano além do financiamento. Com o fim do contrato, de acordo com a relatora, não há mais risco nem necessidade de constituição da reserva técnica por parte das seguradoras, dando previsibilidade ao sistema.

Segunda a votar, a ministra Nancy Andrighi divergiu. Para ela, seria necessário considerar a vulnerabilidade dos segurados, as informações que foram prestadas a eles, a natureza dos contratos de adesão e o interesse público do programa de assegurar acesso a uma moradia digna. Os vícios estruturais de construção, disse, estão acobertados pelo seguro habitacional, cujos efeito devem seguir no tempo, mesmo após a conclusão do contrato.

O termo inicial de prescrição da pretensão indenizatória em face das seguradoras nos contratos ativos ou extintos do sistema financeiro de habitação, acrescentou, é a ciência do segurado da recusa da cobertura securitária pela seguradora.

O julgamento foi suspenso após pedido de vista do ministro Herman Benjamin. Antes, porém, o ministro Humberto Martins, decidiu apresentar o seu voto, seguindo a relatora. A Corte Especial é composta por 15 ministros. O ministro Og Fernandes não participa do julgamento.

Durante o julgamento, ficou a dúvida se a União poderia seguir negociando os acordos com mutuários. A ministra Nancy Andrighi chegou a perguntar, após as sustentações orais, ao advogado da União sobre os acordos firmados e homologados sobre o assunto, mas não se mostrou convencida sobre a possibilidade de resolverem todas as situações a depender da decisão do STJ no caso.

A AGU realizou um acordo em uma ação coletiva. O acordo contempla 400 prédios no Estado de Pernambuco, atendendo cerca de 14 mil famílias. E o órgão, segundo o advogado, pretende continuar com essa política.

O advogado dos mutuários, por sua vez, afirmou que mais de dois mil prédios estão fora dessa ação coletiva e manifestou preocupação com a possibilidade de acordos futuros se o STJ decidir pela indenização limitada.

Supremo impõe limite territorial para execução fiscal

Beatriz Olivon
De Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, que a execução fiscal pode tramitar no local onde foi lavrado o auto de infração ou na localidade de domicílio do contribuinte — desde que esteja nos limites do território do município ou Estado. Para os ministros, permitir o ajuizamento de processos em qualquer lugar do país dificultaria a recuperação de créditos tributários.

O tema foi julgado em repercussão geral no Plenário Virtual, em julgamento que terminou à meia-noite de ontem. Foi aprovada a seguinte tese, que deverá ser seguida pelas instâncias inferiores: "A aplicação do artigo 46, parágrafo 5º, do CPC [Código de Processo Civil] deve ficar restrita aos limites do território de cada ente subnacional ou ao local de ocorrência do fato gerador" (ARE 1327576).

Com o julgamento, os ministros restringiram a aplicação do artigo 46. O dispositivo estabelece que a ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu. E o parágrafo 5º complementa: a execução fiscal será proposta no foro de domicílio do réu, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado.

O caso analisado no Plenário Virtual envolve a Marilliam Comércio, Importação e Exportação de Artigos Domésticos, com sede em Itajaí (SC). Ela passou a responder a execução fiscal ajuizada no município de São José do Ouro (RS), onde foi autuada.

ANDRE COELHO/VALOR

> "A decisão do Supremo reforça a importância dos precedentes"
> *Tiago Conde*

Na ação, porém, alegou que o fato dificultaria o seu direito de defesa porque teria que arcar "com elevadas despesas, tanto com advogado quanto com deslocamento, para ter por assegurado o contraditório e a ampla defesa". Ainda segundo a argumentação da empresa, não seria válido o argumento de que os juízes de um Estado não teriam condições de apreciar a situação específica de outro.

Para o governo do Rio Grande do Sul, a ação poderia ser ajuizada onde ocorreu o fato que gerou a cobrança do tributo — no caso, ICMS apurado em trânsito de mercadorias. Esse foi o entendimento que acabou prevalecendo no julgamento do STF.

O relator, ministro Dias Toffoli, negou o pedido da empresa de obrigatoriedade de a execução fiscal ser proposta no foro de domicílio do réu, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado, mesmo quando implique o ajuizamento e processamento da ação de cobrança em outro Estado.

O ministro citou, em seu voto, dois precedentes do STF nesse sentido, em que foi relator e ficou vencido. Nos julgamentos (ADI 5737 e ADI 5492), a Corte restringiu a determinação do CPC, tendo em vista a Constituição Federal, para estabelecer a sua aplicação aos limites do território de cada ente subnacional — Estado ou município — ou ao local de ocorrência do fato gerador.

Dias Toffoli indica que ficou vencido no julgamento das ações ao defender a constitucionalidade do parágrafo 5º do artigo 46 do Código de Processo Civil. Mas, citando o princípio da colegialidade, aplicou na repercussão geral a decisão que prevaleceu naqueles casos.

No julgamento das ações, os ministros consideraram inconstitucional a regra que permite que os Estados e o Distrito Federal sejam demandados perante qualquer comarca do país e, quanto ao foro de execução fiscal, essa possibilidade ampla dificultaria a recuperação de ativos em um procedimento que já tem baixo índice de eficiência e trata de valores importantes para as finanças dos entes. Na conclusão, atribuíram interpretação conforme à Constituição ao artigo 46, parágrafo 5º, do CPC.

De acordo com o advogado Tiago Conde, sócio do escritório Sacha Calmon Misabel Derzi Advogados, a repercussão geral é importante porque promove pacificação social e estabiliza a orientação sobre o local do ajuizamento de execução fiscal. Com isso, podem ser evitados recursos desnecessários, acrescenta o tributarista.

Ainda segundo Conde, a definição reforça a importância dos precedentes e da estabilidade das decisões. Em ações diretas de inconstitucionalidades que já tinham sido julgadas pelo STF, lembra, o ministro Dias Toffoli, que foi relator da repercussão geral, tinha ficado vencido e agora, em razão do princípio de colegialidade, realinha o entendimento "em absoluto respeito aos precedentes".

Destaque

Retenção de gorjetas

A 6ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) manteve a invalidade de uma norma coletiva que previa a retenção de gorjetas para dividi-la entre o empregador e o sindicato. Para o colegiado, a retenção da parcela em percentual superior ao previsto na legislação e sem destinação exclusiva para pagamento de encargos sociais, trabalhistas ou previdenciários é uma medida abusiva que caracteriza apropriação indevida de remuneração. A ação trabalhista foi movida por um encarregado de materiais que trabalhou de 1974 a 2010 no Hotel Intercontinental Hoteleira Ltda., no Rio de Janeiro (RJ). Sua remuneração tinha uma parte fixa e uma variável, resultado das gorjetas pagas pelos clientes. Mas, segundo ele, somente 30% dessa verba era distribuída aos empregados. A empresa, em sua defesa, disse que as gorjetas eram incluídas compulsoriamente nas notas de despesas (taxa de serviço) no percentual de 10%, e 35% do montante arrecadado mensalmente eram retidos para a própria empresa e para o sindicato profissional, conforme autorizado nos acordos coletivos. Tanto o juízo de primeiro grau quanto o Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT-RJ) concordaram que o percentual de retenção das gorjetas era superior aos 33% previstos na CLT, ultrapassou os limites da atuação da negociação coletiva. Com isso, o hotel foi condenado a restituir os valores retidos (RR-912-74.2012.5.01.0017).

Atualização do Código Civil: antes feito do que perfeito?

Opinião Jurídica

Cíntia Burille

Em 4 de setembro de 2023, instalou-se a Comissão de Juristas responsável pela revisão e atualização do Código Civil, com a finalidade de apresentar, em tempo recorde, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei para revisão e atualização do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002). Certamente entre os trending topics jurídicos do momento, a minuta de texto final ao anteprojeto, apresentada em 26 de fevereiro, dispõe de revisão significativa no âmbito do Direito Civil, com pretensões de atualização na parte geral (pessoas, bens e fatos jurídicos) e especial (obrigações, responsabilidade civil, contratos, direito da empresa, direito das coisas, direito de família, direito das sucessões) e, ainda, na ousada e (des)necessária criação de um novo Livro no Código Civil, de direito digital, o que vem sendo alvo de críticas não apenas pela impossibilidade temporal para o devido aprofundamento dos debates, mas, principalmente, pela insegurança jurídica que diversas sugestões de alterações suscitam.

É o caso do "rebaixamento" da posição do cônjuge e do companheiro quando da morte do parceiro afetivo, aos quais pretende-se a realocação para o terceiro lugar na ordem de vocação hereditária, ressuscitando o que era previsto na Lei Feliciano Pena de 1907, onde o cônjuge sobrevivente somente herdava na falta de descendentes e ascendentes. Tal iniciativa altera profundamente a previsão atual do artigo 1.829 do Código Civil e dá as costas para um fato que não deixou de ser uma dura realidade: a vulnerabilidade econômica nas relações afetivas, diante da desigualdade econômica da mulher. Uma coisa é possibilitar que os pares escolham por não concorrerem com os descendentes e/ou ascendentes. Outra, muito diferente — pretendido pelo anteprojeto —, é impor isso como regra e condicionar a participação do parceiro afetivo na herança à realização de testamento, ignorando a vulnerabilidade econômica nas relações afetivas.

Um segundo ponto diz respeito a questões que ficaram fora. Os artigos que tratam de regulamentar, finalmente, as técnicas de reprodução humana assistida são mera reprodução do que já orientam as Jornadas de Direito Civil e o Conselho Federal de Medicina. Autoriza-se a barriga solidária (que deve pertencer à família de um dos parceiros, com parentesco de até quarto grau), mas proíbe a barriga de aluguel (hipótese em que uma pessoa cede seu corpo para gerar o filho de outro casal, mediante pagamento pelo serviço prestado).

Tal restrição torna a barriga de aluguel acessível apenas para aqueles que têm recursos para buscar essa opção em países onde a prática é legal, criando desigualdade no acesso aos serviços reprodutivos. Além da proibição violar a autonomia reprodutiva das mulheres, ainda leva a práticas clandestinas (a exemplo da inseminação caseira ou auto inseminação) e ilegais, onde a falta de regulamentação pode resultar em abusos e exploração, tanto de gestantes quanto de futuros pais. A chancela do texto projetado à proibição da barriga de aluguel no Brasil não apenas inviabiliza a garantia constitucional da livre iniciativa familiar, mas também discrimina grande parte da população que não tem acesso a clínicas de reprodução assistida, em razão do alto custo financeiro desses procedimentos.

O terceiro e último ponto figura, certamente, entre os mais polêmicos: alienação parental. Hoje regulamentado pela Lei nº 12.318/2010, o tema divide opiniões: há aqueles que defendem a revogação da lei, em razão de suposta discriminação contra mulheres e meninas, imputando à legislação a perda da base de residência dos filhos em favor do pai abusador; e há aqueles que advogam pela sua manutenção, como meio eficaz de assegurar e proteger crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em seu contexto familiar, em relação a atos praticados por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância, que impliquem em violência psicológica e abuso moral.

Ouso complementar que a Lei nº 12.318/2010 não apenas apresenta-se como instrumento de proteção à criança e ao adolescente, totalmente distante de qualquer discriminação de gênero, mas também representa um avanço na compreensão da importância e da complementaridade das funções parentais.

E justamente sobre esse aspecto, o anteprojeto de atualização e revisão do Código Civil silenciou. No Livro que trata do Direito de Família, em especial nas questões relativas à guarda e à convivência, institutos que são diretamente afetados por condutas alienadoras, a comissão não propôs nenhuma novidade ou alteração que pudessem reforçar o viés protetivo às crianças e adolescentes frente a investidas alienadoras por parte de algum familiar. A escolha pela não incorporação de medidas que visem inibir e atenuar atos de alienação parental no texto projetado não apenas dá palco a distorções sobre a sua aplicação prática, mas também desasiste a maior vítima desse tipo de abuso: as crianças e os adolescentes.

Sempre é bom lembrar que o Código Civil de 2002 passou quase três décadas em tramitação no Congresso Nacional. Essa demora importou em uma maior maturação das discussões que envolviam a nova legislação e, consequentemente, a vida das pessoas. Portanto, ainda há — e assim espera-se — um longo caminho a ser percorrido para o necessário aprimoramento e adequação social do texto projetado, especialmente no que diz respeito às duas áreas mais sensíveis do Direito Civil: o Direito de Família e das Sucessões.

Cíntia Burille é advogada e professora, especialista em Direito de Família e Sucessões, sócia do Escritório Burille & Marques Dias Advocacia e Consultoria

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 378ª E 379ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 21I0140051/21I0148113) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 06 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 17 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 378ª e 379ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 378ª e 379ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 03 de setembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **06 de setembro de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **17 de setembro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 378ª e 379ª Séries da 1ª Emissão – (IF 21I0140051/21I0148113), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 07 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 336ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21G0048448) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 06 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 17 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 336ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 336ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 02 de julho de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **06 de setembro de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **17 de setembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 336ª Série da 1ª Emissão – (IF 21G0048448), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 07 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

2W ECOBANK S.A.

(nova denominação da 2W ENERGIA S.A.)

CNPJ/ME nº 08.773.135/0001-00 - NIRE 35.300.341.252

Edital de Convocação para a Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures, em Duas Séries, sendo a Primeira Série composta por Debêntures Conversíveis em Ações, e a Segunda Série composta por Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da 2W Ecobank S.A.

Ficam convocados pela **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário"), os senhores titulares de debêntures em circulação da primeira série ("Debenturistas") da 2ª (segunda) emissão de debêntures, em duas séries, sendo a primeira série composta por debêntures conversíveis em ações, e a segunda série composta por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, da 2W Ecobank S.A., com sede social na Avenida Doutor Chucri Zaidan, nº 1.240, Torre A, Edifício Morumbi Golden Tower, 27º Andar, Sala 2.701, Vila São Francisco (Zona Sul), CEP 04711-130, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Emissão", "Debêntures" e "Companhia", respectivamente), emitidas nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures, em Duas Séries, sendo a Primeira Série Composta por Debêntures Conversíveis em Ações, e a Segunda Série Composta por Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da 2W Energia S.A.*", celebrado em 24 de novembro de 2021 (conforme aditada de tempos em tempos, "Escritura de Emissão"), entre a Companhia, o Sr. Ricardo Lopes Delneri ("Ricardo"), o Sr. Claudio Ribeiro da Silva Neto ("Claudio"), o Sr. Maurício José Palmieri Orlandi ("Maurício" e, em conjunto com Ricardo e Claudio, os "Fiadores") e o Agente Fiduciário, com interveniência da Sra. Flavia Abreu Ribeiro ("Flavia") e da N.I.I. Participações S.A. ("NII Participações"), para se reunirem em assembleia geral de debenturistas ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, **no dia 09 de setembro de 2024**, às 15:00 horas, conforme cláusula 11.4. da Escritura de Emissão, de modo exclusivamente digital e remoto, através da plataforma "Microsoft Teams" nos termos do art. 71, § 2º, da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), para deliberar sobre a seguinte. **ORDEM DO DIA**: ***(1)*** *aprovar* a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da cláusula 8.28.I.(x) da Escritura de Emissão, em função do descumprimento, pela Companhia, da obrigação de apresentação da **(a)** cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia auditadas pelo Auditor Independente, relativas ao exercício social encerrado em 2023, preparadas de acordo com a Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e do relatório específico de apuração dos Índices Financeiros, elaborado pela Companhia, contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstrem o cálculo dos Índices Financeiros referentes ao exercício social encerrado em 2023; bem como da **(b)** cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia objeto de revisão limitada pelo Auditor Independente referentes aos trimestres encerrados em dezembro/2023, março/2024 e, se aplicável, em junho/2024, em caso de descumprimento desta obrigação até a data de realização da Assembleia, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e relatório específico de apuração dos Índices Financeiros, elaborado pela Companhia, contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstrem o cálculo dos Índices Financeiros, nos termos das cláusulas 9.1(a)(i), 9.1(a)(ii) e 9.1(m) da Escritura de Emissão ("Não Entrega das Demonstrações Financeiras"). **Informações Gerais:** 1. Os Debenturistas interessados em participar da Assembleia por meio da plataforma "Microsoft Teams" deverão solicitar o cadastro para o Agente Fiduciário através dos endereços eletrônicos agentefiduciario@vortx.com.br e ahg@vortx.com.br, com antecedência de até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, manifestando seu interesse em participar da Assembleia e solicitando o link de acesso ao sistema ("Cadastro"). A solicitação de Cadastro deverá conter (a) quando pessoa física: documento de identidade com foto; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando fundo de investimento: cópia digitalizada do último regulamento consolidado do fundo, estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em Assembleia e documento de identidade válido com foto do representante legal; e (d) quando representado por procurador: além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração (i) com poderes específicos para sua representação na Assembleia, válida e outorgada há menos de 1 (um) ano contado da data da convocação deste Edital, obedecidas as condições legais, acompanhado de documento de identidade válido com foto do outorgante; (ii) contendo indicação do lugar onde foi assinada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos; (iii) com o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, como alternativa ao reconhecimento de firma; e (iv) para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante, não havendo margem para o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Na deliberação da ordem do dia da Assembleia, será levado em consideração o total de Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão) da respectiva série. 2. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pelo Agente Fiduciário, após o Cadastro, o Debenturista receberá, até 24 horas antes da Assembleia, as instruções para acesso à plataforma. 3. Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Agente Fiduciário, através dos e-mails agentefiduciario@vortx.com.br e ahg@vortx.com.br. 4. O Agente Fiduciário reitera aos Senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. 5. Na data da Assembleia, o link de acesso à plataforma estará disponível a partir de 10 (dez) minutos de antecedência e até 10 (dez) minutos após o horário de início da Assembleia, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 (dez) minutos do início da Assembleia, não será possível o ingresso do Debenturista na Assembleia, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, o Agente Fiduciário recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da Assembleia com pelo menos 10 (dez) minutos de antecedência. 6. O Agente Fiduciário ressalta que será de responsabilidade exclusiva do Debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência, bem como não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle do Agente Fiduciário. 7. Este Edital se encontra disponível na página do Agente Fiduciário (http://www.vortx.com.br). 8. Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo, 07 de agosto de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 383ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21I0277499) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 06 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 27 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 383ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 383ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 24 de agosto de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **06 de setembro de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **27 de setembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 383ª Série da 1ª Emissão – (IF 21I0277499), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 07 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 432ª, 433ª E 434ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 22A1171641 / 22A1171643 / 22A1171644) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 10 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 432ª, 433ª e 434ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 432ª, 433ª e 434ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 21 de janeiro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **30 de agosto de 2024, às 11:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **10 de setembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 432ª Série da 1ª Emissão – (IF 22A1171641 / 22A1171643 / 22A1171644), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 07 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

AIG RESSEGUROS BRASIL S.A.

CNPJ nº 13.525.547/0001-52 - NIRE nº 35.300.392.965

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26/06/2024

Data, Hora e Local: Aos 26/06/2024, às 11h, na sede social da Companhia. **Quórum:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Presidente: Thomas Kelly Batt (Diretor da acionista AIG Seguros Brasil S.A.) e Secretário: Dr. Fabrício Ferrigno Toledo de Oliveira (Advogado). **Deliberação:** Os acionistas presentes, com abstenção dos legalmente impedidos, sem dissidências, protestos e declarações de votos vencidos, por unanimidade deliberaram par autorizar a outorga de Procuração, com validade de 2 anos, aos(as) Srs.(as) **Thiago Veiga Kruszczynski**, RG nº 19969720, SSP/SP, CPF nº 080.259.557-02; **Roseli Midori Kanazawa**, RG nº 16.526.053-1, SSP/SP, CPF nº 125.545.828-31; **Gustavo Marques dos Santos**, RG nº 43.902.717-2, SSP/SP, CPF nº 363.085.998-40 e **Elias Alejandro Elias Vega**, RNM nº G363862-5, DPF, CPF nº 239.682.018-41, **em conjunto de 2 Procuradores ou de 1 Procurador em conjunto com 1 Diretor da Outorgante**, representar a outorgante perante o Banco Central do Brasil, Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal bem como perante todo e qualquer Banco Público ou Privado, podendo praticar qualquer ato ou negócio não relacionado aos fins sociais da Companhia até o limite de R$ 1.000.000,00, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas; efetuar pagamento de indenizações e de capitais garantidos; receber ordens de pagamentos e firmar convênios de cobrança bancária, transferências e investimentos; emitir documento de ordem de crédito, firmar recibos e dar quitação; firmar contratos de câmbio, convênio com administradoras/operadoras de cartão de crédito, convênio de cobrança, convênio de débito automático, convênio de folha de pagamentos (salários), convênio de pagamentos, convênios bancários, formulário de atualização cadastral requerido pelos bancos, administradoras/operadoras de cartão de crédito, corretoras de valores, corretoras de câmbio, gestores de recursos e custodiantes; abrir, encerrar e manter contas bancárias; abrir, encerrar e manter relacionamento comercial com bancos, administradoras/operadoras de cartão de crédito, corretoras de valores, corretoras de câmbio, gestores de recursos e custodiantes; investir os recursos disponíveis em conta corrente; movimentar contas correntes e de investimentos; receber ordens de pagamentos; resgatar os recursos investidos; solicitar a emissão de carta de circularização, detalhamento de bloqueios judiciais incidentes nas contas correntes, emissão de cheque administrativo e liberação de acesso ao *internet banking*. A prática de qualquer ato ou negócio que envolva montante superior a R$ 1.000.000,00 ficará condicionada à assinatura conjunta de 2 Diretores da Companhia. SP (SP), 26/06/2024. **Thomas Kelly Batt - Presidente da Mesa. Fabrício Ferrigno Toledo de Oliveira - Secretário de Mesa. JUCESP** nº 263.430/24-8 em 12/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Bradesco Seguros S.A.

Grupo Bradesco Seguros

CNPJ nº 33.055.146/0001-93 – NIRE 35.300.329.091

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 30.4.2024

Aos 30 dias do mês de abril de 2024, às 10h, reuniram-se, na sede social, Avenida Alphaville, 779, 17º andar, sala 1.701, parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900, os membros da Diretoria da Sociedade, sob a presidência do senhor Ivan Luiz Gontijo Júnior, que convidou o senhor Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa para secretário. Durante a reunião os diretores deliberaram pagar, aos acionistas inscritos nesta data nos registros da Sociedade, dividendos no valor de R$812,296765908 por ação, com a utilização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária", conforme segue: a) aos acionistas com ações depositadas na Sociedade e que mantêm os dados cadastrais e bancários atualizados, mediante crédito a ser efetuado nas contas correntes em instituição financeira por eles indicadas; b) àqueles que não possuírem seus dados atualizados, na agência Bradesco de sua preferência, onde deverão se apresentar munidos de CPF, RG e comprovante de residência, para atualização cadastral e recebimento dos respectivos valores a que têm direito. O pagamento será feito até 31.12.2024 pelo valor declarado, não havendo retenção de Imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 da Lei nº 9.249/95. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos diretores presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Ivan Luiz Gontijo Júnior, Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa, Américo Pinto Gomes, Gedson Oliveira Santos, Alexandre Nogueira da Silva, Carlos Francisco Picini e Vinicius Marinho da Cruz. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Bradesco Seguros S.A.** aa) Presidente: Ivan Luiz Gontijo Júnior; Secretário: Haydewaldo R. C. da Costa. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 269.809/24-7, em 19.7.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

CNPJ nº 11.004.138/0001-85 - NIRE nº 35.3.0037045-7

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária nº 02/24 Realizada em 10 de Abril de 2024

10/04/2024, às 11h15min, realizada por videoconferência. Acionistas representando 100% do capital social. **Deliberações: (i)** Aprovar, sem ressalvas ou restrições, por unanimidade, as contas da Diretoria, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **(ii)** Considerando o resultado apurado pela Companhia no exercício social encerrado em 31/12/2023, que aponta um lucro líquido no importe de R$ 18.631.187,97, as Acionistas deliberam, sem ressalvas e por unanimidade: **(a)** Destinar a importância de R$ 931.559,40, à conta de Reserva Legal, na forma do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, que correspondem a 5% do lucro líquido do exercício de 2023; **(b)** Distribuir, a título de dividendos mínimos obrigatórios, o montante de R$ 4.424.907,14, observado o disposto no artigo 31 do Estatuto Social, podendo o pagamento ocorrer em parcelas, conforme disponibilidade de caixa, não podendo ultrapassar o exercício de 2024; **(c)** Distribuir, a título de dividendos adicionais, superiores aos mínimos obrigatórios, o montante de R$ 10.774.721,43, podendo o pagamento ocorrer em parcelas, conforme disponibilidade de caixa, não podendo ultrapassar o exercício de 2024; e **(d)** Destinar à conta de Reserva de Retenção de Lucros o valor de R$ 2.500.000,00, referente ao saldo do lucro líquido do exercício de 2023. **(iii)** Aprovar, sem ressalvas ou restrições, por unanimidade, o Orçamento da Companhia para o exercício de 2024, nos termos do material de apoio que, após assinado digitalmente pelas Acionistas presentes, ficará arquivado na sede da Companhia. **(iv)** Tendo em vista o término do mandato do Conselho de Administração, as Acionistas, deliberam, por unanimidade, eleger os membros do Conselho de Administração, para um mandato de 03 anos, a saber: (a) Conselheiros Titulares: Sr. **Paulo Roberto de Godoy Pereira,** RG nº 4.606.236-1 SSP/SP, CPF/MF sob nº 682.734.958-68; Sr. **José Luiz de Godoy Pereira,** RG nº 16.830.578-1 SSP/SP, CPF/MF sob nº 086.823.468-00; Sr. **Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho,** RG nº 6.191.720-5 SSP/SP, CPF/MF sob nº 007.274.888-56; Sr. **Fábio Antunes Fernandes,** RG nº 076664887 IFP/RJ, CPF/MF sob nº 934.908.017-68; e Sr. **Rinaldo Pecchio Junior,** RG nº 10538600 SSP/SP, CPF/MF sob nº 057.467.688-04. **(b)** Conselheiros Suplentes: Dra. **Silvia Carolina Villas Boas,** RG nº 30.965.630-8 SSP/SP, CPF/MF sob nº 287.702.148-32, para o cargo de Conselheira Suplente do Sr. Paulo Roberto de Godoy Pereira; Sr. **João Eduardo Greco Pinheiro,** RG nº 21.690.876-0 SSP/SP, CPF/MF sob nº 147.399.428-44, para o cargo de Conselheiro Suplente do Sr. José Luiz de Godoy Pereira; Sr. **Enio Luigi Nucci,** RG nº 8.410.101-5 SSP/SP, CPF/MF sob nº 016.755.578-29, para o cargo de Conselheiro Suplente do Sr. Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho; Sra. **Valéria Aparecida da Silva Ramos Garcia,** CRC/RJ nº 0889263, CPF/MF sob nº 037.605.547-25, para o cargo de Conselheira Suplente do Sr. Fábio Antunes Fernandes; e Sr. **Marcelo Meira Trunquim Fernandez,** RG nº 08.698.139-6 IFP/RJ, CPF/MF sob nº 009.111.247-80, para o cargo de Conselheiro Suplente do Sr. Rinaldo Pecchio Junior. Na oportunidade, os Conselheiros Titulares e Suplentes eleitos assinaram os respectivos Termos de Posse. **Lavratura da Ata:** Nada mais a ser tratado. São Paulo, 10/04/2024. **Mesa:** Paulo Roberto de Godoy Pereira - Presidente; Edilene Almeida Luna - Secretária. **JUCESP** nº 295.120/24-1 em 01/08/2024. Maria Cristiana Frei - Secretária Geral.

BRK Ambiental Participações S.A.

CNPJ/MF nº 24.396.489/0001-20 – NIRE 35.300.489.748 – Companhia Aberta – Categoria A

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de julho de 2024, às 10:00 Horas

Data, Hora e Local: Realizada de forma exclusivamente digital, aos 25/07/2024, às 10:00 horas, considerando-se, portanto, realizada na sede social da Companhia. **Convocação e Presenças**: Publicado, de forma digital e física, no jornal Valor Econômico nas edições de 04, 05 e 06/07/2024, na página de relação com investidores da Companhia (www.ri.brkambiental.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm/pt-br), em cumprimento ao disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."). **Mesa**: Sr. Luiz Ildefonso Simões Lopes – Presidente; Sra. Gabriela Velloso Tavares – Secretária. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre – **(1)** o Protocolo e Justificação de Incorporação ("Protocolo e Justificação"), que estabelece os termos e condições da incorporação, pela Companhia, de suas subsidiárias integrais **(a) BRK Ambiental – Centro Norte Participações S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 7º andar, Torre Corporativa B2 – Paineira, Setor B, Vila Gertrudes, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.794-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.435.130/0001-61 ("BRK CNP"); e **(b) BRK Ambiental – Rio das Ostras Participações S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Duque de Caxias, nº 443 – parte, Chácara Mariléa, na Cidade de Rio das Ostras-RJ, CNPJ/MF nº 09.356.040/0001-45 ("BRK RDOP, e, em conjunto com BRK CNP, "Incorporadas"), com a subsequente extinção das Incorporadas, com o objetivo de melhorar a eficiência administrativa e operacional do grupo societário do qual tais sociedades participam ("Incorporações" ou "Operação"); **(2)** a ratificação da nomeação da **Brandcont Serviços Contábeis Sociedade Simples**, sociedade simples com sede na Cidade de Salvador-BA, na Rua Ewerton Visco, nº 290, Sala 512, Edifício Boulevard Side Empresarial, Caminho das Árvores, CNPJ/MF nº 15.741.212/0001-05, registrada originariamente no Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia sob o nº CRC/BA-005961/O-3 ("Brandcont"), para elaborar os laudos de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido das Incorporadas que será transferido à Companhia em virtude das Incorporações ("Laudos de Avaliação"); **(3)** a aprovação dos Laudos de Avaliação; e **(4)** a aprovação das Incorporações. **Deliberações**: Instalada a Assembleia, após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, por unanimidade, e sem qualquer ressalva, resolvem autorizar a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o artigo 130, § 1º da Lei das S.A., e **(1)** aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, o Protocolo e Justificação celebrado entre a Companhia e as Incorporadas, o qual prevê a incorporação das Incorporadas pela Companhia; **(2)** ratificar a contratação da Brandcont para elaboração dos Laudos de Avaliação; **(3)** aprovar os Laudos de Avaliação elaborados pela Brandcont; e **(4)** aprovar a realização das Incorporações, autorizando e ratificando a prática de todos os atos necessários às suas implementações. Com as Incorporações, a Companhia assume todos os ativos e passivos das Incorporadas, sucedendo-as em todos os direitos e obrigações. Os administradores da Companhia estão expressamente autorizados a proceder a todos os atos necessários à baixa e extinção das Incorporadas. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo/SP, 25/07/2024. **Mesa**: Luiz Ildefonso Simões Lopes, Presidente; e Gabriela Velloso Tavares, Secretária. **Acionistas**: BR Ambiental Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço- FI-FGTS. Certifico que a presente ata é cópia fiel da ata original, lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. Gabriela Velloso Tavares – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 298.077/24-3 em 06/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

COMUNICADO

Nº do Processo: 024.00123515/2024-85
Interessado: Grupo CODES de Atendimento Técnico.
Assunto: Aquisição de Acessórios para Implante Coclear - A.J.
Trata-se de Aquisição de Acessórios para Implante Coclear - A.J. - Y.M.S. em atendimento à demanda judicial, solicitado pela CAF - COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, conforme doc. **0034321046**.
A vista das manifestações constantes dos autos, destacada a Informação **0035439913**, cujos termos acolho e, **AUTORIZO** a **INEXIGIBILIDADE**, com fundamento no disposto no inciso I do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a aquisição do item através da empresa **ADVANCED BIONICS INSTRUMENTOS AUDITIVOS DO BRASIL LTDA.**, no valor total de **R$ 2.871,00 (dois mil, oitocentos e setenta e um reais),** considerando que a exclusividade de representação e distribuição da marca do produto no país está sob sua responsabilidade doc. **0034550403.**

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 370ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21G0637148) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 06 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 17 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 370ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 370ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 15 de julho de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **06 de setembro de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **17 de setembro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 370ª Série da 1ª Emissão – (IF 21G0637148), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 07 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

ESTADO DE MATO GROSSO
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE PRORROGAÇÃO E INCLUSÃO DO 1º TERMO DE RETIFICAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024/SEPLAG
(Processo nº SEPLAG-PRO-2023/08944 - 08944/2024/SEPLAG-SIAG)

A **Superintendência de Licitações e Registro de Preço/SEPLAG** vem a público informar que o Pregão Eletrônico nº **013/2024/SEPLAG**, marcado para ser realizado no dia **08/08/2024** às **09h00min** – Horário local (Cuiabá/MT), cujo objeto é o **Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE CONDICIONADORES DE AR, com fornecimento de peças, componentes e acessórios novos e originais, quando for o caso, incluindo instalação, desinstalação, remanejamento e instalação de tubulação por metro excedente para atender às demandas dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo do INTERIOR do Estado de Mato Grosso (exceto Cuiabá e Várzea Grande),** teve a sua **ABERTURA PRORROGADA** para ocorrer no dia **23/08/2024 às 09:00hs – Horário local (Cuiabá/MT)** e que houve a **inclusão do 1º Termo de Retificação.**

LANÇAMENTO E ENVIO DA(S) PROPOSTA(S) NO SIAG PRORROGADO PARA ATÉ: 23/08/2024 às **08h45min - Horário local (Cuiabá/MT).**
ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO: no dia **23/08/2024 às 09h00min - Horário local (Cuiabá/MT)**, através do endereço: **http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br**

EDITAL E ADENDOS DISPONIBILIZADOS NO: Portal de Aquisições: **http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br** - dúvidas pelo Sistema SIAG – tel. 0XX-65-99214-5804 ou (65) 99281-4313.

Cuiabá-MT, 07 de agosto de 2024.
PAULO ROBERTO TAVARES DE MENEZES
Secretário Adjunto de Aquisições Governamentais/SEPLAG
(original assinado nos autos)

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

CNPJ 62.577.929/0001-35

AVISO DE REVOGAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 092/2023 - OC nº 513101510852023OC00186 - Prestação de serviço de Data Center Colocation para hospedagem de servidores, mainframes, storages, equipamentos de backup, equipamentos de rede (backbone), equipamentos de conectividade entrantes, circuitos de comunicação e links de operadoras para a PRODESP, conforme especificações constantes do Termo de Referência que integra este edital como Anexo I. A Prodesp comunica a Revogação do certame, pela autoridade competente da Prodesp, com base no Parecer Jurídico nº 502/2024 e nos elementos constantes dos autos, mediante observação dos preceitos legais.

Prodesp — GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO — Secretaria de Gestão e Governo Digital

MPF Ministério Público Federal — Procuradoria da República no Tocantins

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90005/2024 - UASG 200201

Nº Processo: 1.36.000.000689/2023-69. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de locação de equipamentos de segurança para controle de acesso (catracas completas, contendo: leitores, placas controladoras, licenças e configurações, dentre outros acessórios) e pórticos detectores de metais para as Unidades do Ministério Público Federal no Estado do Tocantins – em Palmas/TO e Araguaína/TO, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 08/08/2024 das 08h00 às 17h59. Endereço: Rua Ne-03, Qd. 104 Norte, Conj. 02, Lote 43, Plano Diretor Norte, - Palmas/TO ou https://www.gov.br/compras/edital/200201-5-90005-2024. Entrega das Propostas: a partir de 08/08/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 26/08/2024 às 09h00 no site www.gov.br/compras.

NOEME SOUSA DA SILVA
Supervisora de Licitações e Disputas Eletrônicas

Assurant Seguradora S.A.

CNPJ/MF nº 03.823.704/0001-52 - NIRE nº 35.300.191.617

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 28 de Março de 2024

Aos 28/03/2024, às 11:00 horas, na sede da Assurant Seguradora S.A. Presente a única acionista representando a totalidade do capital social. **Deliberações Ordinárias:** I) Aprovar, sem ressalvas, as contas dos administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, que foram publicados no "Valor Econômico" na edição de 28/02/2024, na forma do art. 289 da Lei nº 6.404/76, tendo sido dispensada a publicação dos anúncios a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, conforme permitido pelo parágrafo 4º do mesmo artigo; bem como, aprovar o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31/12/2023. II) Aprovar o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização de parte do saldo da reserva de lucros estatutária da Companhia, nos termos do Artigo 169 da Lei de Sociedade por Ações - nº 6.404/76, no montante de R$ 15.532.356,25, mediante emissão de 22.257.568 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R$ 142.440.932,92 representado por 204.115.121 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R$ 157.973.289,17 representado por 226.372.689 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de aproximadamente R$ 0,70 cada uma, calculado pelo Valor Patrimonial da Ação (VPA) apurado na data-base de 29/02/2024, conforme Boletim de Subscrição, Documento I da presente ata. III) Em decorrência do aumento do capital social da Companhia acima deliberado, o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passa a ter a seguinte redação: ***Art. 5º*** *- O capital social é R$ 157.973.289,17, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, representado por 226.372.689 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.* IV) Consolidar o Estatuto Social da Companhia que passa a vigorar com a redação que consta do Documento II da presente ata, autenticado pela Mesa e arquivado na sede da Companhia. V) Aprovar a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023, no valor de R$ 54.194.774,45, na forma que se segue, conforme proposta da administração constante nas Demonstrações Financeiras da Companhia: (i) Destinar o montante de R$ 2.709.738,72, correspondente a 5% do lucro líquido, para Reserva Legal, na forma do artigo 193 da Lei das S.A.; (ii) Não destinar porcentagem do lucro líquido ajustado para pagamento de dividendos, conforme faculdade prevista no artigo 202, § 3º da Lei nº 6.404/76 e artigo 36, alínea (a) do estatuto social da Companhia; (iii) Será retido na reserva de lucros da Companhia, com base em orçamento de capital aprovado pelos acionistas neste ato e arquivado na sede da Companhia, nos termos do artigo 196 da Lei das S.A., o valor de R$ 51.485.035,73. IV) Fixar o limite anual da remuneração global dos administradores da Companhia em até R$ 16.150.000,00 para o exercício social de 2024, até a AGO de 2025. V) Reeleger o membro da Diretoria da Companhia indicado abaixo, com mandato até a AGO de 2027, com remuneração fixada na presente AGO: • **Vladimir Freneda Rodriguez,** RG nº 13.694.369-X SSP/SP, CPF/ME nº 075.267.088-39. O membro da Diretoria ora reeleito não está incurso em crime algum previsto em lei, que o impeça de exercer atividades mercantis, em especial aquelas mencionadas no art. 147 da Lei de Sociedades por Ações, bem como atende as condições previstas na Resolução CNSP nº 422/2021. O Diretor reeleito toma posse no cargo nesta data, dia 28/03/2024, conforme termo de posse arquivado na sede da Companhia. VI) Ratificar a composição dos membros da Diretoria e as funções de Diretores responsáveis por área perante a SUSEP: **Nome - Início do mandato - Fim do mandato: Vladimir Freneda Rodriguez -** Diretor Presidente - 28.03.2024 - AGO de 2027; **Daniel André Brandão -** 26.05.2023 - AGO de 2026; **Adelmo de Moura Machado -** 31.03.2023 - AGO de 2026; **José Augusto Gomes Codesso -** 31.03.2023 - AGO de 2026; **Moyses Borghesi Filho -** 13.06.2022 - 13.06.2025; **Renata Monteiro Peixe -** 31.03.2023 - AGO de 2026; **Emerson Del Re -** 02.02.2024 - AGO de 2026. **1. Funções de caráter executivo ou operacional: 1) Emerson Del Re -** Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (Art. 55, §1º da Circular nº 700, de 15/04/2024); **2) Renata Monteiro Peixe -** Diretora responsável técnico (Art. 3º, II da Resolução nº 432, de 12/11/2021); **3) Renata Monteiro Peixe -** Diretora responsável administrativo-financeiro (Art. 55, §1º da Circular nº 700, de 15/04/2024); **4) Renata Monteiro Peixe -** Diretora responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas de procedimentos de contabilidade (Art. 3º, III da Resolução nº 432, de 12/11/2021); **5) Renata Monteiro Peixe -** Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de auditoria interna independente (Art. 3º, § 3º da Resolução nº 432, de 12/11/2021); **6) Renata Monteiro Peixe -** Diretora responsável pelo registro das operações de seguros (Art. 13º da Resolução CNSP nº 383/2020); **7) Daniel André Brandão -** Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações de **registro das apólices** e endossos emitidos e dos cosseguros aceitos pelas sociedades seguradoras em contas específicas e exclusivas (Art. 2º da Resolução nº 143/2005); **8) Daniel André Brandão -** Diretor responsável pela contratação e supervisão de **representantes de seguros** e pelos serviços por eles prestados (Art. 22 da Resolução nº 431, de 12/11/2021); e **9) José Augusto Gomes Codesso -** Diretor responsável pela política institucional de conduta (Art. 12 da Resolução nº 382 de 04/03/2020); **2. Funções de Caráter de Fiscalização ou Controle: 1) Adelmo de Moura Machado -** Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613/98, referente a crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro (Art. 1º, IV da Circular nº 234, de 28/08/2003 e Art. 12 da Circular nº 612, de 18/08/2020); e **2) Moyses Borghesi Filho -** Diretor responsável pelos controles internos (Art. 9º da Resolução nº 416, de 20/07/2021). **Administradores:** Presentes os administradores da Companhia, consoante o disposto no art. 134, §1º, da Lei das S.A. **Auditores Independentes e Atuário:** Presente os Auditores Independentes, contudo foi dispensada a presença do Atuário. **Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período. **Documentos Arquivados:** Foram arquivados na sede da Companhia, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação da Assembleia, referidos nesta ata. **Encerramento:** Nada mais a tratar. Barueri (SP), 28/03/2024. **Adelmo de Moura Machado -** Secretário. **Vladimir Freneda Rodriguez -** Presidente **JUCESP** nº 264.953/24-1 em 15/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ nº 04.866.462/0001-47 – NIRE 35.300.194.845

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 20.6.2024

Aos 20 dias do mês de junho de 2024, às 16h, reuniram-se, na sede social, no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, e por videoconferência, os membros da Diretoria da Sociedade. Confirmada a existência de quórum legal de instalação, assumiu a Presidência dos trabalhos o senhor Luiz Carlos Trabuco Cappi, que convidou o senhor Antonio Campanha Junior para a função de Secretário. Dando início aos trabalhos, os diretores deliberaram pagar juros sobre o capital próprio intermediários, no valor total de R$359.000.000,00, sendo R$0,469937030 por ação ordinária e R$0,516930733 por ação preferencial, beneficiando os acionistas inscritos nos registros da Sociedade nesta data (data-base de direito). O pagamento será feito até 31.1.2025, pelo valor líquido de R$0,399446475 por ação ordinária e R$0,439391123 por ação preferencial, já deduzido o Imposto de Renda na Fonte de 15% (quinze por cento), exceto para os acionistas pessoas jurídicas que estejam dispensados da referida tributação, que receberão pelo valor declarado. Os referidos juros serão computados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício, previstos no Estatuto Social. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que os diretores participantes assinam eletronicamente. aa) Luiz Carlos Trabuco Cappi, Milton Matsumoto, Alexandre da Silva Glüher, Maurício Machado de Minas, Octavio de Lazari Junior, Marcelo de Araújo Noronha, Cassiano Ricardo Scarpelli, Rogério Pedro Câmara, Moacir Nachbar Junior, José Ramos Rocha Neto, Guilherme Muller Leal e Bruno D'Avila Melo Boetger. Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Nova Cidade de Deus Participações S.A.** aa) Dagilson Ribeiro Carnevali e Ismael Ferraz - *Procuradores*. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 283.984/24-7 em 23.7.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

INÊS 249